

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIA DAS GRAÇAS LIMA DE SOUZA PALACIOS

**A REFORMA DO PELOURINHO:  
O PERÍODO PRÉ-1992**

Belo Horizonte  
2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIA DAS GRAÇAS LIMA DE SOUZA PALACIOS

**A REFORMA DO PELOURINHO  
O PERÍODO PRÉ-1992**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte das exigências para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia,  
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cardoso

Belo Horizonte  
2009

Revisão e Formatação: Vanda Bastos

Ficha Catalográfica

MARIA DAS GRAÇAS LIMA DE SOUZA PALACIOS

**A REFORMA DO PELOURINHO  
O PERÍODO PRÉ-1992**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte das exigências para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Belo Horizonte, setembro de 2010

---

---

---

*Aos meus pais,  
Mario Alves de Souza e  
Iris Maria Correia Lima de Souza,  
velhos comunistas “autônomos”,  
e a Miguel Angel Melgar Huertas e Telmo Sá  
in memória*

## **AGRADECIMENTOS**

*Ao meu irmão, Agliberto Lima, que, generosamente, cedeu as fotos do Pelourinho do período imediatamente anterior à Reforma de 1992.*

*Aos colegas da Área de Antropologia e Sociologia da FAEEBA/UNEB, que me permitiram ter tempo para estudar.*

*Aos meus alunos do Curso de Urbanismo da UNEB, que me ajudaram na pesquisa.*

*Aos professores e colegas da FAFICH/UFMG, que fizeram minha estadia em Minas profícua e aconchegante.*

*E, mais particularmente, às seguintes pessoas: Alexandre Cardoso, Antonio Carlos Garcia, Ático Vilas Boas da Mota, Emerson A. Cabral, Fernando Cardoso, Irene Derchain, João Cabral Pimenta, José de Assis Fidelis Gualipapes, Karine Carneiro, Marcelo e Flávia Helena, Maria Helena Rocha, Maria Augusta Lima, Marta Neves, Mauro Lucio Jerônimo, Milton Araújo Moura, Mônica R. Costa David, Raimundo Correia Lima de Souza, Renard Freire, Rodrigo Alisson Fernandes, Valdete Lima Bontempo, Vanda Bastos e Vânia Nazaré.*

*Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação.*

(Hannah Arendt. Entre o Passado e o Futuro)

## RESUMO

Este trabalho busca reconstruir as atividades do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e mais especificamente aquelas voltadas para o Centro Histórico de Salvador, conhecido popularmente como Pelourinho. Cobre-se, particularmente, o período de 1967, quando a Instituição foi criada com status de Fundação Cultural, a 1992, quando ocorre a grande reforma da área. Para tanto, o primeiro capítulo é dedicado à sociologia urbana e seus desdobramentos no Brasil; o segundo estuda a história econômica recente do Estado, para entender as variáveis que levaram à decadência do centro da cidade de Salvador. No capítulo seguinte, se estuda, por um lado, o centro da cidade a partir da bibliografia existente e, por outro, a partir dos documentos e pesquisas produzidos pelo próprio IPAC. Esse procedimento é acompanhado pela revisão da cobertura da imprensa escrita sobre a área, tentando com isso demonstrar como o Centro Histórico de Salvador só pode ser entendido quando se leva em conta o emaranhado de discursos sobre a área.

**Palavras-chave:** Pelourinho, Centro Histórico, Salvador, IPAC, Fundação Cultural do Estado da Bahia, história oral, história de vida, gentrificação.

## ABSTRACT

This work attempts to reconstruct the various activities of a state of Bahia institution: the Foundation and eventually Institute for the Historical Heritage of Bahia – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). It does so covering the period from its creation in 1967 to 1992, when a major transformation/crisis occurred in the institution itself, in the old city center of Salvador and, last but not least, in the policies they have been developing for the area. In order to do so, one deals with urban sociology in the first chapter, with the recent economic history of Salvador, trying to answer the million dollar question: why cocoa has not done to Bahia what coffee has done to S. Paulo is dealt with in the second chapter. In the third chapter one tackles the research the institution has produced about the old city center, the bibliography about the area is dealt with also and what does the press has to say about it, is also there. In doing so one discovers that all throughout the eighties there is a slough down in its activities. There seems to be a lost decade for everyone in the area, known generically as Pelourinho. In chapter four there might be some contribution to the knowledge of the people who lived there and how they see the transformations that took place from 1992 onwards. These transformations were the result of a major state intervention in the area. In it there are the voices of those who work for IPAC; those who have lived in there most of their lives or were born there, and also try to earn their living from there; but some of the persons interviewed are migrants from the decadent sugar fields areas of the Recôncavo and of the northeast of Brazil. Their lives history as well as their view of life in the district poses several questions to most of the bibliography on this subject. My conclusions in the last chapter indicates that instead of repeating clichés from other colleagues' works, one should listen to the individuals who have lived through that experience daily. There might be what to learn from people's empirical experience as well as from ongs owners, which is mostly what it has been done so far. The material gathered here may be show that even the life of a small area and a community that mostly enjoys the face to face relationship is dense and full of nuances and therefore is always a challenge to any institution.

**Key words:** Pelourinho, historical centers, IPAC, Salvador, urban sociology, gentrification, requalification of urban areas, historical heritage, life history, oral history

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Túnel Teodoro Sampaio, Av. Centenário – 1968	48
Figura 2	Avenida Presidente Castelo Branco – s/d	48
Figura 3	Avenida Bonocô/Mario Leal Ferreira	48
Figura 4	Pituba: foto aérea – 1986	48
Figura 5	Viaduto da Fonte Nova – 1971	48
Figura 6	Igreja Matriz de São Pedro no meado do século XX	52
Figura 7	Escola Politécnica – Av. Sete de Setembro	52
Figura 8	Relógio de São Pedro – Avenida Sete de Setembro	52
Figura 9	Praça da Sé – 1934	53
Figura 10	Praça da Sé em remodelação –1940	53
Figura 11	Praça da Sé: linhas do bonde no lugar da velha catedral	54
Figura 12	Praça da Sé – 1986	54
Figura 13	Casa das Sete Mortes	56
Figura 14	Largo do Pelourinho – 1971	59
Figura 15	Largo da Barroquinha	61
Figura 16	Bairro de Santo Antônio Além do Carmo – 1971	61
Figura 17	Mosteiro de São Bento	62
Figura 18	Convento Seiscentista dos Carmelitas Descalços	63
Figura 19	Decadência – Pelourinho: situação em final da década de 1980	63
Figura 20	Decadência – Pelourinho: situação em final da década de 1980	63
Figura 21	Decadência – Pelourinho: situação em final da década de 1980	63
Figura 22	Decadência – Pelourinho: situação em final da década de 1980	63
Figura 23	Decadência – Pelourinho: situação em final da década de 1980	63
Figura 24	O pelourinho e sua gente – final da década de 1980	64
Figura 25	O pelourinho e sua gente – final da década de 1980	64
Figura 26	O pelourinho e sua gente – final da década de 1980	64
Figura 27	O pelourinho e sua gente – final da década de 1980	64

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACOPELO	Associação dos Comerciantes do Pelourinho
AMABASA	Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Santo Antônio Além do Carmo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CERU	Centro de Estudos Rurais e Urbanos
DEPHA	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (
DEM	Democratas
EPUCS	Escritório de Planejamento Urbano de Salvador
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECEB	Federação do Comércio do Estado da Bahia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FICAM	Financiamento de Construção, Aquisição e Melhoria da Habitação de Interesse Social
FPACBa	Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i> – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPAC	Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LBA	Liga Brasileira de Assistência
LSE	Levantamento Sócio Econômico
OCEPLAN	Órgão Central de Planejamento
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PEA	População Economicamente Ativa
PFL	Partido da Frente Liberal

---

PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
Revicentro	Comissão de Revitalização do Centro Histórico de Salvador
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUTURSA	Superintendência do Turismo da Cidade do Salvador
UDN	União Democrática Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

---

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2</b>	<b>QUADRO TEÓRICO</b>	18
2.1	CIDADE E CAMPO EM WEBER	24
<b>3</b>	<b>QUADRO TEÓRICO, SEGUNDA APROXIMAÇÃO AO OBJETO</b>	38
<b>4</b>	<b>O PELOURINHO QUE O IPAC ENCONTROU NOS ANOS 70</b>	59
<b>5</b>	<b>QUE FALEM OS QUE MORAM E TRABALHAM NO PELOURINHO</b>	86
5.1	AS MEMÓRIAS MAIS ANTIGAS DO PELOURINHO – A BOEMIA	90
5.2	O IPAC, O BAIRRO E A FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS	96
5.3	AS REAÇÕES À REFORMA	101
5.4	A GRANDE POLÊMICA: A REMOÇÃO DOS MORADORES	107
5.5	COMO AVALIAM A REFORMA DE 1992	111
<b>6</b>	<b>A DÉCADA PERDIDA OU SEM ALTERNATIVAS</b>	118
	<b>REFERÊNCIAS</b>	129
	<b>ANEXOS</b>	139

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é reconstituir o percurso que levou à Reforma do Pelourinho, de 1992, mantendo o foco no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a instituição mais importante nesse processo, que foi criada pela Lei Estadual n. 2.464, de 13 de setembro de 1967, com o nome de Fundação do Patrimônio Artístico de Cultura do Estado, no Governo de Luís Viana Filho, e que, além de ter conduzido as intervenções na área, desde então produziu a maior parte das pesquisas que se tem sobre as áreas protegidas na Bahia.

O Pelourinho representa um campo rico e vasto para investigação, sob vários ângulos e várias disciplinas. São quatro séculos de história nos quais tem sido, de alguma forma, o epicentro de processos sociais complexos que, por sua vez envolvem redefinições reflexivas não somente por parte do Estado como, também, de outros grupos.

As críticas a essa reforma têm sido veementes e generalizadas e, como veremos, oriundas até mesmo daqueles que se beneficiaram com ela, o que ilustra a complexidade dos discursos, que se concentram em três aspectos:

- 1 – a expulsão dos moradores;
- 2 – a infidelidade ao estilo arquitetônico original do casario; e
- 3 – a destinação dada pós-reforma aos imóveis.

O objeto deste estudo é a apreensão de quais foram os caminhos percorridos até 1991/92 que conduziram à mudança na política estatal de revitalização do Centro Histórico de Salvador. Ou seja, por que, a partir dessa data, decide-se atuar de forma muito diferente daquela que se vinha fazendo desde 1967, quando da criação do órgão estadual para o patrimônio, o IPAC?

A diferença de abordagem, a partir de 1990/1991, se dá em dois níveis: desiste-se da abordagem casa a casa, passando-se a trabalhar em termos de quarteirões, e remove-se a maior parte da população então residente.

Por que se remove a população, quando se tinha investido nela durante duas décadas?

Teria havido uma mudança de política em relação a como lidar com o acervo patrimonial na Bahia ou a Bahia estaria refletindo mudanças nacionais e internacionais, também?

O que aconteceu com a população, em grande parte *outsiders*, ao longo desse processo que culmina em algo tão inesperado e imprevisível como a reforma de 1992?

Por que não foi possível deter a degradação?

Teria ocorrido com o IPAC, depois de vinte anos de trabalho na área, o processo descrito como automonitoramento da ação (BECK; GIDDENS; LASH, 1997). Como explicar tal mudança sem cair nos clichês existentes que atribuem ao “malvado do Antônio Carlos Magalhães” inteira responsabilidade pelo tipo de “reforma” feito a partir de 1992?

Os atores da história da intervenção no bairro, gente como Maria Adriana Almeida Couto de Castro e Gey Espinheira, ambos técnicos do IPAC desde a sua fundação, e ela, sua Diretora no período da reforma de 1992, afirmam não ter havido rupturas nem descontinuidades na práxis do IPAC.<sup>1</sup> Nesse caso, o trabalho social e educacional junto à comunidade, desenvolvido desde 1967 até a segunda metade da década de 80, teria sido uma preparação urdida para a Reforma de 1992, como querem alguns críticos? Ou essa população preferiu sair para um bairro “de verdade”, como afirma um dos nossos entrevistados<sup>2</sup>, em virtude do estigma que significava morar no Maciel/Pelourinho.

Nossa hipótese de trabalho é que os resultados obtidos pelo IPAC, depois de duas décadas de uma atuação que combinava preservação do patrimônio material e da comunidade que ali vivia, indicavam que não havia outra saída, dado os efeitos perversos e inesperados da própria atuação do IPAC e das mudanças ocorridas na cidade como um todo, sem esquecer que a década de 1980 foi de reinserção da economia brasileira na economia global, isto para usar uma expressão simplificadora das enormes mudanças econômicas dessa década.

São três os pilares ou atores sociais sobre os quais repousa este trabalho: 1) a população pobre do Maciel, os *outsiders*; 2) os técnicos do IPAC; e 3) os moradores que ali estavam antes da chegada do IPAC e que, de certa forma, ainda continuam. E, no entanto, nem um desses segmentos foi ouvido pela literatura com a qual dialogo, o que não significa que não existam muitos falando em nome da população que aí vivia.

---

<sup>1</sup> Entrevista transcrita e editada no cap. 4.

<sup>2</sup> Ver depoimento de Carlos Anastácio, no Capítulo 5, à página 88.

O IPAC chegou a ter 700 funcionários e atuou adquirindo e restaurando casas e edifícios de importância histórica e arquitetônica e atribuindo-lhes outras utilizações. Começou em 1967, levantando o estado dos imóveis e da população que vivia na área tombada, como atestam suas publicações. Tentou, também, executar políticas sociais, dentre as quais oferta de alimentos, de serviços de saúde, creches, escolas, cursos profissionais, etc. Direcionou essas atividades, sobretudo, aos moradores da parte mais degradada e prostitucional, o Maciel. Nesse período estudado, de 1967 a 1992, também foram restauradas casas para serem alugadas a moradores do bairro e, assim, o IPAC cresceu como proprietário de imóveis no Centro Histórico tornando-se um *landlord* do “cacife” da Santa Casa de Misericórdia: em outras palavras, proprietário de muitas dezenas de imóveis.

Dentre as ações do IPAC estão os estudos técnicos necessários para justificar e obter os tombamentos dos imóveis de valor histórico, artístico e arquitetônico junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, eventualmente, à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Um dos produtos desse trabalho é o “Inventário de Proteção do Acervo Cultural”<sup>3</sup>.

A maior parte da literatura sobre o Centro Histórico de Salvador é recente e se refere aos resultados da Reforma de 1992 na qual foram construídas e reconstruídas cerca de 600 casas em um período inferior a cinco anos, não mais restaurações casa a casa, como tinha sido, até então, a forma pontual de atuação desse órgão estadual, mas por quarteirões, da frente para o fundo; de rua a rua. E mais, os quintais antigos foram agregados formando as novas praças. Ninguém esperava por isso. É o que dizem todos os nossos entrevistados.<sup>4</sup>

Um dos pontos muito (e mal) discutidos na literatura foi a remoção, nessa área, de 3.190 pessoas (dados do IPAC), correspondendo a cerca de 600 famílias. O Programa de Restauração realocou grande parte dos moradores e transformou o Pelourinho, fisicamente, como nunca se havia feito ou visto, antes. Foram investidos 93 milhões de reais em restaurações e novas construções, 10 milhões de reais em obras emergenciais e de manutenção e 11 milhões de reais em animação cultural,

---

<sup>3</sup> Editado em quatro volumes, o Volume I cobre os monumentos do município de Salvador Bahia, o Volume II a Chapada Diamantina, o Volume III o Recôncavo Baiano e o Volume IV a região dos descobrimentos.

<sup>4</sup> Ver em *Pelourinho: a grandeza restaurada*, os depoimentos de Jorge Calmon, por décadas redator chefe de *A Tarde*, Jorge Amado, Caetano Veloso e outros.

totalizando cerca de 113 milhões, excluindo-se, desse montante, gastos com linhas e equipamentos de infraestrutura subterrâneos, realizados por empresas estatais de saneamento, bem como água potável, eletricidade, iluminação pública e telefonia. Desse total, o Estado da Bahia arcou com 90%; apenas 10% vieram do IPHAN e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com recursos quase totalmente locais, foi possível construir e reconstruir 612 imóveis, somando uma área de 228.637 m<sup>2</sup>, criar 742 vagas de estacionamento cobertas e recuperar as fachadas de alguns logradouros. A área total tombada é de 756.000m<sup>2</sup>, cerca de 76ha<sup>5</sup>.

Este estudo não avalia a Reforma de 1992 do ponto de vista arquitetônico nem a forma como se deu a ocupação, ou seja, a utilização dada aos imóveis restaurados e, em muitos casos, construídos, já que eram ruínas e muitos já haviam se transformados em terrenos “baldios”. O que se tenta aqui é capturar a riqueza do processo de atuação de um órgão estadual, no caso o IPAC, no período 1967–1992, esperando-se, com isso, demonstrar quão denso é o processo social assim como resgatar um tipo de memória do bairro que, de outra forma, estaria perdida, já que, a partir da Reforma de 1992, o bairro mudou.

Assim, no segundo capítulo, começamos pelo texto clássico de Max Weber, “A dominação não legítima” e buscamos, a partir daí, cobrir a constituição da Sociologia Urbana e sua chegada ao Brasil, apontando as distinções estabelecidas por Fernando Henrique Cardoso (1975) para as especificidades da constituição das cidades na América Latina, aceitando a ideia de Martindale (1966) de que as cidades na América são novas em certo sentido, mas em outros não.

No terceiro capítulo, cobrimos a literatura sobre Salvador, localizando as especificidades do “enigma baiano”, ou seja, do atraso econômico do Estado em relação ao eixo dinâmico da economia brasileira, o Centro-Sul. Com Milton Santos (1959a; 1959b), Paulo Henrique Almeida (2008) e Inaiá de Carvalho e outros (2004a; 2004b) fazemos uma aproximação em relação às transformações socioeconômicas e urbanas de Salvador e o conseqüente esvaziamento do seu centro, que começa

---

<sup>5</sup> O Centro Histórico de Salvador foi inicialmente tombado pelo IPHAN em 1959; pelo Governo do estado em 1968 e pela Unesco em 2 de dezembro de 1985. A área tombada hoje é maior que a inicial. Ver mapa na página .....

na década de 1930 com a polícia instalando e concentrando as prostitutas, até então espalhadas pelo Centro da cidade, no Maciel, ou seja, no Pelourinho.

No quarto capítulo, cobrimos as atividades do IPAC retratadas pela imprensa e estudamos e discutimos os documentos que a instituição produziu sobre a área. Concluímos esse capítulo com a transcrição da entrevista de uma prostituta, Raquel, publicada no trabalho de Carlos Geraldo (Gey) Espinheira<sup>6</sup> (1975), *Divergência e prostituição no Maciel*. Das entrevistas publicadas nesse livro, essa pode ser considerada, do ponto de vista da história de vida, um documento revelador da vida do bairro onde o IPAC atuou.

No quinto capítulo, entrevistamos funcionários do IPAC, moradores e ex-moradores, como também comerciantes, embora, vale ressaltar, uma mesma pessoa possa ocupar dois desses papéis. Editamos as entrevistas levando em conta os temas que se revelaram recorrentes em todas elas: a memória mais antiga do Pelourinho, a boemia, o IPAC – a formação dos seus técnicos e a atuação no bairro–, as reações à Reforma, a remoção dos moradores – um ponto polêmico – e, finalmente, uma tentativa inicial de avaliação da reforma segundo esses entrevistados.

No sexto e último capítulo, buscamos juntar os fios tecidos ao longo dos capítulos anteriores para, dessa forma demonstrar que é preciso:

1. distinguir a utilização e o uso feito dos casarões reconstruídos e reformados do trabalho necessário e tardio de construção e reconstrução do bairro, arruinado por quase um século de abandono progressivo. Portanto, não se pode desprezar um projeto que tentou salvar o Pelourinho antes que não restasse mais nada.

2. conhecer e levar em consideração as duas décadas de tentativas do IPAC de cuidar do patrimônio arquitetônico mantendo a população ali. Nesse sentido, as críticas feitas até aqui, na maioria dos trabalhos, têm ignorado o largo percurso do IPAC até chegar à Reforma de 1992. Nossa tentativa é evitar que o processo social seja despojado de sua riqueza e visto com a preguiça da abordagem maniqueísta, como constituído de bons e maus, oprimidos e opressores, incluídos e excluídos.

---

<sup>6</sup> A partir desse momento do trabalho, o autor ou o entrevistado Carlos Geraldo d'Andrea Espinheira será referido como Gey Espinheira, nome pelo qual sempre foi conhecido.

## 2 QUADRO TEÓRICO

[...] *the cities in America were new only in a physical sense – not in a sociological sense.* (MARTINDALE, 1966, p. 44).

É possível dizer-se, com boa margem de certeza e com respaldo em alguns autores clássicos<sup>7</sup> que, além da consciência da morte, o que não é pouco, o homem se distingue dos outros animais com os quais compartilha o planeta, pelo trabalho.

Tudo o que está à minha volta é resultado do trabalho humano. Essa máquina em que escrevo, os programas que ela contém e a fazem funcionar, as cortinas que me separam da rua e as suas respectivas janelas, os livros, quadros, a eletricidade que me permite trabalhar a esta hora da manhã, cama, armário, sofá, a laje de concreto onde piso, fogão, chaleira, chá, a roupa que visto e a tintura do meu cabelo... O trabalho está em tudo. Nos alimentos, nos remédios, nos transportes, no perfume que uso.

Mas, talvez, onde mais se possa admirar, perceber e amar o trabalho humano seja no conjunto formado pelas cidades. Elas são *living things*. Cada uma delas com seu jeito, sua beleza e sua feiúra, sua peculiaridade, sua arquitetura, seus bares, museus, praças, ruas, avenidas, feiras, mercados, monumentos; sua história. A cidade trouxe consigo, com o tempo, novas classes sociais, novos insetos e novas formas de animais como o cachorro vira-lata, os pombos e os pardais; os ácaros e a explosão de baratas. As cidades e seus edifícios são criações humanas que parecem desafiar o tempo.

O nosso trabalho de pesquisa para o Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) versa sobre o Centro Histórico de Salvador, o mais antigo bairro brasileiro. Mais particularmente, sobre como **o presente** interpreta, preserva e pensa esse bairro dessa cidade, inicialmente cercada de muralhas e portas e, mais tarde, no século XVII, defendida dos holandeses por fortes, o que a faz ser vista por inúmeros autores como uma cidade-fortaleza, planejada, em seus anos iniciais, a partir de Portugal<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> David Ricardo, Adam Smith, Karl Marx e tantos outros.

<sup>8</sup> Veja CENTRO..., 1980; e, particularmente, MOREIRA, 2001, p. 123-145. Sobre quem construiu a cidade, ver PARAISO, 2003, p. 129-158.

Convém lembrar, com Wanderley Guilherme dos Santos, que as Ciências Sociais no Brasil surgiram e se têm desenvolvido sob a influência conjugada de dois processos: “o da forma de absorção e difusão interna dos avanços metodológicos e substantivos gerados em centros culturais no exterior e dos estímulos produzidos pelo desenrolar da história econômica, social e política do país” (1978, p. 15).

Nessa perspectiva, adotamos a visão de Louis Wirth que, em 1938, escrevia no *American Journal of Sociology*:

*The closest approximations to a systematic theory of urbanism that we have are to be found in a penetrating essay, 'Die Stadt' by Max Weber, and a memorable paper by Robert E. Park on 'The City: Suggestions for the investigation of Human Behavior in the Urban Environment'.<sup>9</sup> (1938 apud MARTINDALE, 1966, p. 8).*

Assim, Weber (1966) começa seu pouco conhecido trabalho estudando a origem das cidades em seu próprio país. Para ele, as cidades na Alemanha, em muitos casos, haviam se originado a partir de um sistema de fortalezas criado pelos Romanos ao longo das naturais vias de transporte representadas pelos rios Reno e Danúbio. Essas fortalezas desapareceram com a queda do Império Romano e voltaram a reviver com o renascimento do comércio, no final da Idade Média, por estarem situadas ao longo da rota do comércio intercontinental.

Mais tarde, em terras alemãs, o desenvolvimento cívico ocorreu com a formação das cidades em Ligas Protetoras, como a Hanse, a do Mar do Norte e a Báltica. Além disso, os alemães se expandiram para o Leste, criando cidades que, apesar de terem se desenvolvido rapidamente, foram destruídas pela Guerra dos Trinta Anos: algumas ficaram com apenas um quarto da população anterior. Com a abertura do comércio para o Novo Mundo, as cidades das Ligas foram murçando e a vida de cidade só voltaria à Alemanha, no século XVIII.

De qualquer modo, quem liderou a Alemanha para a consolidação do Império foi a Prússia rural do nordeste. Em geral, a aristocracia rural – *junkers* – manteve o controle sobre a administração das cidades e do exército. Dessa forma, o cidadão, na Alemanha, foi peculiarmente privado de responsabilidade política.

---

<sup>9</sup> O texto de Max Weber a que Wirth se refere, foi publicado pela primeira vez, em 1921, em *Archiv fur Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* – Arquivo de Ciência Social e Política Social –, uma revista que Weber fundou juntamente com W. Sombart, em 1903, depois de passar três anos viajando pela Europa, ao retomar seu trabalho em Heidelberg. Esse estudo foi incorporado a *Economia e sociedade*. Neste trabalho, utilizamos as traduções desse livro para o inglês e o espanhol.

(MARTINDALE, 1966, p. 36). Norbert Elias (1997, p. 26) descreve uma nobreza militar e burocrática como o estrato mais elevado e mais poderoso da sociedade.

Como consequência, ainda de acordo com Martindale (1966), os estratos urbanos eram *overcultured* e politicamente ineptos, mentalidade essa que serviu de base para o misticismo agrário e para a rejeição apaixonada das cidades que os nazistas exploraram. Daí o sucesso do trabalho de Spengler, *O declínio do Ocidente*, publicado em 1918, tanto na Alemanha, quanto nos Estados Unidos da América (EUA) onde, por razões diferentes, fornecia uma “razão sistemática” para a corrupção urbana, na medida em que via nas cidades o fim e a decadência de toda cultura. De qualquer modo, apesar do sucesso de público de Spengler, foram Simmel e Weber que causaram impacto maior nos sociólogos da Escola de Chicago, nominalmente, Park, Wirth e Burgess.

Durante sua vida, no final do século XIX, Weber experimentou o Império se convertendo, em grande velocidade, em um dos Estados capitalistas e industriais mais avançados do mundo. A rede ferroviária estava completa, o ferro de Lorena alimentava as novas usinas e fábricas e as reparações de guerra francesas proporcionavam novos investimentos em uma indústria que foi, desde seu início, construída em larga escala e tecnologicamente avançada, liderando o mundo em setores como o da química industrial. Weber testemunhou a criação de uma sociedade industrial, estudou o funcionamento da Bolsa de Valores, em Glasgow, e presenciou a criação de uma nova escala e de um novo estilo de vida urbana. Em 1900, Berlim tinha quatro milhões de habitantes e apenas 20% da população alemã vivia no campo. Ao mesmo tempo, os alemães suplantavam, numericamente, a população da Inglaterra e da França.

Foi também no século XIX que o saber se tornou indústria na Alemanha onde os historiadores haviam estabelecido novos cânones de rigor nos usos de fontes, sendo a História e a abordagem histórica suas grandes especialidades. Acreditava-se que o significado básico da compreensão era histórico e evolutivo, logo, conhecer as origens de uma coisa era possuir essa coisa. Assim, a atmosfera intelectual que Weber respirava era saturada de história. (MACRAE, 1975, p. 47-49).

As teorias da cidade que estavam surgindo, no final do século XIX e começo do século XX, na Europa, tinham duas características gerais, malgrado suas diferenças no varejo: todas assumiam que qualquer unidade de vida social é determinada por instituições e, também, postulavam que toda sociedade humana é

um produto da evolução e da história, por conseguinte, qualquer explicação dos acontecimentos sociais consistiria na descoberta de suas origens. Desse modo, pode-se dizer que, na Europa, se tinha uma teoria institucional da cidade que defendia o primado histórico das instituições. A diferença “de varejo” estava em qual instituição cada teoria considerava como central ou original. (MARTINDALE, 1966, p. 46).

Fustel de Coulanges via a religião como a instituição, como o núcleo aglutinador das sociedades pré-urbanas; Glotz, estudando as cidades gregas, observou uma relação complexa entre família, indivíduo e cidade; Maine via a cidade como resultante de contratos e territórios e não de parentesco e família, em um movimento que partia do status para o contrato; Maitland e Keutgen consideravam os agrupamentos e guarnições militares como fonte de origem das cidades; e Henry Pirenne e Marx explicaram a origem das cidades a partir de instituições econômicas. Já Weber e Simmel reconheciam a necessidade de uma teoria do urbanismo mais geral, embora partissem de pontos diferentes.

Ao contrário de Simmel, Weber achava que pensar a cidade como um local densamente povoado onde as pessoas mal se conheciam era importante, mas não era tudo; era apenas um fragmento em uma teoria da cidade que deveria, também, contemplar o papel da cultura, responsável, talvez, pela impessoalidade das relações nas grandes cidades. Ele estava interessado nas relações sociais (sempre resultantes de relações inter-humanas), no significado delas e no sistema de relações que delas decorre. Em outras palavras, as instituições existem como resultado dos atos das pessoas. Assim, tanto relações sociais como instituições são formas condensadas e econômicas de expressar atos e conjuntos complexos de interações sociais. Ao proceder sua investigação sobre a natureza da cidade, certamente, Weber levou em consideração o estado da arte até ali. Mas sua perspectiva é a da sociologia da *ação social*.

Isso faz parecer, em termos rústicos, que Simmel trabalha com forma enquanto Weber constrói uma teoria, como veremos, que contém a teoria de Simmel. O reverso, no entanto, não é verdadeiro. Segundo Martindale, para Weber, tudo na cidade tende a se profissionalizar: “[...] *with Simmel, Weber was able to*

*recognise that in the city every occupation – including mendicancy and prostitution – tends to become a profession*<sup>10</sup> (1966, p. 53).

Em sua obra *Die Stadt – A dominação não-legítima: tipologia das cidades* – composta de seis capítulos, Weber (1966) tenta reconstruir a história das cidades do ponto de vista de suas instituições associativas, do aparato legal/legislativo e da constituição do poder administrativo, na perspectiva de encontrar traços da autonomia das cidades em relação ao seu entorno. Para tanto, ele recorre ao material histórico comparativo da Europa Ocidental, que ele entende como expressão de quatro grandes tradições: a do Mediterrâneo, a da Grã Bretanha, a da França e a da Europa do Norte. Fora da Europa Ocidental, localiza a do Oriente, da China, do Japão e da Índia, e a da Antiguidade Clássica, que é fundamentalmente, mas não exclusivamente, Grécia e Roma.

A pergunta que ele tenta responder é, por que somente na Europa e, mais “idealmente”, na Europa do Norte, a cidade, que é um fenômeno social milenar como centro de mercado, de poder militar e de comércio e trocas, adquire autonomia e, ao mesmo tempo, gesta o sujeito enquanto indivíduo, ou seja, o cidadão civil individual e, com isso, as condições culturais que vão constituir a modernidade, o capitalismo, a democracia, etc.? Para respondê-la, ele destriça, cuidadosamente, em cada capítulo da obra acima citada, as instituições, associações, legislações, administrações e o sistema de poder das cidades das quatro áreas referidas, ao longo do tempo, mas, particularmente, contrastando a Europa Medieval Ocidental com o resto.

No primeiro capítulo<sup>11</sup> do *Die Stadt* repassa os **conceitos existentes de cidade** para demonstrar, mais adiante, que eles são insuficientes. Começa dizendo que as muitas definições de cidade têm um elemento em comum: elas consistem em um número significativo de habitações que, usualmente, são construídas perto uma da outra e, no seu tempo, com parede-meia. Por isso, a cidade é vista como uma grande localidade, extensa, que não propicia o conhecimento recíproco entre seus habitantes. Mas ele acha que se a cidade for interpretada dessa forma, somente localidades muito grandes poderiam ser qualificadas como tal, além de que, vários

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, o *Mendigueiro! Plus* (kit para mendigos profissionais) das “Organizações Tabajara”, criado pelo Casseta&Planeta, é absolutamente weberiano. Nas cidades, mesmo os mendigos devem se profissionalizar.

<sup>11</sup> Na tradução espanhola, se intitula “Conceito e categoria da cidade” e, na norteamericana, “A natureza da cidade”.

são os fatores culturais que determinam a partir de que tamanho a “impessoalidade” tende a aparecer. Até porque essa impessoalidade está e estava ausente de muitas localidades históricas que possuíam o *status* legal de cidade. Além disso, na Rússia, segundo ele, há aldeias com milhares de habitantes que não possuem esse *status* apesar de serem maiores que muitas das velhas cidades com algumas centenas de habitantes. Portanto, o **tamanho** não é suficiente para definir uma cidade.

As definições econômicas de cidade começam por afirmar que seus habitantes vivem de comércio e trocas, do artesanato e não da agricultura. Mas Weber contrapõe a isso a existência de aldeias remotas, no Oriente, que, há séculos, vivem do comércio de um único produto. **Diversidade econômica** seria, então, o critério imediato. Mas o *oikos* de um lorde ou príncipe feudal oferece essa diversidade econômica e não é uma cidade, embora tenha sido a origem, o germe, de algumas cidades. Afinal, os principados foram importantes consumidores e fonte de renda para artesãos e pequenos comerciantes.

A **existência de mercado**, como também a regularidade dos mesmos, seria, também, critério de origem de cidades. Mas sabe-se que nem todos os locais de feiras e mercados se converteram em cidades. Muitos permaneceram vilas, argumenta Weber (1966).

Em princípio, ele acha que só se pode falar em cidade nos casos em que os habitantes locais satisfaçam substancial parte de suas necessidades econômicas diárias no mercado local e com produtos dos arredores ou adquiridos para esse mercado que, dessa forma, é um centro econômico que se especializa em produtos econômicos. Historicamente, essa configuração diferente do rural, com mercado permanente e, frequentemente, residência da aristocracia é o que se entende por cidade, no sentido adotado por Weber. Ele acrescenta, ainda, que a existência da cidade mercado dependia de permissão e proteção da nobreza que auferia dividendos com impostos, taxas de proteção, arrendamento de terras etc.

Para Weber, ao contrário do que se pensa vulgarmente, não há dicotomia entre aristocracia e mundo urbano (1966). Ele demonstra, sobejamente, que a cidade representou chances de enriquecimento para a aristocracia que recebia direitos alfandegários, taxas de escolta e proteção e renda do solo. Ao mesmo tempo, servia de fonte de abastecimento de bens e serviços para príncipes, vassallos e altos funcionários. Portanto, na maioria dos casos, as cidades coexistiam com as

cortes senhoriais principescas.<sup>12</sup> Nos casos de cidades mercados que surgiram sem qualquer ligação com a aristocracia, essas estão em locais fronteiriços. No começo da Idade Média, surgiram cidades a partir de guerreiros navais, da associação de invasores estrangeiros, comerciantes e nativos interessados em comércio. O resultado era uma cidade de mercado pura. Mas o comum era que as cidades mercados estivessem ligadas à realeza.

Similares às cidades principescas, encontram-se cidades em que artesãos e comerciantes dependem dos rentistas: são funcionários, políticos e proprietários de terras que gastam ali suas rendas legais ou ilegais. De qualquer modo, ela se assemelha à cidade principesca e depende de rendas patrimoniais e políticas. Pequim e Moscou são cidades desse tipo. Os consumidores podem, também, viver de pensões, de rendas de investimentos em ações e outros. Essas cidades são, de qualquer modo, cidades de consumidores e isso é decisivo para os comerciantes locais. Já as cidades produtoras dependem, para seu poder de compra, de fábricas, indústrias e manufaturas.

Frequentemente, as cidades são combinações dessas atividades: *trade cities*, *merchant cities* e *consumer cities*. Tem-se, por exemplo, a *comenda* e a *sociedade maris* dos países mediterrâneos nas quais, encarregava-se um tratador, um comerciante/viajante que levasse suas mercadorias até o Levante e de lá voltasse com mercadorias orientais para o mercado nativo. Muitas vezes, são locais de negócios, porém os lucros nem sempre são gastos nelas, mas em outros lugares. Quase sempre, representa um misto de tipos e para ser classificada economicamente terá que ser em termos de suas atividades *predominantes*.

## 2.1 CIDADE E CAMPO EM WEBER

Para Weber, a relação da cidade com o campo nunca foi **unívoca**. Existiram e ainda existem cidades agrárias. Os urbanitas de muitas cidades medievais e de todas as cidades do mundo clássico tinham uma parcela de terra e de pastos que os alimentava: *commons*, *kleros*, *fundus*, *chelek*. No caso da Antiguidade, todo cidadão urbano era um semi-camponês. Na Idade Média, na

---

<sup>12</sup> A articulação histórica entre rural e urbano, no caso das cidades brasileiras, está presente nas propostas e interpretações de: QUEIROZ, 1978.

Europa, cidades como Colônia não tinham terras comunais dedicadas à agricultura, mas isso não era usual.<sup>13</sup>

Para Weber, a relação entre a cidade, como agente de troca e de comércio, e o campo, como produtor de comida, representa um aspecto da economia urbana e forma uma etapa entre a economia doméstica, de um lado, e a economia nacional, de outro. A cidade, portanto, não é uma acumulação de moradias ou uma coleção de atividades econômicas, pois as aldeias também possuem essas características; a cidade possui **dimensões não econômicas** e, assim, **o conceito de cidade deve incluir fatores não econômicos**.

Afora a localização de residências, a cidade mantém uma relação com os proprietários de terra; mas as vilas e aldeias também mantinham, como também possuíam regulamentos e códigos. Em sua maioria, as cidades não marítimas, devido às condições de transporte do passado, dependiam da produção agrícola do seu entorno assim como as vilas e aldeias. Isso quer, então, dizer que as regulações econômicas e a política econômica urbana não foram exclusivas da cidade; mas o que parece **ter sido particular das cidades foi a política econômica urbana** a partir das **corporações**. Mais ainda, a regulação das condições de produção e troca das cidades representa o oposto da organização feudal e contratual dos *oikos*, que estavam dentro da propriedade senhorial, porém, sem intercâmbio interno. O fato de se estar falando de *área econômica urbana*, *área urbana* e de *autoridade urbana* indica que o conceito de cidade pode e deve ser examinado em termos de outros conceitos que não aqueles exclusivamente econômicos.

Esses conceitos adicionais necessários para analisar a cidade são também **políticos**, senão, como entender que, na Idade Média, existissem localidades definidas politicamente como cidade cujos habitantes dependiam da agricultura, enquanto outras, denominadas vilas, dela não dependiam tanto. Essa distinção deve se ater à maneira pela qual se regula os bens de raiz, a constituição fundiária. **Nas cidades, a propriedade é constituída por prédios, sendo o terreno apenas acessório**. Além disso, os princípios tributários da cidade são diferentes.

Para Weber (1966), os fortes e guarnições são características **decisivas** para o conceito político administrativo de cidade, tanto na Europa, quanto fora dela.

---

<sup>13</sup> Até hoje, na Inglaterra, há um resquício dessa tradição. Assim, os velhos de mais de 65 anos cujas residências não possuam jardins terão direito a um *allotment*, pequenos lotes de terra localizados nos fundos dos parques municipais para plantar o que lhes apetecer. Na minha experiência em Liverpool, plantavam, fundamentalmente, couve-flor e repolhos.

No passado, a cidade era um tipo especial de fortaleza e guarnição: na Sicília, por exemplo, quase ninguém vivia fora dos muros da cidade, nem mesmo os trabalhadores agrícolas<sup>14</sup>; já em Esparta, não havia muros, por ser ela uma guarnição aberta de guerreiros; e em Atenas, havia um castelo sobre as rochas. Em todo caso, o castelo e/ou o muro fazem parte da cidade oriental e da mediterrânea bem como da cidade medieval normal. Na Inglaterra, na época anglo-saxônica, todo condado tinha uma cidadela (*borough*) que realizava os serviços de segurança e vigilância, com *burgenses*<sup>15</sup> como habitantes.

Do ponto de vista histórico, o precursor da cidade fortificada é o castelo senhorial, fortaleza habitada pelo senhor e seus guerreiros, suas famílias e criados. Do Egito à Irlanda, passando por etruscos e chineses, a construção de castelos e o principado que neles reina tem sido fenômeno universal na origem das cidades. O desenvolvimento medieval do estamento senhorial politicamente autônomo (a *politically independent gentry*<sup>16</sup>) começa com os *castelli*, na Itália; no norte da Europa, a autonomia dos vassalos enseja numerosas construções de castelos; e no caso da Alemanha, mesmo na época moderna, pertencer à Câmara dos representantes estamentais dependia de ter a posse de um castelo, mesmo que fosse uma ruína.

Nesse estudo<sup>17</sup>, tão cuidadosamente documentado, fortes e mercados existem lado a lado. Na Inglaterra, Itália e, mesmo nas cidades islâmicas, a paz militar (o castelo ou o forte) garantia a existência dos mercados: na Itália, se tinha o *comitium* e o *campus Martius*; no contexto islâmico, a *kasba* (o acampamento guerreiro) e, ao lado, o bazar; na Índia, a cidade dos notáveis (políticos) estava ao lado da cidade econômica. As relações entre a guarnição, a fortaleza política ou castelo e a população civil e economicamente ativa são complexas e podem ser reconstruídas desde os egípcios e gregos. Há evidência da participação da nobreza nos lucros comerciais e muitos foram os príncipes que passaram a ser *primus inter paris* desde os tempos homéricos até a Idade Média. Claro que havia os

---

<sup>14</sup> Na Sicília de hoje, o visitante descobre *in loco*, o que foi (e ainda é) a Magna Grécia.

<sup>15</sup> Esse nome se origina da situação jurídico-política, relacionada com a propriedade fundiária especificamente burguesa determinada pelo dever de vigiar e conservar a fortaleza.

<sup>16</sup> A palavra gentrificação é muito usada no contexto das restaurações de centros históricos. Por isso, citei o mesmo texto de Weber em inglês, na tradução de Martindale.

<sup>17</sup> Todos os subtítulos do trabalho de Weber foram retirados da versão inglesa. Tanto na versão em espanhol quanto na portuguesa o texto corre direto, sem intertítulos, e parecem, ambos, mais confusos.

*honoratiores* específicos da cidade, mas, muitas vezes, essas camadas se interpenetravam.

Weber se propõe a demonstrar a origem da Cidade Ocidental e suas peculiaridades para que possamos entender a cidade contemporânea, o mundo contemporâneo. Para isso, é preciso estar atento, porque, nem toda cidade, no sentido econômico, nem toda fortaleza, no sentido político-administrativo, constituía uma **comunidade**<sup>18</sup>. Somente o Ocidente conheceu a comunidade urbana.<sup>19</sup>

As cidades (comunidades urbanas) se desenvolveram a partir das seguintes características: uma fortificação, um mercado, um tribunal próprio e, pelo menos parcialmente, um direito próprio, caráter de associação e, ligados a esse, autonomia e autocefalia, pelo menos parciais, além de uma administração realizada por autoridades de cuja nomeação os cidadãos participavam de alguma forma. Esses direitos eram chamados, no passado, de direitos estamentais porque eram privilégios de estado. As cidades ocidentais da Idade Média, só em parte, possuíam todas essas características e apenas algumas, no século XVIII, podiam ser consideradas autênticas comunidades urbanas.

Weber descreve as cidades da Índia, asiáticas e islâmicas e conclui que embora várias delas apresentassem algumas características comuns às cidades do Ocidente Medieval, somente nessas últimas os cidadãos eram portadores de ação de associação. Já as cidades ao norte dos Alpes se desenvolveram com *pureza típica ideal*, porque, na cidade medieval do Ocidente, a diferença no direito fundiário era um fator essencial: dentro da cidade havia bens de raiz hereditários, em princípio livremente alienáveis, isentos de censo ou apenas sujeitos ao censo fixo e, fora da cidade, terras de camponeses vinculados nas formas mais diversas a um senhor territorial ou à comunidade de aldeia ou a ambas as coisas. A esse contraste com a Ásia, correspondia um contraste absoluto na situação jurídica pessoal.

Por toda a parte, no Oriente Próximo e no Oriente Extremo, seja na Idade Média ou na Antiguidade, a cidade era um povoado nascido pela afluência de pessoas vindas de fora e mantidas, em face das condições sanitárias das classes baixas, somente pela chegada contínua de novas pessoas do campo, contendo, portanto, pessoas de posições estamentais as mais diversas.

---

<sup>18</sup> Como veremos, esse conceito vai ser fundamental para que Weber demonstre porque somente no Ocidente é na cidade como tal que vai se respirar liberdade. Por isso, Weber é clássico e atual ao mesmo tempo. É que ele procura refinar conceitos fundamentais da Sociologia.

<sup>19</sup> Aqui, no sentido de NISBET, 1976.

Na Antiguidade e na Rússia, a possibilidade de comprar a liberdade estimulava o rendimento econômico dos pequeno-burgueses não-livres e, por isso, era precisamente nas mãos dos libertos que se acumulava uma grande parte dos primeiros patrimônios adquiridos em empreendimentos racionais de caráter artesanal ou comercial. Dessa maneira, a cidade ocidental era um lugar de ascensão da servidão à liberdade, por meio da atividade aquisitiva, no regime de economia monetária.

Nas cidades medievais, encontramos esse fenômeno, de forma mais acentuada, particularmente nas regiões não-litorâneas. As municipalidades das cidades perseguiram, quase sempre, conscientemente, uma *política* estamental que se propunha a esse resultado. Na sua época inicial, havia margem para atividades aquisitivas, facilitava-se a mudança para as cidades e existia um interesse solidário em impedir que todo servo que acabara de juntar um pequeno patrimônio na cidade fosse requerido por seu senhor para voltar para o campo para prestar serviços domésticos ou de estábulo, mesmo que fosse, apenas, para pagar um resgate, como ainda acontecia, no século XVIII, por parte da nobreza na Silésia e, também, no século XIX, por parte da nobreza russa. Por isso, os cidadãos urbanos usurpavam, rompiam, com o direito senhorial. E essa foi a grande inovação, objetivamente **revolucionária**, da cidade medieval do Ocidente, em oposição a todas as outras cidades de até então<sup>20</sup>.

Das cidades do Centro e do Norte da Europa surge o conhecido lema “O ar da cidade faz livre”, porque, nessa área, após um prazo maior ou menor, o senhor de um escravo ou servo perdia o direito de reclamá-lo como submetido a seu poder. Na medida em que, dentro da cidade, todos são livres, não havendo mais distinção entre livres e não livres, muitas delas desenvolveram, também, a igualdade política dos seus habitantes e as eleições livres dos funcionários urbanos o que, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de um estrato de *patrícios*. Os ricos urbanos começaram a criar seus sinais de distinção (propriedade de cavalos) e aparece uma nova nobreza urbana (*constables*, cavaleiros) e uma nova estratificação em termos de status, também.

No final da Idade Média, essa nobreza cidadina participava das guildas e da administração municipal, mas não era reconhecida pela nobreza rural. Essas

---

<sup>20</sup> Aqui, creio, está a chave para entender porque Weber deu a esse ensaio o subtítulo “A dominação não-legítima”.

forças apontavam para algum nivelamento da população urbana, malgrado suas fortes diferenças internas. Mas a cidade medieval propriamente dita era constituída como uma **irmandade**, com seu símbolo religioso – um santo que os protegia – cultivado pela associação dos cidadãos. Essas irmandades geriam financeiramente a cidade e eram proprietárias de terras e imóveis.<sup>21</sup>

Outra característica particular das cidades da Europa Ocidental, além do fato de a associação política ser também proprietária de terras é que, por várias razões e, dentre elas, o avanço do Cristianismo, os clãs perderam qualquer significado, prevalecendo a igualdade ritual. A cidade se tornou, então, uma confederação de cidadãos individuais (pais de família). Assim, independentemente da consciência do conceito jurídico que se tinha de corporação e comuna, a cidade medieval era uma *comuna* desde o seu nascimento, de acordo com Weber (1966).

O papel desempenhado pela comunidade eclesiástica na organização técnico-administrativa das cidades medievais é apenas um dos sintomas dessa qualidade da religião cristã, que passou a ser a religião desses povos abalados por haverem perdido seus vínculos de clã, e, por isso, o cidadão das comunidades do Norte já entrava na comunidade urbana como **indivíduo** e não como membro de um clã ou tribo. Era como indivíduo que ele prestava juramento de cidadão. A cidade medieval era assim, também, uma associação de culto. O pressuposto para ser um burguês plenamente qualificado era a qualificação plena na paróquia eclesiástica.

A cidade medieval do Ocidente não era apenas sede do comércio e do artesanato (economicamente), guarnição e fortaleza militar (politicamente) e um distrito judicial (administrativamente), mas, também, uma irmandade fundamentada em juramento: era uma **commune** baseada em juramento, uma **corporação**, em sentido jurídico. Desse modo, o processo de constituição das cidades medievais do Ocidente se deu livre dos tabus, dos impedimentos mágico-religiosos, como ocorreu na Ásia, por exemplo, mas não livre de conflitos. Weber acrescenta que as fraternidades/irmandades que foram criadas nas cidades antigas, como Colônia, tiveram que disputar legitimidade com a associação dos anciãos e que, no bairro dos mercadores, São Martins, o direito à criação da irmandade teve que ser *usurpado*.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Dentre as várias irmandades laicas da cidade, a Santa Casa de Misericórdia de Salvador é, ainda hoje, uma das maiores proprietárias de imóveis do centro da cidade.

<sup>22</sup> Essa palavra está presente com grande frequência nas três versões do texto que trabalhamos: português, inglês e espanhol, e, em nenhuma das versões, ela me parece clara.

Afirma ainda que uma irmandade revolucionária raramente aparece nos documentos das cidades: essa de Colônia é, laconicamente, mencionada uma vez.

Enquanto, em algumas áreas da Europa Medieval, os interesses urbanos foram representados por irmandades ou fraternidades, na Inglaterra, prevaleceram as corporações e, na Itália, a *conjurazione*. Provavelmente, elas não foram criadas por razões políticas, mas para proteger o indivíduo e ocupar o lugar/papel do clã, apaziguar disputas, emprestar dinheiro, promover festas (hábito oriundo dos tempos pagãos) e organizar funerais, garantindo a benevolência e a indulgência dos santos. Ao contrário da crença corrente, as guildas, nos demonstra Weber, foram criadas depois e tratavam, exclusivamente, da comercialização e venda dos produtos.

*By and large the socio-religious fraternities stood in close personal union with official professional associations, the merchant corporations and the artisan's guilds. The order in which the various associations came into existence in the particular case is of no importance [...] On the other hand it is also true that the artisan's guild are older than the conjurations. But they cannot be conceived as the forerunners of the conjurations since they appear throughout the world even where no burgher community has ever been found. (1966, p. 116).*

Finalmente, outro conjunto complexo de fatores deve ser considerado, para dar conta da origem da comunidade urbana no Ocidente: as características das composições urbanas militares e, sobretudo, seus fundamentos socioeconômicos. É que, no Ocidente, se preservou o princípio do autoequipamento do exército, tanto fazia se de camponeses, de cavaleiros ou se uma milícia de cidadãos. Mas isso significava a autonomia militar do indivíduo e, por consequência, o senhor dependia, em alto grau, da boa vontade dos membros do seu exército, o que o obrigava a se dirigir e a compactuar com eles, em caso de necessidade. Daí decorre o nascimento dos estamentos: do poder financeiro dos moradores urbanos, que podiam se reunir e enfrentar, militarmente, o senhor da cidade; que permite, em última instância, que surjam as comunidades urbanas corporativas e autônomas. Todas as *conjuraciones* e uniões do Ocidente, desde a Antiguidade, eram alianças das camadas urbanas elegíveis para o serviço militar que, na hora decisiva, eram capazes de pegar suas próprias armas e lutar pelos seus interesses. Já os ricos mercadores chineses e indianos e os *brokers* da Babilônia não tinham esse poder militar contra a aristocracia, apesar do dinheiro.

No capítulo seguinte, segunda parte do livro, “As cidades de linhagem na Antiguidade e na Idade Média” – “*The patrician city in Antiquity and in the Middle Ages*”–, Weber (1966) estuda a administração e a política nas cidades italianas e inglesas e sua relação com a nobreza e mais as cidades da nobreza. Em seguida, compara esses desdobramentos com os do norte da Europa e com a Antiguidade, retirando parte do material de *A Ilíada*. Assim, as linhagens da Antiguidade, como as da Idade Média, continuavam residindo no campo apesar de estarem ligadas às cidades que, nesse caso, eram sempre marítimas.

É nesse contexto que Weber propõe que as relações de parentesco na Grécia repousavam no carisma (*clan charisma*), palavra que ele retira do vocabulário dos primeiros cristãos, quando tinha o sentido de *gift of grace*.<sup>23</sup> O problema imediatamente colocado é como a ordem social continua diante da morte de uma liderança carismática. No caso dos gregos, ele vê o carisma transferido do indivíduo para a estrutura na qual ele operava, o clã.

Numa descrição detalhada da cidade antiga, Weber mostra que ela era uma cidade formada basicamente por divisões militares e religiosas, portanto, uma comunidade guerreira. Em oposição, a cidade medieval de linhagem, ou *patrician*, estava dentro de grandes impérios continentais aos quais ela se opunha. Enquanto a cidade de linhagem da Antiguidade nasce na costa, cercada de camponeses e bárbaros, a medieval surge de uma cidade episcopal ou em uma área de dominação feudal. As semelhanças, de acordo com Weber, estão nos processos políticos que essas cidades experimentaram até chegar a uma municipalidade autônoma. Mesmo assim, as similaridades são maiores com Roma do que com Veneza.

De qualquer maneira, o autor insiste em que a residência urbana da nobreza, tanto itálica quanto grega, tinha causas econômicas que se baseavam nas oportunidades oferecidas pela vida urbana. Não que essas nobrezas fossem mercadoras ou comerciantes, mas eram, em ambos os casos, sócias, *silent partners*, dos mercadores; e foi “silenciosamente” que os “patrícios” entraram nas guildas de Londres, no século XIV, quando elas lograram, finalmente, obter poder na administração da cidade.

---

<sup>23</sup> De acordo com Martindale (1966, p. 140) quem usou primeiro essa palavra foi Rudolf Sohm referindo-se à autoridade baseada na devoção a uma santidade excepcional, ao caráter exemplar ou heroico de um indivíduo. Até hoje, em inglês, uma pessoa *gifted* é aquela cuja inteligência e/ou talento são tão raros que são como que “presenteadas pelos deuses”.

Em seguida, Weber discute o papel de instituições criadas para administração das cidades, como a *podestà*, das cidades italianas – na qual, basicamente, um oficial de fora era chamado para resolver os conflitos administrativos. Estas, eventualmente, se tornam um estado dentro do estado e, similarmente as guildas da Europa do Norte, crescem em poder em relação aos conselhos municipais; ele descreve as lutas intersticiais entre instituições pelo domínio da administração das cidades, que não são idênticas para toda a Europa, e refletem, em muitos casos, a luta dos burgueses/comerciantes/etc. com os variados tipos de aristocratas – mas essa última frase está carregada de simplificação. Estuda, ainda, uma instituição italiana chamada *popolo*, que protegia a população ante a corte, cujo chefe, como na *podestà*, era trazido de fora. A duração de sua administração era, em geral, de um ano, seu escritório ficava numa casa com torre e lhe era atribuída uma milícia financiada e formada pelas guildas. Com estatutos e recursos financeiros próprios, o *popolo* excluiu da administração municipal a nobreza e, com o tempo, criou grande quantidade de leis urbanas, estatutos, regras jurídicas e de quatro a cinco dúzias de categorias oficiais de funcionários que ia do oficial de justiça ao *burgomaster*. Com isso, o que Weber demonstra minuciosamente, e que não pode ser aqui reproduzido, é que, nesse longo e variado processo, a comunidade urbana medieval alcança autonomia política e, até mesmo, eventualmente, exerce políticas imperialistas de guerras e de conquista de terras, de outras cidades e de colônias estrangeiras.

Quando o Estado patrimonial-burocrático conseguiu submeter as cidades, ele não rompeu com a “política econômica urbana” – porque o florescimento econômico das cidades era importante e interessava à política mercantilista cujas práticas podiam ser copiadas da política urbana do comércio à distância –; ele procurou conciliar o antagonismo de interesses entre a nobreza e as cidades e, mais do que da nobreza, a propensão a entrar em conflito com as cidades que vinha do clero monástico cujas propriedades e terras eram isentas de taxaço e a mão-de-obra, sem família para sustentar, era capaz de vencer a concorrência com os não-monásticos.

Weber (1966) finaliza esse trabalho fazendo um estudo comparativo entre as instituições e as classes sociais das cidades da Antiguidade e as das cidades da Europa Medieval mostrando que elas são diferentes e que essas diferenças estão

presentes desde a forma pela qual, as suas respectivas cidades foram fundadas, até a forma como a política era conduzida. Assim, enquanto, em Roma, prevalecia a tradição e a experiência dos anciãos e, sobretudo, dos ex-funcionários, e as decisões políticas eram baseadas em considerações racionais, na Antiguidade grega clássica pesava a juventude e a retórica política dos demagogos áticos.

Vários são os textos, sobretudo aqueles encontrados na web, que tentam explicar porque Max Weber deu a seu trabalho o subtítulo “A dominação não-legítima”. A maioria desses textos nos parece demasiadamente ingênua para reproduzir aqui. De qualquer modo, não poderíamos continuar sem tentar enfrentar esse assunto. No texto de Bárbara Freitag-Rouanet, “*Global cities in informational societies*”, ao discorrer sobre as várias teorias que tratam da cidade e resumir as contribuições teóricas mais importantes, ela afirma:

One question remains open: why did Weber give his famous chapter on cities the main title of ‘Non-legitimate power’, reserving for a parenthetical clause the subtitle ‘The typology of the cities’? The reason may well be that as the feudal order refused money as the main basis for power, Weber considered that from an aristocratic point of view wealth-based power was illegitimate. (2003)

Outra possibilidade de interpretação nos é dada por Domingues (2000, p. 212) que considera que Weber estabelece dois traços cruciais para a cidade ocidental: a cidadania e a autonomia. Nesse sentido, a quebra da dominação tradicional, dos senhores feudais e da Igreja e a sua substituição pela autoridade dos habitantes associados na urbe, é que marca o subtítulo que Weber confere ao texto “*Nichtlegitime Herrschaft*” e, ao mesmo tempo, serve de fio condutor ao seu argumento e a sua tipologia. Weber, como Simmel, foi capaz de prever que as cidades seriam o palco real da sociedade contemporânea: *Schauplatz*. É a cidade que transforma a sociedade de tradicional em racional e é na cidade que surge o indivíduo livre, como vimos.

Além disso, é importante reter, para podermos prosseguir, que, para Weber: a) as cidades possuem dimensões não-econômicas; b) o papel da cultura é mais importante, na notória impessoalidade das cidades, do que a sua densidade populacional; c) para entender as cidades, é preciso reconstruir as relações sociais, que são constituídas das relações inter-humanas, como também seu significado e o sistema de relações que dela decorre; d) as instituições existem como resultado do

ato das pessoas; e) as relações sociais e as instituições são formas condensadas e econômicas de expressar atos conjuntos complexos de interações sociais; e f) tudo na cidade tende a se profissionalizar e que essa tendência está presente na constituição das cidades, que sempre se distinguiram de vilas e aldeias pela política econômica urbana que partia das corporações. Por isso, no entendimento do urbano, os conceitos políticos são tão importantes quanto os econômicos.

Para Vilma Figueiredo (2000, p. 322), a contemporaneidade de Weber se deve à estratégia metodológica de conferir pesos equivalentes às diferentes esferas da vida social, para a compreensão da direção da mudança. Então, essa perspectiva adquire maior importância após a queda do socialismo real e a evidência de que o capitalismo revolucionou e ainda faz avançar as forças produtivas. No seu entendimento, foi isso que deixou desacreditada uma vertente do marxismo vulgar latinoamericano. Assim, Weber é atual, na medida em que é livre de determinismos, inclusive o determinismo das ideias. Além disso, ao desenvolver suas análises, procura estar atento ao impacto dos fatores individuais.

Aqui se faz necessário um pequeno *détour*<sup>24</sup>, com a ajuda de Cardoso, mas que começa com a observação de Luiz Werneck Vianna de que, no Brasil, a leitura de Weber perde muito de suas nuances e a leitura do tema do patrimonialismo, em particular,

[...] ao voltar-se para o paradigma do Oriente clássico, onde não se conheceu o direito à propriedade individual, direito que, desde os gregos, nasce com o Ocidente, é então prisioneira do ângulo das instituições políticas, principalmente do Estado, e é daí que provém sua ênfase na reforma política e não na reforma social. (1999, p. 176).

Sem poder entrar nos desdobramentos da observação acima, voltamos para 1972, quando Fernando Henrique Cardoso publica "*La ciudad y la política*"<sup>25</sup> em que, depois de resumir o trabalho de Weber, chama a atenção para os seguintes aspectos da obra: a diversidade de características econômicas e político-administrativas que dão origem à cidade; a existência de um direito e de um tribunal próprios; de uma relação associativa entre os seus membros; e de uma capacidade,

<sup>24</sup> Como em Karel Kozic (2002).

<sup>25</sup> CARDOSO, Fernando H. *La ciudad y la política*. *Revista Estudios Sociales Centro-Americanos*, n. 1, jun./ago. 1972, mais tarde, publicado como "A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo", um dos capítulos do livro *Autoritarismo e Democratização*, em 1975.

pelo menos parcial, de decisão e de autonomia. Em termos simples, os cidadãos/burgueses participavam da designação das autoridades que administravam as cidades. Então, a cidade foi pensada pela Sociologia Clássica como um fenômeno social, de divisão do trabalho e mercado e, também, como um fenômeno político. Além disso, o autor faz a seguinte pergunta: “Até que ponto este tipo de abordagem do fenômeno urbano se aplica a cidades latinoamericanas e subsiste validamente diante das transformações da economia e da sociedade contemporâneas?” (1975, p. 141).

Para Cardoso (1975), não há paralelo possível entre Lima e Veneza, Buenos Aires e Essen, Bahia e Londres. É que as cidades da Espanha e de Portugal tiveram uma relação de dependência com o poder real que o resto da Europa não conheceu, pois era exatamente esse poder que as defendia dos avanços feudais, sendo, portanto, essa dependência almejada como forma de defesa. As cidades de Castela se uniam em “irmandades”, presididas pelo representante da Coroa, que exerciam as funções judiciária, policial e de fornecimento de tropas para o Rei, sendo, portanto, parte do aparelho de estado.

A cidade na América nasce como o prolongamento, na colônia, da presença do Rei, embora Cardoso admita alguma singularidade no caso do Brasil, argumentando, a partir do que ele refere como o “luminoso capítulo sobre o Semeador e o Ladrihador” de Sérgio Buarque de Holanda<sup>26</sup>, que sugere que, enquanto os espanhóis tentavam obstinadamente impor seus modelos, os portugueses,

[...] dotados de maior pragmatismo realista, foram menos rígidos no urbanismo colonial [mas] o desleixo da geografia urbana da América Portuguesa (que deu o encanto da Bahia e mesmo do Rio de Janeiro dos vice-reis) não foi suficiente, contudo, para reproduzir na América a pauta ocidental da cidade como um fenômeno político-econômico [...] (1975, p. 143).

Mas, apesar das discrepâncias, Cardoso (1975) vê as cidades coloniais latinoamericanas crescendo como cidades administrativas, de funcionários, como Moscou e Pequim. A questão que ele mesmo reconhece é que essa precária tipologia não esgota a variabilidade das formas de aglomerados urbanos do mundo

---

<sup>26</sup> Ver: *Raízes do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. Cap. 4.

colonial, formas essas que permitiram, até mesmo, que uma certa autonomia se desenvolvesse, nos lugares mais remotos do mundo colonial. Mas os pruridos autonomistas foram freados pela política metropolitana, a partir da segunda metade do século XVIII, bastando, para isso, a descoberta de uma jazida de ouro ou de qualquer metal precioso, fosse, mesmo, nos sertões de Goiás. Nesses casos, como no de Minas Gerais, passa-se a depender diretamente de Portugal escapando-se, inclusive, do controle dos representantes locais do Rei.

No período pós-Independência, as cidades-capitais dos novos estados vão se constituir em pólos de aglutinação importantes na vida nacional, pois passam a ser focos de decisão política, a partir dos anos imediatamente anteriores à Independência. É que a ruptura do pacto colonial fortalece os mercados sediados nas cidades, sobretudo, graças às atividades dos mercadores ingleses.

A quebra dos monopólios comerciais levou a uma prosperidade por toda a parte (México, Buenos Aires, Bahia, Rio de Janeiro), fortalecendo os setores mercantis locais, diversificando as elites, provocando novas alianças e acomodações entre as classes dominantes, sem romper embora o 'antigo regime' patrimonialista. (CARDOSO, 1975, p. 147).

Com um detalhe, ainda, de acordo com Cardoso: na Europa, a cidade se firma como cidade-estado; na América, ela será o nervo vivo do estado-nação.

Como as cidades expressam uma forma de divisão social do trabalho, tendem a permanecer estagnadas aquelas nas quais a exploração escravista se prolongou, não porque os imigrantes consumissem mais, nos garante o autor, até porque esses eram tão pobres quanto os escravos, mas porque a escravidão recria, no latifúndio, a auto-satisfação das necessidades econômicas, dada a disponibilidade permanente do escravo.

Portanto, no século XIX, o incremento para o crescimento urbano se dá com a introdução e a generalização do trabalho livre. Não se trata, portanto, de o café ser uma planta democrática e a cana uma planta aristocrática. Para Cardoso (1975), o que importa reter é que se chega ao século XX com o eixo político tendo se deslocado para a cidade, embora isso não fosse verdade, necessariamente, para o eixo econômico.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Sobre autonomia ou semiautonomia dos campos ver a discussão de Fredric Jameson sobre a concepção de Niklas Luhmann de que existem zonas no interior do social que se desenvolvem a

Com esses parâmetros teóricos clássicos da sociologia urbana, passamos para a nossa próxima aproximação teórica que pode ser vista como uma moldura interna, para a exposição do nosso objeto de estudo que é a reconstrução dos passos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), originalmente Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, que conduziram à Reforma do Pelourinho ocorrida em 1992.

### 3 QUADRO TEÓRICO, SEGUNDA APROXIMAÇÃO AO OBJETO

O objetivo principal deste trabalho é reconstruir os caminhos percorridos pelo IPAC que conduziram à Reforma do Pelourinho em 1992. Ao assim proceder, uma das nossas tarefas é dialogar com a bibliografia existente que avalia a reforma do Pelourinho de 1992, de forma negativa<sup>28</sup> e que, geralmente, o faz a partir de discursos construídos pelos que falam em nome dos “excluídos”<sup>29</sup>.

As restrições à Reforma de 1992 são essencialmente construídas em cima da forma como se lidou com a população local e de como os casarões reformados foram ocupados. Mas, essas mesmas críticas ignoram os vinte anos de trabalho do IPAC na área e as várias tentativas de manter os casarões coloniais e a população. Neste trabalho, tratamos, fundamentalmente, da primeira crítica à reforma, acerca do trato com os moradores e, mais particularmente, tentamos conhecer quem eram/são esses moradores.<sup>30</sup>

Assim, a percepção sobre a Reforma, além de reproduzir discursos interessados, é também permeada pela ideia generalizada de que nada que tenha vindo de técnicos do Estado durante as administrações do grupo aliado de Antônio Carlos Magalhães poderia prestar, o que indica uma subestimação dos técnicos e da burocracia estatal. A condenação da reforma é, como veremos, generalizada e repousa sobre esses dois argumentos.<sup>31</sup> Acreditamos que haja um desconhecimento generalizado sobre a população que ali estava residindo, no final da década de oitenta, sobre como o IPAC lidou com essa população, de 1969 a

---

<sup>28</sup> Muitos desses discursos são de instituições que foram beneficiadas pela Reforma de 1992, mas, por razões políticas e/ou populistas, se posicionam publicamente contra a Reforma.

<sup>29</sup> Aqui usado não no sentido francês para descrever a situação dos imigrantes árabes de língua, religião e cultura muito diferentes da francesa, mas, no sentido físico da palavra. No Brasil, parece ter tomado o lugar do conceito de marginalidade, ao mesmo tempo em que se ignora todo o trabalho de uma geração sobre o referido conceito.

<sup>30</sup> Inúmeros colegas consubstanciam seus trabalhos, muitas vezes, em entrevistas com pessoas que falam em nome desses moradores, na medida em que obtiveram, nesse mesmo processo, imóveis restaurados pelo poder público nos quais instalaram suas empresas. Aqui, o exemplo mais conhecido é o do Olodum, contemplado com três imóveis restaurados e, muito frequentemente citado, em vários trabalhos (ver Sant’Anna, 2003), como porta-voz dos que saíram. Qualquer garoto do Pelourinho sabe que João Jorge Rodrigues, o dono do Olodum, viabilizou o transporte da mudança de muitos dos moradores indenizados. Seria mais difícil para o Olodum atrair a classe média para os seus caros shows nas praças criadas pela Reforma de 1992 se aquela população permanecesse ali.

<sup>31</sup> Dentre os críticos da Reforma de 1992 tem-se: Pinho, 1996; Muricy, 1995; Uriarte, 1999; Hulten e Wouters, 1997; Dias, 2001; Fischer, 1996; Meneguello, 2000.

1992 e, acima de tudo, do estado de arruinamento do bairro, como pode ser demonstrado por fotos que ilustram este trabalho.

Bairro do século XVI, o Pelourinho é parte do Distrito da Sé, de acordo com a classificação de Milton Santos (1959, p. 131) e de Eloísa Petti Pinheiro (2002, p. 232). Área eminentemente residencial, presentemente centro de todo um conjunto de ruas que passou a ser chamado de Centro Histórico, começou a mudar a partir da segunda metade do século XIX, quando os comerciantes ingleses, cuja importância na cidade crescera a partir de 1808, com a abertura dos portos, lideraram a valorização de jardins, pomares, ar limpo e espaços amplos e ventilados, ausentes nas construções coloniais do centro, coladas umas às outras, um processo pelo qual também passou o Rio de Janeiro à mesma época.<sup>32</sup>

Movendo-se em direção ao sul, à Barra, os ingleses foram pioneiros em fazer do Campo Grande e da Vitória morada dos mais ricos, uma tendência descrita por Maria Graham e que persiste até hoje.<sup>33</sup> Nesse sentido, abordando a questão da segregação socioespacial e assinalando a sua relatividade, malgrado a globalização, Preteicelle ressalta a existência de estudos que demonstram grande inércia histórica na estrutura hierárquica das grandes cidades, que não pode ser interpretada como um efeito direto das transformações mais recentes, pois

[...] ela é, inevitavelmente, uma herança histórica dos efeitos dos movimentos da economia e da sociedade, no longo prazo, centralizada tanto nas estruturas materiais do espaço construído como nas formas sociais de valorização simbólica e da apropriação. (2003, p. 32 apud CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004, p. 282).

---

<sup>32</sup> “[...] Por volta de 1860 perceptivos missionários protestantes americanos observavam os comerciantes trocarem as residências na parte superior de seus estabelecimentos pelos pitorescos subúrbios, e por congestionamentos nos finais de tarde. Em lugar de continuar morando nos prédios amontoados das ruas do centro do Rio de Janeiro, apertado, ao mesmo tempo comercial e residencial, os ricos construíram casas imponentes e isoladas em terrenos muito agradáveis com caminhos cercados de palmeiras reais, lindos arbustos floridos e árvores de tonalidades escuras [...]. Esta coroa de jardins como afirmavam dois visitantes dos Estados Unidos era a glória dos mais bonitos bairros como Botafogo”. (HANNER, 1992).

<sup>33</sup> “Não vimos senão pouco da cidade alta, mas esse pouco era belo, em nosso caminho para a casa do cônsul. Sua casa, como todas as dos comerciantes ingleses, fica um pouco longe da cidade, no subúrbio da Vitória. [...] Encontramos o cônsul e sua filha prontos a nos receberem em sua muito agradável casa-jardim, que se dependura literalmente sobre a baía; flores e frutas misturam seus encantos até junto ao mar [...]”. (GRAHAM, 1990, p. 166).

Em outras palavras, nesses tempos de globalização e de forças transnacionais ou de inserção diferente no mercado mundial, esses processos não eliminam a influência das instituições, atores e decisões políticas nacionais e locais, e, muito menos, a conformação e herança histórica sobre as quais incidem tais transformações. (CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004, p. 282).

Para tanto, é preciso delinear o contexto em que atores e instituições atuam. Salvador chegou ao final do século XX com um ritmo de crescimento tão baixo que a fez recordista brasileira de desemprego.<sup>34</sup> Segundo o entendimento de Paulo Henrique Almeida (2008, p. 13), para compreender a evolução recente de Salvador é necessário, em primeiro lugar, resgatá-la de um passado mais remoto e, para isso, ele propõe um *détour* ou uma perspectiva de longa duração. E, em segundo lugar, é preciso pensar Salvador em um contexto mais amplo, do Recôncavo, por um lado, e por outro, dos laços com a economia mundial.

Antes dele, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978, p. 46-64), avaliando as pesquisas do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) e suas implicações metodológicas, propõe primeiro, o conceito de *sociedade global* como sendo aquela em que, pelo menos, três relações distintas entre o campo e a cidade coexistiriam e, segundo, o estudo dos efeitos do desenvolvimento urbano industrial sobre o campo e, particularmente, sobre o seu entorno rural. Após estudar as relações de São Paulo com seu campo imediato, ela se refere, especificamente, ao desenvolvimento de Salvador e ao efeito produzido sobre o Recôncavo, com a exploração petrolífera, além da necessidade de se entender o rural e o urbano de forma articulada.

Essa, também, é a perspectiva de Monte-Mór e Costa:

O ponto de vista escolhido, o referencial teórico, privilegia o processo de urbanização extensiva (Mont-Mór, 1994), para além dos limites das cidades, integrando amplos espaços regionais e modificando estruturalmente as relações urbano-rurais e as articulações entre centros e periferias. (2001, p. 11).

---

<sup>34</sup> O peso do sub-proletariado é de 11,7% em Belo Horizonte, 12,1% no Rio de Janeiro, 8,6% em São Paulo, 9,0% em Porto Alegre e Curitiba e 14,5% em Salvador e 14,2% em Recife, segundo Mendonça (2004, p. 124 apud CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004, p. 285).

Dentro dessa perspectiva, podemos começar tentando entender a economia de Salvador a partir de sua pauta de exportações, seguindo, também, a proposta de Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, para quem a história econômica de uma sociedade e seus desdobramentos socioculturais está intimamente ligada ao que ela produz. Assim, três produtos se destacavam na economia baiana até metade do século XX: cacau, açúcar e fumo. Embora se produzisse borracha vegetal, couros e peles, piaçava, ouro, manganês e outros minérios, foram essas *commodities* que definiram os horizontes de expansão da economia baiana. (ALMEIDA, 2008, p.14).

As bruscas variações de demanda e de preços de bens primários no mercado mundial e o fato de que o aparecimento de produtores concorrentes aumentava a oferta dos mesmos, selaram os destinos da economia baiana que já padecia de uma tendência secular à diminuição da fatia dos seus produtos nos mercados nacional e mundial. Além disso, a atividade canavieira do Recôncavo não conseguiu se modernizar, malgrado algumas tentativas, em final do século XIX, de transformar engenhos em usinas. O cacau manteve a sua importância até a década de 60 do século XX, como o principal produto de exportação baiana. Alguns autores acham que ele poderia ter feito pela Bahia o que o café fez por São Paulo. (MARIANI, 1958).

Em 1920, o cacau correspondia a 40% das exportações baianas e representava entre 20 e 25% das receitas públicas estaduais (CPE, 1980, p. 77). Entretanto, a massa de excedentes criada pelo cacau na Bahia nunca alcançou o tamanho da produzida pelo café, em São Paulo, ou pelo açúcar e algodão no Nordeste. Assim, em 1929, quase no final do auge das exportações de cacau, essas vendas representavam apenas 6% das exportações totais do país. (CPE, 1980, p. 20, Apud Almeida (2008).

Além disso, a extrema concentração do excedente gerado pela cacauicultura, que foi a principal atividade econômica do Estado, entre 1910 e 1950, limitou as possibilidades de crescimento do mercado baiano para produtos industriais e serviços. Ao mesmo tempo, a região produtora de cacau – Itabuna e Ilhéus – deslocou uma parcela considerável do seu excedente para o Rio de Janeiro, então capital do país, atraída por melhores condições de investimento e de comércio.

Apesar da tentativa de modernização da produção açucareira desde o final do século XIX, quando os antigos engenhos se organizaram em engenhos-centrais e, eventualmente, em duas dezenas de usinas, por volta de 1930 a agroindústria açucareira baiana estava em franca decadência. Por um lado, a modernização da agroindústria pernambucana passou a ocupar a fatia do açúcar nordestino no mercado externo e, com a crise de 1929, os empresários de São Paulo diversificaram seus investimentos e uma das áreas de interesse passa a ser o açúcar. Dessa forma, a Bahia perde, também, o mercado interno.

Já o complexo fumageiro era constituído pelo segmento do plantio baseado no minifúndio, por armazéns de beneficiamento vinculados às casas de exportação controladas pelo capital alemão e por algumas manufaturas de charutos e cigarrilhas que, em seu conjunto, ocupavam alguns milhares de agricultores e operários manuais. A partir de 1900 a produção de tabaco se estabilizou em 25 mil toneladas ao ano chegando, em 1930, a quarenta empresas exportadoras. Mas o salto para uma moderna agroindústria do fumo não ocorreu. Primeiro, porque a Bahia se especializara em fumo escuro para charutos, enquanto o mercado interno demandava tabaco claro para cigarros; segundo, porque as empresas instaladas na Bahia não tinham muito acesso aos mercados consumidores do eixo Rio de Janeiro–São Paulo; terceiro, porque o truste angloamericano do fumo saiu vitorioso na luta pelo mercado brasileiro e desenvolveu a fumicultura no sul do país onde estava o grande mercado consumidor interno; e, finalmente, porque a presença alemã, e de suas redes de exportação, ficou muito reduzida, em consequência da derrota alemã nas duas guerras mundiais. (ALMEIDA, 2008, p. 17).

Assim, a quase estagnação das atividades agropecuárias do Estado vai existir até finais do século XX. As oportunidades para a industrialização haviam sido perdidas e a localização para os pólos industriais do país já estava definida desde o começo desse mesmo século. A nova agroindústria baiana, que surge com a soja, na Região Oeste, com o café, na Região Sudoeste, e a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, a partir de 1980, chegou muito tarde, portanto, e seus efeitos vão servir para reforçar a economia de outras regiões.

Sem mercado no campo, condição agravada pela concentração das propriedades fundiárias, e sem poder contar com os mercados urbanos, a indústria baiana permaneceu incipiente e diminuta. Salvador e os outros poucos centros urbanos do Estado contavam, apenas, com o comércio e a administração pública.

Sem atividade agroexportadora forte, todo o resto da economia ficou comprometido e a cidade não conseguiu atrair novos investimentos, mas continuou atraindo emigrantes das secas da Bahia e de sua antiga área de influência que chegava até o Piauí. (SANTOS, 1959, p. 47).

Em 1959, analisando o impacto dos investimentos da Petrobrás na prospecção, produção e refino do petróleo, no Recôncavo baiano, Thales de Azevedo afirmava:

A exploração do petróleo no território do Estado da Bahia é uma atividade econômica que, por sua natureza e por seu vulto, há de necessariamente repercutir em toda a vida baiana. [...] Um empreendimento de tal monta assume maior significado no seio de uma economia relativamente modesta e de natureza preponderantemente agrária. (1998, p. 187).

Francisco de Oliveira, em seu clássico *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*, não pensa diferente: “No princípio da década de 1950, Salvador começa a ser sacudida de sua longa letargia pela instalação das atividades da Petrobrás” (2003, p. 21). Durante três décadas, o Recôncavo Baiano será o único produtor de petróleo, no Brasil, chegando a produzir um quarto das necessidades nacionais.

A massa de investimentos da Petrobrás, essa massa de dinheiro, de salários, investimentos e impostos que não tem paralelo na história econômica do Estado, concentrada no espaço reduzido do Recôncavo e de Salvador, transforma radicalmente a economia baiana. A indústria da construção civil e de seus materiais deslança. Entretanto, o caráter de “enclave” dessa indústria não influencia o desenvolvimento de outras. Assim, por exemplo, das compras da Petrobrás somente 2,7% serão feitas na Bahia. A articulação com outros ramos da indústria só ocorrerá na década de 1970, com o Polo Petroquímico de Camaçari.

De qualquer modo, a situação econômica da Bahia já havia começado a mudar, entre os últimos anos da década de 1940 e o final dos anos 1950, com alguns investimentos estatais, como a construção da hidroelétrica de Paulo Afonso, cujas primeiras turbinas começaram a operar em 1954, a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116), que começou a ser feita em 1939 e foi pavimentada em 1963, a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1954, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Esses

mecanismos vão garantir investimentos em água potável, saneamento, comunicações, energia e transporte.

Mas a maioria dos autores acredita que a implantação da Petrobrás foi o mais importante dos eventos econômicos do período. Eventos estes que se desdobraram na construção do terminal marítimo de Madre de Deus, e na implantação da Refinaria Landulfo Alves, de Mataripe, como também na construção de uma significativa malha rodoviária, no crescimento de algumas cidades de pequeno porte e no incremento considerável da renda gerada no Estado. (ALMEIDA, 2008, p. 22).

Esses investimentos, porém, tiveram mais impacto nos círculos financeiros e de consumo centralizados em Salvador do que nas áreas de operação da indústria petrolífera. Essa industrialização, baseada na entrada maciça de capitais de origem extrarregional e não em um processo de acumulação interno da região, viria a marginalizar, de uma vez, a economia do velho Recôncavo e a cobrar custos extremamente altos à sua rede urbana e à capital do estado. (BRANDÃO, 1978, p. 46).

O processo iniciado pela Petrobrás terminou por contribuir para um crescimento explosivo e de baixa qualidade na capital, Salvador, e por produzir uma vida urbana pobre e decadente, nas várias cidades da região. Como resultado desse crescimento estimulado e planejado, dos polos de crescimento e das teorias de desenvolvimento, tão bem conhecidas e desenvolvidas por personalidades locais como Rômulo Almeida e Celso Furtado, Salvador triplica de tamanho entre 1960, quando tinha 630.000 habitantes, e o final do século, quando a população era de 2.5 milhões. A rede ferroviária é abandonada; os saveiros e todo o sistema viário da Baía de Todos os Santos são substituídos pelas torres de petróleo e pelas estradas e, conseqüentemente, o vapor de Cachoeira não navegou mais no mar.<sup>35</sup>

Nessa perspectiva, de planejar e conceber o desenvolvimento e, também, de fazer face ao desemprego de uma população de migrantes com poucas qualificações, se inscreve, possivelmente, o *Plano Diretor do Turismo* de 1955, “animado do propósito cívico de restaurar o fausto, a grandeza e a prosperidade da velha Cidade do Salvador, primaz do Brasil e capital de reino” (DIRETORIA..., 1955, p. 3).

---

<sup>35</sup> Ver Guido Mantega, *A Economia Política Brasileira*, Polis/Vozes 1990

Nesse mesmo documento, afirma-se que era forçoso reconhecer que o Estado da Bahia se apresentava no rol das regiões do país que se encontrava em acentuado grau de subdesenvolvimento e que o turismo seria uma promissora fonte de renda para o Estado. Como exemplo dessa situação, é fornecida a cifra de emigrantes baianos para o sul: foram 39.400, só no ano de 1952, cerca de 1/3 do total de todos os emigrantes nordestinos que saíram através da Rio-Bahia, que foi de 130.000. (DIRETORIA..., 1955, p. 5).

Outro dado curioso sobre a Bahia, presente no *Plano Diretor de Turismo de 1955*, é que o Estado detinha, apenas, 4% da renda nacional e que, de 1.479 pessoas que declaravam, em 1953, ter mais de um milhão de cruzeiros no Brasil, só 41 estavam na Bahia. Já a indústria baiana representava, em 1953, 1,3% do total da produção industrial brasileira. Citando, ainda, fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o *Plano Diretor de Turismo de 1955* afirma que mesmo a produção agrícola baiana era pouco significativa em relação à brasileira: 5% do valor total.

O interessante nesse *Plano* é a quantidade de recomendações práticas para a cidade, a descrição detalhada das formas de publicidade a serem utilizadas para atrair o maior número de pessoas afluentes e, ainda, o levantamento dos estados onde essas pessoas viviam, de modo a dirigir a propaganda da Bahia para esse público<sup>36</sup>. Nele, várias referências são feitas ao *Touring Clube* e ao turismo como atividade econômica que rendia milhões a países como a França e a Suíça.

É preciso reter, aqui, algumas informações importantes. A primeira delas é que, em 1950, Salvador tinha cerca de 400 mil habitantes. Em 1960, cerca de 700 mil e, em 1970, um milhão: e aqui estamos simplificando os números. Vale lembrar, também, que, em 1950, apenas 35% da população brasileira vivia em cidades enquanto que, em 1990, já era 75% da população. Tem-se, assim, uma urbanização acelerada, em um tecido urbano que estava praticamente estagnado desde final do século XIX, com a população quase triplicando em vinte anos.

É desse período, de 50 a 60, e desse contexto a ideia dos “cinquenta anos em cinco”, de experimentos democráticos, de atualização urbano-industrial sob ventos do nacionalismo e do desenvolvimentismo de Kubitschek. No caso baiano, esse período é bem representado pelo trabalho de Edgard Santos, à frente

---

<sup>36</sup> Este documento da Diretoria de Turismo de Salvador foi encomendado à *Doria Associados Propaganda*.

da Reitoria da Universidade da Bahia. Um dos alunos da Universidade, Glauber Rocha, assim descrevia o fim da letargia baiana na perspectiva da cultura:

A guerra que as novas gerações devem abrir contra a província deve ser imediata: a ação cultural da Universidade e do Museu de Arte Moderna são dois tanques de choques [...] os clarins da batalha foram tocados pelas grandes exposições do Museu de Arte Moderna e pela montagem da Ópera dos Três Tostões de Brecht, que provocaram grande excitação no pensamento pequeno-burguês. A dinamização da imprensa, que deve perder os mais tolos preconceitos de linguagem, seria o terceiro tempo a vencer [...] contra o doutorismo, a oratória, a mitologia da praça pública, contra a gravata e o bigode [...] está sendo derrotada na província a própria província: derrotada na sua linguagem convencional, no seu tabu contra a liberdade de amar, na sua conveniência do traje, nas suas leis contra a revolução [...]. Gostaria que todos vocês que lideram nosso verdadeiro pensamento se empenhassem para levar a Bahia um passo à frente. (apud RISÉRIO, 1995, p. 14).

Como descreve Antônio Risério, para derrotar a província na província, o Reitor Edgar Santos, eventualmente expulso da Reitoria da UFBA pela esquerda, em 1961, conseguiu reunir na Universidade que dirigiu e nas instituições que estimulava, pessoas diferentes e singulares como Koellreutter, Lina Bo Bardi, Yanka Rudzka, Ernst Widmer, Martin Gonçalves, Carybé, Agostinho da Silva, Mario Cravo, Nelson Rossi, Machado Neto, Milton Santos, Walter da Silveira, Pierre Verger, Clarival do Prado Valladares, Diógenes Rebouças, Anton Smetak e Vivaldo da Costa Lima que será a figura mais importante à frente do IPAC, órgão que foi criado para lidar com a decadência e a miséria do Centro Histórico de Salvador. (RISÉRIO, 1995, p. 19).

Esse é um tempo, também, que vai permitir o surgimento de gente como Wally Salomão, Caetano Veloso, Carlos Nelson Coutinho, João Ubaldo Ribeiro, Rogério Duarte, José Carlos Capinam e Gilberto Gil, dentre outros. Essa efervescência e esse entusiasmo do período, é nacional, mas, na Bahia, vai dar no Cinema Novo, na Tropicália e em João Gilberto; e no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Mas é o tipo de desenvolvimento capitalista que vai nos permitir entender o que acontece em Salvador, do ponto de vista urbano. Para tanto, vamos buscar em Nisbet (1976) a forma de lidar com a história do pensamento em que não se trabalha com as ideias de um autor nem com o sistema de pensamento, mas com

as ideias que são os elementos do sistema: “ideias-unidade”. No caso da Sociologia, uma dessas ideias-unidade úteis para esse caso é o conceito de divisão social do trabalho, mais particularmente, de divisão regional do trabalho.

A configuração espacial que se desenvolve em Salvador, a partir dos anos 1950, é parte da dinâmica da expansão capitalista no Brasil. Velha base urbana da expansão mercantil europeia, Salvador teve de se adaptar aos requisitos da atual expansão capitalista. No caso particular do Nordeste, a industrialização do Centro-Sul reafirma o papel da Região Nordeste na divisão regional do trabalho, definindo-a sob as bases da acumulação do capitalismo monopolista. De acordo com Wilson Cano (1986), entre 1950 e 1962, se deu, no Brasil, o processo de integração interregional que levou à falência as indústrias leves de regiões periféricas. É por isso que, já desde o começo da década de 1950, em 1954, por exemplo, a indústria paulista produzia 100 bilhões de cruzeiros e empregava 440 mil pessoas, enquanto em Salvador se produzia dois bilhões e se empregava 15 mil pessoas. (SANTOS, 1959, p. 52).

Nesse processo, o espaço construído vai ter de ser adequado às exigências da nova dinâmica de acumulação de capital. O Estado vai entrar em cena como produtor do espaço urbano, como já tinha entrado como produtor de outros setores da economia. O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) são instrumentos estatais. O espaço que o Estado produziu para o cenário da nova fase do capitalismo brasileiro em bases monopolistas vai se apoiar no consumo de grandes áreas, como conjuntos habitacionais, centros industriais, avenidas de vale, e em altos investimentos em infraestrutura e, com isso, vai estimular o setor do capital ligado à construção civil e, também, contribuir para complementar o ciclo da produção de automotores, base do processo de acumulação de capital no país. Como um traço da expansão do capital no país é a concentração de renda, essa nova ordem da produção do espaço não somente nasce como, também, se reproduz dessa forma.



Figura 1 – Túnel Teodoro Sampaio, Av. Centenário – 1968  
Fonte:



Figura 2 – Avenida Presidente Castelo Branco  
Fonte:



Figura 3 – Avenida Bonocô/Mário Leal Ferreira  
Fonte:



Figura 4 – Pituba: foto aérea – 1986  
Fonte: Agliberto Lima



Figura 5 – Viaduto da Fonte Nova – 1971

Ao mesmo tempo, é nesse período que começa a aceleração da expansão populacional e espacial de Salvador, consequência, sobretudo, dos novos aportes migratórios, mas, também, da pobreza. Surgem, assim, as primeiras grandes *invasões* de Salvador: Liberdade, Alagados e Nordeste de Amaralina. (VASCONCELOS, 2001, p. 340).

Desde os anos 30, as cidades passaram a ser mercado de todas as mercadorias, enquanto o Estado se definiu como agente na criação das condições gerais da produção, passando, por esse motivo, a regular a relação capital-trabalho estabelecendo o preço da força de trabalho. O salário mínimo é, então, estabelecido para todo o país e diferenciado por regiões. A política de divisas favorece a industrialização nascente no sul do país em detrimento da agroexportação e, além disso, proíbe-se as importações que, daí em diante, serão feitas via Centro-Sul. Redefine-se, dessa forma, o papel das regiões, que passam a alimentar as bases da acumulação na industrialização do Centro-Sul, e consolida-se o espaço regional do Nordeste como espaço de circulação de mercadorias do Centro-Sul. É essa região que vai imprimir um novo padrão de urbanização para o conjunto do país no qual as cidades continuam a manter o papel da agroexportação e, ao mesmo tempo, abrigam um exército de reserva que vai atender às necessidades da industrialização e, também, contribuir para generalizar a circulação de mercadorias. (SOUZA, 1984, p. 24). A cidade do Salvador vai se caracterizar por um crescimento excessivo do exército de reserva.

Ao ser redefinida a divisão regional do trabalho, quebraram-se as bases das economias regionais e, assim, a intensificação da circulação de mercadorias destruiu as indústrias dos espaços regionais e estabeleceu novas relações sociais no campo, criando novos fluxos migratórios e liberando a força de trabalho que se dirigiu, basicamente, para as cidades. Assim, Salvador, mesmo sem ter indústrias, absorveu os fluxos migratórios: é um exército de reserva sem fronteiras que se locomove e faz circular as mercadorias, inclusive a mercadoria força de trabalho. (SOUZA, 1984, p. 26).

É o Estado também que vai dirigir a estrutura urbana e adequá-la às demandas dos setores econômicos de renda média, bem como todo o impulso de construção civil. É esse um Estado que canaliza todos os seus recursos e os distribui em forma de crédito para o capital, ao mesmo tempo em que converte tudo

em mercadoria, mercantilizando, inclusive, itens do custo de reprodução da força de trabalho, como saúde e educação.

Entre 1940 e 1950, o crescimento de Salvador foi de 101.155 habitantes, sendo que 71,40% desse incremento era constituído por imigrantes. Esse aumento da população de Salvador, que permanece grande, nas décadas seguintes, vai se refletir no espaço urbano e pressionar por novos espaços urbanizados. Sendo o espaço uma relação social e não apenas o reflexo dessa, veremos que muitos daqueles que irão ocupar os casarões do Pelourinho e seu entorno são imigrantes, como, aliás, demonstram as entrevistas realizadas para este trabalho.

Significativamente, a reunião das prostitutas da cidade, em 1930, no Maciel<sup>37</sup>, acontece, apenas, quatro anos antes da “Semana de Urbanismo”, criada pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres e pela Comissão Organizadora do Plano da Cidade, dos Governos Estadual e Municipal, um marco inicial na problematização das questões urbanas, que tinha como objetivo criar, na Bahia, uma consciência urbanística, sem a qual não seria possível uma expansão racional e metódica da nova Capital. Nesse evento, as conferências trataram de Segurança Pública, Incêndios, Saneamento da Cidade, Monumentos e Museus, Arquivos e Belas Artes, Tráfego Urbano, Sugestões para o Plano Diretor e as Cidades Jardins (SOUZA, 1984, p. 59).

A discussão ocorre um ano após a destruição da Catedral da cidade, para dar lugar à passagem das linhas de bonde. Nas conclusões, foram apontados alguns dos grandes males que afligiam a cidade: incidência elevada de tuberculose associada à insalubridade das habitações; falta de saneamento; a estreiteza das ruas e as conseqüentes dificuldades de acesso; a deterioração do patrimônio artístico em virtude de sua má conservação, entre outros. (PREFEITURA..., 1976, p. 21).

Mas o resultado mais concreto da Semana de Urbanismo vai acontecer em 1939, no Congresso de Urbanismo, no Rio de Janeiro. Duas propostas para Salvador decorrerão daí: a de Alfredo Agache e Coimbra Bueno, que não será aprovada, e a de Mário Leal Ferreira, que dará origem ao Escritório de Planejamento Urbano de Salvador (EPUCS).

---

<sup>37</sup> Conjunto de oito ruas à esquerda de quem sobe o Largo do Pelourinho, delimitadas pelas ruas Gregório de Matos e João de Deus.

Há o consenso, na literatura, de que as grandes modificações urbanas introduzidas na cidade, a partir de 1967, e que levarão, eventualmente, ao quase completo esvaziamento do centro da cidade, a partir da primeira administração, municipal e biônica, de Antônio Carlos Magalhães, foram aplicações das propostas de Mário Leal Ferreira e do EPUCS, de finais dos anos 30. Felizmente, não foi implementada a proposta do EPUCS para o Centro Histórico, que recomendava que essa área desse lugar à modernização da cidade, pois exibia “estruturas anti-higiênicas e anti-estéticas, degradantes dos foros de civilização da cidade pelo ambiente execrável que oferece aos que nela vivem e trabalham”<sup>38</sup> (OCEPLAN, EPUCS, 1976 apud SOUZA, 1984, p. 102).

Fernando da Rocha Peres, em *Memória da Sé*, reproduz enquete do *Jornal de Notícias* junto aos seus leitores que, de posse de cinco cupons, foram instados a indicar aquilo de que mais precisava a cidade. Corria o ano de 1912. Foram as seguintes as respostas selecionadas por ele, dentre outras:

‘Higiene nas ruas’/ ‘Saneamento geral e estético’/ ‘Avenidas’/ ‘Ordem e progresso’/ ‘Remodelamento completo de todo o districto da Sé’/ ‘Supressão das vielas’/ ‘De um engenheiro Passos’/ ‘Derrubar o immundo theatro São João’/ ‘Ruas largas e illuminadas’/ ‘Demolição de 30 igrejas’/ ‘Fazer de cada batina uma farda e de cada igreja uma escola’/ ‘Progresso’/ ‘Architectura, mas architectura de um novo estylo moderno’. (PERES, 1999, p. 44).

Mas não é somente a ideologia do progresso que é antiga e que antecede o desenvolvimentismo da década de 50: Não se pode esquecer que Pereira Passos, no Rio de Janeiro, e J. J. Seabra, em Salvador, são dos anos trinta, juntamente com a pobreza do Centro, antecedendo, portanto, o *boom* petrolífero do Recôncavo. Malgrado as reformas e demolições de J. J. Seabra (1912-1916), feitas com empréstimos a bancos estrangeiros e algum dinheiro do cacau, a Cidade Alta não mudou a sua função de centro administrativo, religioso e,

<sup>38</sup> A posição do engenheiro Mário Leal Ferreira não era pouco usual. No já citado livro *Avant-Garde na Bahia*<sup>38</sup>, o autor, Antônio Risério, nos conta que o criador da Escola de Dança, de Música e do Museu de Arte Moderna da Bahia, aquele que hoje ocupa o Solar do Unhão, à beira mar, na Avenida do Contorno, pensava em demolir o edifício da Faculdade de Medicina, o antigo Colégio dos Jesuítas, para ali construir a Reitoria. Diógenes Rebouças, o arquiteto que trouxe Lina Bo Bardi para ensinar na Faculdade de Arquitetura, ficou horrorizado e, cuidadosamente, informou ao Reitor sobre o IPHAN e a importância histórica do edifício. Reproduzo aqui essa história para dar uma noção de como mesmo um Reitor como Edgard Santos pode pensar que o patrimônio arquitetônico é irrelevante diante da modernidade e do progresso. O “progressismo” está bem ilustrado na atitude da imprensa, como veremos no próximo capítulo. Mas ele é mais antigo.

também, comercial; um comércio que começa na Praça da Sé, desce a Rua Chile e vai em direção ao Campo Grande via Avenida Sete que, por sua vez, foi alargada, às custas da demolição da Igreja de S. Pedro.



Figura 6 – Igreja Matriz de São Pedro no meado do século XX  
Fonte: Arquidiocese de São Salvador da Bahia, Brasil – Paróquia de São Pedro

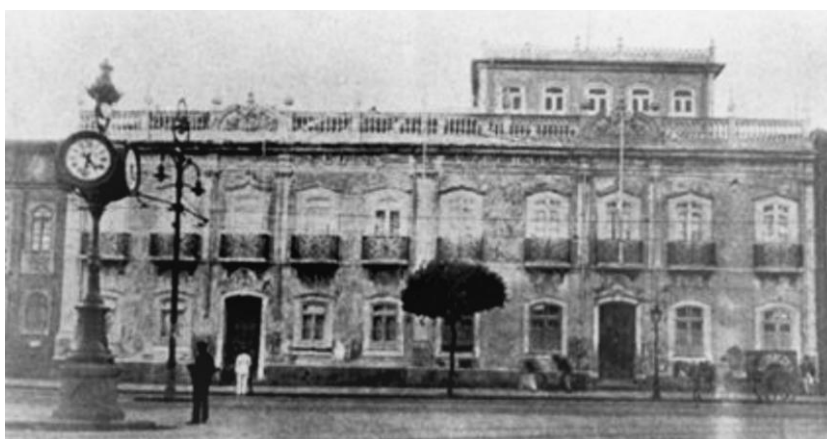


Figura 7 – Escola Politécnica – Av. Sete de Setembro (sd)  
Fonte:



Figura 8 – Relógio de São Pedro – Avenida Sete de Setembro  
Fonte:

Mas a população que reside no Centro é cada vez mais pobre. Seja na Cidade Baixa ou na Cidade Alta, os sobrados são subdivididos e alugados a muitas famílias. Mal conservados, encontram-se em péssimas condições de habitabilidade e higiene, muitos em ruínas, e neles residia, normalmente, uma população pobre, muitos alforriados da escravidão, que viviam no Centro em busca de uma oportunidade diária de trabalho. Mesmo com a reforma da Praça da Sé, essa situação não muda, pois o distrito da Sé é muito maior que a Praça da Sé e a Misericórdia, que se tornaram chics, elegantes. (PINHEIRO, 2002, p. 230).



Figura 9 – Praça da Sé – 1934  
Fonte:



Figura 10 – Praça da Sé em remodelação –1940  
Fonte:



Figura 11 – Praça da Sé: linhas do bonde no lugar da velha catedral  
Fonte:



Figura 12 – Praça da Sé – 1986  
Fonte: Agliberto Lima

Pinheiro (2002, p. 256) divide o Distrito da Sé em quatro setores: o primeiro vai da Praça Castro Alves à Praça da Sé; o segundo, da Igreja da Sé ao Terreiro de Jesus; o terceiro, do Terreiro de Jesus ao Largo do Pelourinho; e o quarto e último compreende a Rua da Vala, conhecida presentemente como Baixa dos Sapateiros ou Rua J. J. Seabra. Enquanto a Rua Chile abrigava bonitas confeitarias e a Rua da Vala lojas mais simples, nas ruas do Pelourinho já havia uma população mais pobre, vivendo em cortiços e casas de cômodo, muitos artesãos e prostitutas e um comércio modesto.

Em sua pesquisa para o Doutorado, “*O Centro da Cidade de Salvador*”, de 1959, Milton Santos calculou que o Distrito da Sé tem 6 km de extensão por 2 km de largura e, como seu ponto de referência, o Porto, que descreveu como contendo as seguintes funções: a função portuária, a função administrativa, o centro financeiro, a função industrial e artesanal, o centro comercial e o de serviços.

Durante o dia, este centro, verdadeiro nó de comunicações, anima-se com a passagem de milhares de veículos de todos os tipos e idades, angustiosa e incessante circulação que dá talvez uma idéia exagerada do dinamismo próprio da cidade. A circulação dos baianos, também considerável, aumenta nos últimos momentos da tarde. Retoma uma certa animação durante a entrada e saída dos cinemas. **Aliás, esse centro jamais fica inteiramente deserto, mesmo nas horas mortas. Se as casas novas não são habitadas, as antigas abrigam uma população pobre.** (SANTOS, 1959, p. 100, grifo nosso).

Ele calcula que, dos 15.000 habitantes que, a cada ano, se incorporavam à população de Salvador, 2/3 eram formados por imigrantes que vinham compor os 50% da população em idade para trabalhar, mais inativos ou subempregados. Quando admitidos, os salários eram miseráveis ou eles trabalhavam em troca de alojamento e comida. Na década de 1950, essa era a situação de metade da população economicamente ativa (PEA). Explica Santos:

A multidão de rurais que invade a cidade não encontra emprego porque o setor secundário é reduzido e o terciário é inelástico. [...] Essa composição social da população vai se refletir diretamente sobre a organização do espaço urbano. [...] Assim, a população urbana aumenta em percentagem alarmante. Isso, porém não se deve ao dinamismo próprio à cidade, mas pelo contrário, à ausência de dinamismo e de ação sobre a sua zona de influência. (1959, p. 49).

Mas, à medida que o comércio elegante se espalha da Praça da Sé em direção ao Sul, à Vitória e ao Campo Grande, a região do Pelourinho, do Paço, Tabuão e adjacências empobrecem. O exemplo que traz Milton Santos é o palacete chamado Casa das Sete Mortes, o n. 24 da Rua Ribeiro dos Santos, a parte alta da escadaria do filme “O Pagador de Promessas”, conhecida, secularmente, como Rua do Passo.



Figura 13 – Casa das Sete Mortes  
Fonte:

Construído no século XVIII e coberto de azulejos azuis com as paredes do corredor igualmente cobertas de azulejos de faiança, já em 1940, a degradação caminhava depressa. O andar térreo abrigava uma marcenaria e a residência do marceneiro. O primeiro andar estava dividido em dezoito peças das quais onze eram utilizadas como dormitórios. Os moradores eram quarenta, cerca de quatro por dormitório, com dois sanitários para todos. Já em 1957, no primeiro andar, havia quatorze dormitórios onde se apertavam sessenta pessoas, isto é, 4,5 por dormitório. Os aluguéis variavam de 55 a 70 cruzeiros por sublocatário, enquanto o

locatário pagava ao proprietário, 350 cruzeiros por todo o imóvel<sup>39</sup>. (SANTOS, 1959, p. 160).

A degradação se estendeu, tanto na Cidade Alta como na Cidade Baixa, fenômeno que, para Santos (1959, p. 161), pode ser explicado pelas seguintes razões: a) a vida familiar, na segunda metade do século XX, excluía a possibilidade de se manter os numerosos empregados domésticos que seriam necessários para a conservação dos palacetes; b) a introdução de novos meios de transporte permitiu as pessoas de mais posses se mudarem para bairros longe do centro, onde construíram novas casas adaptadas às novas necessidades; a perda do antigo papel desses edifícios do Centro como residência leva a que eles sejam utilizados de um outro modo: como morada para pobres, pequeno comércio, artesanato e prostituição. Como essa forma de ocupação é de pouca rentabilidade, os proprietários não acham vantajoso cuidar dos imóveis e, assim, das 350 reconstruções permitidas pela Prefeitura Municipal de Salvador em 1956, duas foram feitas na Conceição da Praia, duas na Sé, dez no Pilar e nenhuma no Passo. Os números para o Pilar resultam de que esse se tornou um bairro comercial, sede e depósito de empresas rodoviárias.

Na Cidade Alta, as inibições legais que protegiam a paisagem e o patrimônio desestimularam novos investimentos. Era preferível investir onde fosse permitido construir mais andares e, por isso, os velhos casarões não foram incorporados. Na Cidade Baixa, o aterro resultante da expansão do porto teve como resultado uma vasta superfície a ocupar, ruas mais largas, circulação mais fácil. Por isso, a degradação dos velhos prédios da Preguiça foi tão brutal que nem para morada de pobres foram utilizados, passando a servir como depósitos para as casas de material de construção da Conceição.

Milton Santos já apontava duas outras características particulares dessa área: os aluguéis baratos, sobretudo quando comparados com ruas bem perto, como a Rua Chile, onde a mesma área valia dez vezes mais; e a quantidade impiedosa de incêndios. Entre 1943 e 1952, dos 854 incêndios registrados em Salvador, 453 ocorreram nos bairros da Sé e Conceição.

---

<sup>39</sup> Edificação erguida na segunda metade do século XVII na antiga Rua do Passo, hoje Ribeiro dos Santos, nº 24, zona de segunda expansão da cidade além-muros. Estando implantada em uma esquina interna, sua fachada foi parcialmente coberta pela casa vizinha de construção posterior ao século XVIII. Já há alguns anos, a Casa das Sete Mortes está desabitada.

Há casos de construções no Pelourinho inteiramente restauradas que tiveram seus quartos redivididos do mesmo modo que nas casas vizinhas, que estavam em estado lamentável. Assim, a relação entre os aspectos formais da paisagem e seu conteúdo é dotada de uma força de permanência que não somente conserva os aspectos miseráveis do quadro como as suas características funcionais. (SANTOS, 1959, p. 165).

#### 4 O PELOURINHO QUE O IPAC ENCONTROU NOS ANOS 70

O Pelourinho dos anos 70 está, em parte, descrito nos trabalhos que essa instituição realizou sobre a área. Está, também, nas notícias sobre as atividades realizadas por essa e outras instâncias institucionais, e que foram objeto do noticiário dos jornais.



Figura 14 – Largo do Pelourinho – 1971

O primeiro dos trabalhos, feito quando o IPAC ainda era uma Fundação, e para atender às exigências da UNESCO, do BID e da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS)<sup>40</sup> foi intitulado *Levantamento Sócio Econômico (LSE)* e é a parte inicial de uma tentativa de projeto integrado por essas três instâncias institucionais e visava à recuperação do Centro Histórico de Salvador e seu eventual aproveitamento como um centro cultural e turístico.<sup>41</sup> Realizado em 1967 e publicado

<sup>40</sup> O Prefeito “biônico” à época era Antonio Carlos Magalhães. Deputado Federal pela União Democrática Nacional (UDN) e parte do grupo de Juracy Magalhães, tenente enviado por Getúlio Vargas como interventor, para a Bahia, em 1930. Os políticos baianos apoiaram o grupo derrotado por Vargas e alguns autores acreditam que isso custou caro ao Estado.

<sup>41</sup> O estudo foi patrocinado pela UNESCO através do “Programa de Turismo Cultural” que visava valorizar nossas atrações turísticas, objetivando o turismo internacional. O Projeto “Restauração de Cidades Históricas” foi idéia do primeiro diretor do Serviço de Patrimônio Histórico, Rodrigo de

em 1969, constou de uma pesquisa sobre a população estável da zona, suas condições de moradia, situação profissional e “atitudes com referência a uma possível reformulação de seus projetos existenciais” (IPAC, 1969, p. 7). Nele, a área definida como conjunto habitacional do Pelourinho compreendia do Terreiro de Jesus, onde estão a Catedral Basílica e a Igreja de São Francisco, à Praça dos Quinze Mistérios, que fica entre os bairros do Santo Antônio Além do Carmo e Barbalho.

A justificativa para o Levantamento Sócio Econômico estava descrita no Relatório Preliminar apresentado à UNESCO por Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Históricos do Ministério da Cultura da França, que havia estado no Brasil em abril e maio de 1967, como consultor da Unesco, junto à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEPHA). Esse Relatório Preliminar assinado por Michel Parent foi elaborado com as autoridades brasileiras como parte do “Projeto de Turismo Cultural”. O jornal *O Estado de São Paulo*, de 10 de maio de 1969, sob o título “Pelourinho será atração turística”, traz a seguinte notícia:

Em 1973, se tudo correr de acordo com os projetos que estão sendo realizados pelos técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico do Ministério da Educação e da UNESCO, o bairro do Pelourinho em Salvador será transformado em foco de atração turística. Segundo informou o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico, o arquiteto Renato Soeiro, será restaurado não só os mil edifícios do século XVIII e XIX, que compõem o bairro e que atualmente estão quase desabando, transformados em casas de cômodos, mas também o calçamento, o sistema de esgotos, e os encanamentos. **Quase toda a população do bairro será transportada para residências fornecidas pelo Banco Nacional de Habitação.** As unidades vazias, depois de restauradas, de acordo com o século em que foram construídas, serão transformadas em hotéis, cinemas, teatros, atelier de artistas populares, escolas de artes plásticas, salas de exposição e lojas de objetos típicos. (grifo nosso).

Ainda segundo essa notícia, o projeto de restauração do bairro do Pelourinho fazia parte de um estudo mais amplo que abrangeria conjuntos de edifícios, bairros e cidades brasileiras tombados pelo Patrimônio Histórico. Para Michel Parent, Salvador era:

---

Melo Franco, membro do Conselho Federal de Cultura que, em 1966, durante uma reunião da UNESCO, em Paris, lançou a idéia e foi apoiado pelo nosso embaixador na UNESCO, Sr. Carlos Chagas Filho. Em consequência do trabalho realizado pelos dois, a UNESCO enviou ao Brasil o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Sr. Michel Parent, cedido pelo Ministro da Cultura da França, André Malraux, segundo *O Estado de S. Paulo*, de 10 de maio de 1969.

A primeira cidade de arte do Brasil. [...] Erguida sobre os dois planos de um promontório rochoso, Salvador conheceu uma época de grande riqueza no século XVIII como centro da região de produção de cana de açúcar. Principal porto do comércio com Portugal para a exportação de açúcar e com a África para a importação de escravos. [...] **No fim do século XVIII, ao tempo em que começa o seu declínio, Salvador é uma cidade de arte comparável a Toledo:** cem igrejas se elevam em suas praças, em suas ruas, em suas ruelas que serpenteiam ao longo de um relevo acidentado e que oferece ao visitante uma contínua renovação de planos, de vistas, de caminhos. (apud IPAC, 1969, p. 8, grifo nosso).



Figura 15 – Largo da Barroquinha (sd)



Figura 16 – Bairro de Santo Antônio Além do Carmo – 1971

Avaliando a situação de então, de 1967, Michel Parent diz:

A destruição em marcha do mais precioso conjunto arquitetônico brasileiro – ainda há trinta anos, esta cidade, única em todo continente americano, atingida por uma lenta e inexorável decadência, estava ainda arquiteturalmente intacta. Hoje, dos pontos mais altos da velha cidade ainda se domina o ondeamento contínuo dos telhados antigos de telhas romanas, sobre os quais aparecem as torres e as frontarias das igrejas. Mas uma trintena de blocos medonhos de concreto já desfigura esse imenso conjunto. A destruição sistemática da velha Salvador já começou. Onde irá ela agora? (apud IPAC, 1969, p. 9).

Como, para ele, a destruição não se fazia em prol de uma nova arquitetura de qualidade apreciável, nem por uma melhoria real do nível de vida da população, era preciso agir, simultaneamente de duas maneiras. Diz Parent:

1 – [...] estabelecer uma zona de proteção administrativa bem ampla, que protegesse de agora por diante toda a antiga cidade alta. Esta zona será definida a partir dos panoramas altos da Cidade. [...] Não há mal em pensar-se que semelhante paisagem, uma das mais belas paisagens urbanas do mundo, poderá incluir traços arquitetônicos novos, desde que sejam de qualidade, como as fronteiras e torres das igrejas antigas. Mas só podemos é nos opor a esse aniquilamento sistemático, de uma das mais nítidas riquezas do Brasil, por uma mediocridade usurpadora e estranha à sua natureza. (apud IPAC, 1969, p. 9).



Figura 17 – Mosteiro de São Bento

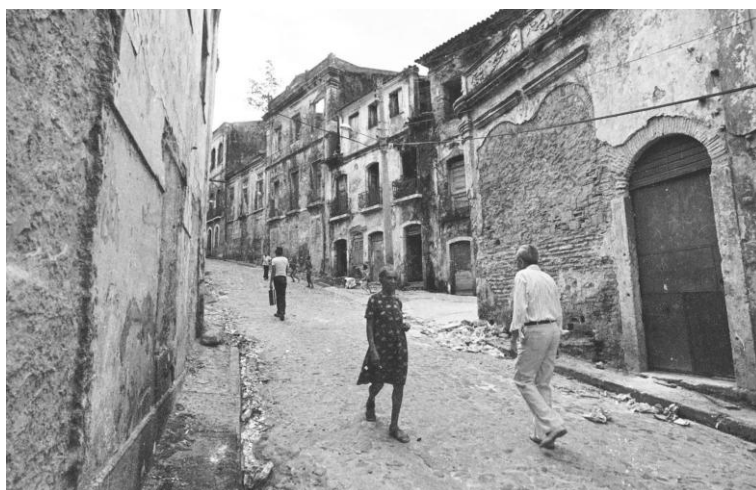


Figura 18 – Convento Seiscentista dos Carmelitas Descalços (sd)

E, ainda: 2 – Criar uma instituição local que administrasse as necessidades específicas dessa parte da cidade e trabalhasse na restauração e preservação desses casarios e monumentos.



Figuras 19 a 23 – Decadência – Pelourinho: situação em final da década de 1980  
Fonte: Agliberto Lima (arquivo pessoal)



Figuras 24 a 27 – O pelourinho e sua gente – final da década de 1980  
Fonte: Agliberto Lima (arquivo pessoal)

Assim, o Relatório de Michel Parent serviu de base para a formulação e justificativa da primeira pesquisa do IPAC que se propunha a levantar o estado de cada um dos casarões dentro da área estabelecida, mas que também queria conhecer

[o] componente humano que é, afinal, o objeto essencial de qualquer plano urbanístico, seja de construção ou de restauração. O conjunto do Pelourinho, valorizado pela sua recuperação, integrado na dinâmica do processo sócio-histórico, constituirá um outro cenário, uma outra circunstância para a população da zona, que nele será o elemento atuante, vivo, cotidiano, a colorir a paisagem no seu esforço de promoção humana. [...] Essa pesquisa procura responder algumas questões cujo esclarecimento se torna indispensável para a elaboração de um plano de reforma sistemática como a que ora se coordena para o Pelourinho. (IPAC, 1969, p. 10).

Falar da população do conjunto de ruas que constituem o Pelourinho é ter, necessariamente, que lidar com a prostituição que aí foi instalada, na década de 30, pelas forças policiais da época, que tentavam concentrar essas atividades numa só área, de forma a “limpar” o restante do centro da cidade, sobretudo a área da Rua da Ajuda, muito próxima da Câmara Municipal e do Palácio do Governo. De qualquer modo, no longo processo de decadência dessa área, a chegada da prostituição, realizada de forma organizada pelo Estado, constitui, certamente, um marco.

Entretanto, como demonstra Milton Santos no seu *O Centro da Cidade do Salvador*, foi o crescimento do tráfego moderno, o aumento da população e do comércio e o sempre crescente aumento no número de veículos, que provocaram a asfixia do velho centro da cidade. Daí a expansão da mesma, primeiro via orla marítima, para a Barra, Rio Vermelho, em direção a Itapuã. Mais tarde, na década de 70 a construção de uma grande avenida, a Paralela, cortando a cidade por dentro em direção ao aeroporto e, levando consigo, a mudança dos órgãos da administração pública para o Centro Administrativo da Bahia (CAB). A retirada das repartições públicas estaduais e da Faculdade de Medicina constituiu-se em um golpe mortal para o velho centro da velha cidade.

Além disso, constituir um Instituto para restaurar essa área, significa não só lidar com a prostituição e com todo o comércio de álcool e drogas que a permeia, mas, também, com outras instituições seculares, no sentido do tempo, como as Igrejas e suas respectivas ordens religiosas que, em muitos casos, como ficou

demonstrado no LSE, eram também proprietárias de inúmeras casas que abrigavam os prostíbulos<sup>42</sup>.

Enquanto o IPAC ensaiava seus primeiros passos, *A Semana*, órgão oficial da Igreja Católica na Bahia, referia-se, em sua edição de 12 de novembro de 1967, ilustrada por uma fotografia em que se veem crianças seminuas em frente a uma casa arruinada numa rua do Maciel, a legenda: “Uma chaga humana e portanto social, religiosa, política [...] que é o drama da prostituição”. O articulista termina perguntando qual o remédio a aplicar, tendo em vista que as meretrizes<sup>43</sup> retratadas trabalhavam na Rua Francisco Muniz Barreto entre as Igrejas de São Domingos e de São Pedro dos Clérigos, ao lado da Praça da Catedral e da Faculdade de Medicina, o antigo Colégio Jesuítico da Bahia.

Não é somente a posição da Igreja que é ambígua: com uma mão aluga suas propriedades e recebe dinheiro pelos aluguéis e com outra escreve o jornal que se escandaliza com relação a prostituição.<sup>44</sup> A polêmica sobre a localização da prostituição no Centro Histórico era relativamente antiga. Em 1959, por exemplo, o então Delegado de Jogos e Costumes de Salvador iniciou uma campanha para transferir o meretrício do Pelourinho para a Cidade Baixa, ao longo do porto. As edições do *Jornal da Bahia* e de *A Tarde* de abril e maio daquele ano ilustram a grande cobertura jornalística dada ao evento.

O Delegado Mozart Pedroso estabeleceu as etapas para a transferência “pacífica” das prostitutas dentro de um projeto que duraria oito meses. Mas, apesar de ter conseguido algumas transferências, as proprietárias dos bordéis elegantes da área central ali perto foram mais fortes e tiveram aliados poderosos na administração pública, como afirmam o IPAC, no LSE, e o professor Cosme Dias, do Curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), um dos nossos entrevistados que descreve como sua avó, proprietária de um dos prostíbulos que atendia à clientela mais próspera, tinha a proteção dessa mesma clientela<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> O velho e decadente cinema pornô que ainda funciona na Baixa dos Sapateiros é de propriedade da Ordem Terceira de S. Francisco.

<sup>43</sup> Na expressão do jornal citado.

<sup>44</sup> Até 2007, ano de comemoração dos quarenta anos do IPAC, os cinemas usados para encontros e exibição de filmes pornográficos da Baixa dos Sapateiros pertenciam, todos, a ordens religiosas.

<sup>45</sup> Esses prostíbulos mais elegantes não estavam no Maciel. O da avó do Prof. José Cosme Dias, por exemplo, ficava na Rua do Bispo 17, uma rua que sai da Igreja de São Francisco e corre por trás do Terreiro de Jesus.

Em 1959, o Prof. Milton Santos explicava, no jornal *A Tarde*<sup>46</sup> porque não acreditava no sucesso daquela operação limpeza:

[...] A erradicação da prostituição da área em tela somente poderá ser conseguida eficazmente através de um conjunto de providências dependentes de vários órgãos da administração. Uma só providência, por mais generosa que seja, não é o bastante. A nosso ver, o caso está relacionado com a recuperação total do Centro Velho. Acreditamos que só a substituição das atividades atualmente presentes, e que degradam o quadro, por outras capazes de o conservar ou melhorar, pode conduzir ao resultado desejado. Há uma solidariedade muito profunda entre aspectos materiais da paisagem e seu conteúdo, incluindo, naturalmente, as ocupações dos que aí vivem. **Só a remodelação integral** levará a um resultado durável. (grifo nosso).

Oito anos depois, quando do *Levantamento Sócio-Econômico*, “o problema continuava inalterado e, se mudou a situação terá sido na crescente **degradação** da parte da área em que se encontra o meretrício” (IPAC, 1969, p. 21, grifo nosso).

O estigma da área é de tal monta que, em 1967, ano da criação do IPAC, e período em que a expansão da cidade e de sua população gerava, também, o aumento dos transportes públicos, o Terreiro de Jesus passou a ser um terminal de transporte. O fato de algumas lotações utilizarem o Maciel como roteiro de saída do centro para os bairros gerou indignação. Veja como se expressa um leitor de *A Tarde*, em 14 de setembro de 1967:

Assim não está direito. As famílias que moram no bairro da Cidade Nova ou IAPI quando se utilizam das lotações que servem àqueles ramais, atravessam um itinerário cujo panorama é de enrubescer um frade de pedra. E vocês sabem qual é o trajeto? É simplesmente este: Maciel de Cima e Maciel de Baixo, para depois alcançar o Pelourinho. Calculem os senhores as cenas degradantes vistas obrigatoriamente por senhoras, senhoritas ou crianças levadas nos carros que fazem aquele percurso. Essa é a zona do mais baixo meretrício da cidade, talvez um pouquinho menos pior que o ‘bas-fond da Preguiça ou do Julião.

---

<sup>46</sup> Milton Santos, naquele ano, publicaria *O Centro da Cidade do Salvador*.

Com o título de “Mude o itinerário Coronel” se lê em *A Tarde*, de 7 de julho de 1967:

[...] Interditada aquela artéria para o dito conserto, o itinerário das kombis e lotações de IAPI, Liberdade, Pero Vaz, Cidade Nova, etc., que se fazia por ali, foi desviado para a Rua Gregório de Matos antiga Maciel de Baixo, zona do mais baixo, mais sórdido, meretrício. [...] E os passageiros, muitas vezes, senhoras e senhoritas, são obrigados a assistir a cenas vergonhosas, imorais.

Como veremos mais adiante, aparece aí o que poderia ser descrito como uma hierarquia conceitual entre o Maciel de Baixo e o Maciel de Cima. Como normalmente não passavam carros no Maciel de Baixo, a autocensura dos seus moradores era menor. Assim, o repórter de *A Tarde* prossegue:

Na última segunda-feira, [...] o repórter presenciou cena que causou revolta e indignação, inclusive e obviamente a duas senhoras e uma mocinha, também passageiras do veículo: uma mundana, em discussão com um marginal, talvez por ver passar a *combi* (pois elas hostilizam sempre que podem a sociedade, que não tem culpa de seu infortúnio), despiu-se quase que totalmente, no meio da rua, além de soltar irrepetíveis palavrões!

E conclui dramático:

E seja por onde for – até pela Pituba, se preciso – o itinerário dos mencionados veículos coletivos que saem do Terreiro de Jesus, precisa, mas com urgência, hoje mesmo, ser mudado.[...] Em nome das famílias de quatro populosíssimos bairros, seja como for, arranje uma solução, mude o itinerário coronel.

A prostituição era assim uma variável fundamental para o trabalho do IPAC. Ela estava concentrada, sobretudo, em oito ruas, sendo as principais a Gregório de Matos (Maciel de Baixo) e João de Deus (Maciel de Cima), e mais: Francisco Muniz Barreto (Laranjeiras), Inácio Aciolly (Beco do Mijo), Santa Isabel, J. Castro Rabelo, Leovigildo de Carvalho (Beco do Mota) e Frei Vicente (Açouguinho).

Um outro problema de monta era a frequência de incêndios na área e, sobretudo, a forma como o fogo parecia ser bem-vindo, resultado, aparentemente, da combinação de instalações elétricas precárias com motivos propositais e

criminosos, muitos deles voltados para a especulação imobiliária.<sup>47</sup> Uma média de 45 incêndios anuais, de extensão e intensidade de danos variadas. Em seis anos, 250 incêndios, sendo 50, no ano de 1965, e 40, no ano de 1966, uma média de quatro incêndios por mês segundo o *Jornal da Bahia*, de 23 de junho de 1967.<sup>48</sup>

Mas é em no jornal *A Tarde* do dia anterior, 22 de junho de 1967, em matéria cujo título ocupava oito colunas – “Fogo destrói pardieiro na rua dos marginais” – que se tem uma descrição significativa:

Um incêndio irrompido ontem nas Laranjeiras, zona de meretrício da cidade alta, e conhecido covil de marginais, destruiu parcialmente o pardieiro número 18, da Ladeira Inácio Aciolly, que liga a Rua Francisco Muniz Barreto à Ladeira do São Miguel (Frei Vicente). [...] Fato invulgar em casos policiais dessa natureza se registrou ontem, quando populares se pronunciavam como se fossem uma torcida organizada, ansiosos para que o incêndio se alastrasse. As justificativas eram as mais diversas possíveis, começando pela falta de higiene reinante em toda a rua, ponto de reunião de gatunos e maconheiros, prostituição da mais baixa espécie e de prédios bastante arruinados.

Em dezembro do mesmo ano, o *Jornal da Bahia* publica a seguinte nota:

O Governador Luiz Viana Filho e o Prefeito Antônio Carlos Magalhães estão eufóricos com a evolução dos acontecimentos em relação ao Pelourinho. Ambos receberam, há pouco, carta do Embaixador do Brasil junto à UNESCO, Sr. Carlos Chagas, na qual este lhes dá conta do progresso que o assunto vem tendo naquela entidade cultural internacional. [...] Tudo depende, agora, da prioridade que lhe der o Governo Federal. E neste sentido o Chefe do Governo baiano escreveu uma longa carta ao Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, solicitando que este incluía o Turismo Cultural como prioritário para o recebimento de financiamento de entidades internacionais.

Durante o levantamento socioeconômico dos moradores da área, foi utilizado o mapa fornecido pelo IPHAN que, durante a pesquisa foi atualizado com a

<sup>47</sup> Embora o que vamos narrar agora tenha ocorrido no final dos anos sessenta, a área é tombada, com todas as implicações decorrentes disso, pelo IPHAN, desde 1956. Talvez por isso Milton Santos tenha chamado a atenção para o mesmo fenômeno no seu trabalho de 1959, *O Centro da Cidade de Salvador*.

<sup>48</sup> Mesmo quando o incêndio não atingia um prédio diretamente, o fazia de forma indireta. Assim, o sobrado de número 18 da Alfredo Brito, a antiga Portas do Carmo, descrito no livro *Suor* de Jorge Amado, foi interditado porque os dois casarões ao seu lado, o 20 e 22 foram completamente destruídos pelo fogo.

descoberta de casas e pequenas avenidas que não constavam da planta cadastral. O IPAC estendeu a pesquisa para além do mapa do IPHAN, que termina na altura do número 68 da Rua do Carmo, para o Largo do Carmo e a área até a Cruz do Pascoal. No limite norte, a pesquisa começava no Terreiro de Jesus, incluindo o Convento de São Francisco. Já a rua 28 de setembro, que sai do lado da Igreja de São Francisco e vai até a Baixa dos Sapateiros, não foi pesquisada porque, naquela época, ela não estava contemplada pelo IPHAN. Hoje, ela ainda representa uma das áreas do “baixo meretrício” que sobrevive no Centro, sendo também uma área de distribuição de drogas. Sobretudo craque.

Nessa pesquisa para o *LSE*, dois questionários foram aplicados a todas as casas da área. Entre o treinamento da equipe e a redação do relatório foram consumidos seis meses. De acordo com esse relatório

[...] uma das informações requeridas pela ideologia da UNESCO – PREFEITURA DE SALVADOR<sup>49</sup> diz respeito à atitude dos moradores com relação à possibilidade de mudança do local para outros bairros num esquema de financiamento imobiliário a ser estudado pelos órgãos competentes. [...] [Portanto] seria do maior interesse dispor de informações exaustivas sobre todos os moradores da área e não apenas de uma amostragem significativa [...] e a Prefeitura disporia de uma estimativa do número de moradores que, por motivo de vária ordem, desejem se transferir do local. (IPAC, 1969, p. 26).

A entrevista foi escolhida como técnica de pesquisa por oferecer menor perigo de contaminação e falseamento, pois obedecia a um roteiro relativamente fechado, com um mínimo de itens subjetivos, na medida em que a equipe era inexperiente.

Devido à necessidade de oferecer à agência financiadora do projeto dois tipos de informação que deveriam estar colocados em planos e formulações diversos, foram elaborados dois questionários. O primeiro dedicado à situação socioeconômica da unidade familiar e o segundo, formulado com vistas à situação real dos imóveis muitos deles com problemas e condições específicas de casas de habitação coletiva. Os questionários foram aplicados com a técnica de entrevista-roteiro. Ao mesmo tempo, os dados sobre as condições materiais dos prédios só

---

<sup>49</sup> É desta forma que o Relatório do primeiro trabalho do IPAC se refere ao Projeto de Restauração do Centro Histórico. Este trabalho de pesquisa como veremos é o alicerce de um IPAC em gestação. E o primeiro de uma série.

poderiam ser obtidos com a observação direta da situação. Um questionário fornecia dados para uma ficha individual e o outro para uma ficha habitacional.

Foi a Superintendência do Turismo da Cidade do Salvador (SUTURSA), um órgão municipal, que encarregou ao Professor Vivaldo da Costa Lima, do Centro de Estudos Afro-Oriental (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, a direção do projeto de Pesquisa. O Coordenador controlava diariamente o desenvolvimento do trabalho, casa por casa, no mapa. Seis dos dez pesquisadores eram funcionários da SUTURSA, aproveitados após um curso de treinamento (IPAC, 1969, p. 29). Dentre os outros quatro, o futuro professor de Sociologia da UFBA, Carlos Geraldo (Gey) Espinheira.

No momento de implementação da pesquisa, em maio de 1967, outro Delegado de Jogos e Costumes tentava, mais uma vez, transferir o meretrício para a Cidade Baixa. Nessa ocasião, houve oposição cerrada por parte do vigário da Matriz da Conceição da Praia e também da Associação dos Comerciantes da Cidade Baixa.<sup>50</sup> De qualquer modo, a publicidade dada ao Delegado deixou a equipe de pesquisa do IPAC preocupada quanto à reação dos moradores.

Um outro ponto em que o IPAC estava particularmente interessado era

[a] questão da permanência na área ou projetos de mudança para outro local, pois atende a um dos pontos básicos da finalidade da pesquisa. na medida em que a Prefeitura planeja oferecer condições para a aquisição de casa própria a moradores da área que desejam mudar-se, o que, sem dúvida, facilitaria a execução de certos planos de remodelação ou aproveitamento de prédios da área em outras atividades comerciais, culturais etc. (IPAC, 1969, p. 28).

Só ocasionalmente os pesquisadores do IPAC observaram preocupações por parte dos moradores quanto à finalidade da pesquisa. Não a que eles esperavam, por parte das prostitutas, da possibilidade de remoção pela Polícia, mas, dos comerciantes, preocupados com a possibilidade de utilização da pesquisa para efeito de aumento de impostos municipais.

Na verdade, a atitude mais disseminada na área era de ceticismo com relação aos projetos de reforma anunciados, e aproveitamento social, cultural e turístico da zona, que correspondia, na sua

---

<sup>50</sup> Entretanto hoje uma caminhada pela parte baixa do Elevador Lacerda, sem sair da calçada mesmo, vai demonstrar que afinal a prostituição terminou derramando-se para lá.

oposição, às expressas por alguns moradores que pretendiam mudar-se da área – precisamente devido à extensão da zona de meretrício – e que disseram que agora esperariam a recuperação da zona com a execução do projeto anunciado. (IPAC, 1969, p. 31).

Outro problema que levou à contratação de mais quatro estagiários, entre o primeiro e o segundo mês da pesquisa, foi o receio de contaminação de dados. É que, embora a prostituição se concentrasse nas ruas João de Deus, Ignácio Acióli, Gregório de Matos e Muniz Barreto, mesmo nelas se encontravam casas com avisos pintados “Família”, “Residência Familiar”.

Do levantamento censitário empreendido foram obtidas 966 fichas habitacionais e 3.462 fichas individuais. Assim, cada rua pesquisada possui um fichário de imóveis e cada imóvel possui uma pasta com as fichas individuais de todos os moradores do prédio. É preciso lembrar que às 3.462 pessoas entrevistadas somam-se 1.475 dependentes e filhos. Assim, o somatório de pessoas na área pesquisada era de 4.937 pessoas. (IPAC, 1969, p. 34).

Numa amostragem casual de 1.000 fichas individuais e de 251 fichas habitacionais constatou-se que a população masculina era de 444 pessoas e a feminina, de 556. Dessas mulheres, 234 eram prostitutas. Quase 50% das mulheres.

Dentre a população masculina dessa amostragem, 129 eram comerciários e 52 biscateiros, 40 funcionários públicos e 7 estudantes. Dentre os homens, 14,3% possuíam ofícios inclassificáveis ou constituíam a população marginal.

Dentre os filhos e dependentes do sexo masculino, 263 tinham até 10 anos de idade e 216 entre 11 e 20 anos. Dentre as do sexo feminino, 319 tinham até 10 anos e 198 de 11 a 20 anos. Portanto a área possuía 582 crianças de até 10 anos de idade.

Quanto a onde gostariam de viver, numa amostra de 683 pessoas, a preferência da maioria, 114, foi pelo bairro da Liberdade e, desses, 108 preferiam morar em casas e não em apartamentos.<sup>51</sup> Ao mesmo tempo, de 444 pessoas, 269 aceitariam o financiamento da Prefeitura para se transferirem de local. Dos 132 que não aceitariam financiamento, a grande maioria era de comerciários que não queriam morar longe do seu local de trabalho. Da população feminina, em 556 pessoas, 363 aceitariam o financiamento. Nesse grupo, 161 são prostitutas e 91,

---

<sup>51</sup> Sobre a Liberdade ver o livro de Ariosvaldo Matos, *O corta braço*, bairro popular criado a partir de uma invasão de doqueiros com o apoio do então Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos anos 30.

domésticas. Interessante que das 164 que não aceitavam a ideia de mudar-se 68 eram prostitutas e ali era, portanto, seu local de trabalho. (IPAC, 1969, p. 36).

No tocante aos imóveis descobriu-se que dos 251 da amostragem, 148 eram sobrados e somente 26 (cerca de 10%) se encontravam em boas condições de habitação; 76 em condições regulares e 149 em condições materiais precárias; 18 imóveis eram ruínas. Dos mesmos 251, 140 eram alugados e somente 53 eram próprios. Desses, 34 são sobrados. Na avaliação foi levada em conta a rede de esgotos, as instalações sanitárias e de cozinha, instalação elétrica e asseio geral do imóvel. (IPAC, 1969, p. 37).

Outro dado a ser lembrado neste levantamento é que dos 251 imóveis pesquisados, 166 são alugados sem que seus proprietários residam no local, mas 85 tem seus proprietários residindo no local apesar de serem “muito alugados”. Desses, somente 25 proprietários concordaram que seus imóveis precisavam de consertos gerais e 29 concordavam que os imóveis necessitavam de limpeza geral.

Ao mesmo tempo, de 565 instalações, cozinhas, banheiros e privadas, 282 eram coletivos e 283 individuais. No caso das instalações coletivas, somente 19 estavam em bom estado e, das individuais, 97 foram consideradas em bom estado.

Quanto à origem dos moradores pesquisados, no caso dos homens, do total de 444, 231 eram nascidos na capital, 151 eram do interior, 36 de outros estados e 26 de outros países. No caso das mulheres, 236 eram de Salvador, 238 do interior, 115 de outros estados e 4 do exterior. Das soteropolitanas, 49 delas eram prostitutas e dentre as do interior, esse número subia para 116. Dentre as de outros estados, 69 eram prostitutas e das estrangeiras, 3 delas o eram.

Nas tabelas 14 e 16 do LSE (IPAC, 1969) se tem a posição dos moradores de então quanto a aceitar financiamento para casa própria: 65% das mulheres e 61% dos homens de profissões diversas disseram sim a um financiamento enquanto 29,5 de homens e mulheres disseram que não aceitariam mudar-se daí. Por outro lado, 9,5% dos homens e 5,5% das mulheres recusaram-se a se manifestar sobre o assunto.

Têm-se, além do LSE de 1967, mais dois conjuntos de dados sobre casas e moradores do Pelourinho. Um que é anterior a este de 1967 e que foi coletado pelo prof. Milton Santos, na segunda metade da década de 50, para o seu livro *O Centro da Cidade de Salvador*. O outro, que viria a ser produzido pelo IPAC, um pouco antes da Reforma de 1992.

O próximo levantamento a ser feito, depois desse que acabamos de descrever, trataria especificamente do Maciel e fundamentalmente das prostitutas, e foi publicado em 1971, pelo IPAC. Com 50 páginas, e sob o título de *Comunidade do Maciel*, o trabalho é de autoria de Carlos G. D'Andrea Espinheira.<sup>52</sup>

De posse desse substancial acervo de informações sobre a área ele pôde separar 134 mulheres, 30% do universo descrito, classificado e catalogado pelos estudos anteriores. Apesar de tê-las selecionado levando em conta o tipo de moradia e a localização no Maciel, procedendo-se a estratificação da amostra, esses fatores não se mostraram relevantes, em virtude da elevada rotatividade habitacional: cada mulher passou em média por seis diferentes casas no tempo de estadia no Maciel, variando de imóvel e de estrutura habitacional de *casa-de-cômodos* a *castelo*.<sup>53</sup>

Com esses dados coletados no Maciel, fica muito difícil acreditar na possibilidade levantada por Alexandre Fernandes Corrêa em seu, *Panoramas coletivos, memórias sociais e diversidade biocultural* (2004), de que as prostitutas teriam ajudado a preservar o centro histórico de São Luis do Maranhão, no período em que ali viveram, entre 1920-1970, que foi também, para aquela área, de estagnação econômica e decadência. Para Espinheira, é exatamente o fato de a área estar arruinada que atrai e favorece a concentração de prostitutas porque o tipo de estrutura do casario colonial favorece e propicia o estabelecimento de moradia coletiva em quartos que se multiplicaram com as divisórias de tabiques de meia altura e meia parede. No caso de Salvador, neste período estudado, a prostituição se concentrava nas áreas desvalorizadas e de construções antigas de quase todo o centro da cidade.

Entretanto, a atividade da polícia continuava sendo a de restringir, ao máximo, a área central ocupada pela prostituição, concentrando-a no Maciel, para que o resto do centro da cidade ficasse livre para a circulação de coletivos à medida

---

<sup>52</sup> A versão que utilizaremos aqui é resultado também de um segundo trabalho de campo feito em 1972, pelo mesmo autor, e que foi apresentada como sua Dissertação ao Mestrado de Sociologia da UFBA. Ele foi um dos pesquisadores do *Levantamento Sócio Econômico de 1967*, como informado anteriormente. Nesse ínterim a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, como era então chamado o IPAC, havia realizado o *Levantamento Sócio-Econômico do Maciel*. É sobre esse material que Gey Espinheira erige seu trabalho *Divergência e Prostituição*, publicado somente em 1984.

<sup>53</sup> Espinheira distingue diversas modalidades em que essa atividade é exercida em relação ao nível social e econômico de cada uma das organizações prostitucionais. Para ele, a exemplo do sistema social, há uma nítida estratificação prostitucional. (ESPINHEIRA, 1971, p. 47-60).

que a cidade crescia. Daí a concentração da prostituição no Maciel, Julião, Preguiça e Misericórdia. Assim em 1969 e 70, os quartos, cuja área média era de quatro metros quadrados, se multiplicaram, nos velhos casarões, para atender à demanda. Verificou-se um aumento de 8,6% de prostitutas, que passaram a constituir 40% da população total da área, que, formada pelas oito ruas acima referidas, abrigava cerca de duas mil pessoas e 76 bares, além do mais alto índice de criminalidade da época.<sup>54</sup>

No momento em que Espinheira escreve, começa a ocorrer uma lenta recuperação arquitetônica na área mais grandiosa do conjunto, o Largo do Pelourinho. O trabalho de restauração do IPAC aí iniciado vai redefinir as funções dessa área que recebe as primeiras reformas, mas isso não significa dizer que os grupos situados nos estratos mais elevados voltem a morar nos sobrados e casarões reformados. Mas vão surgir, ainda que timidamente, novos tipos de hotéis, pousadas, restaurantes, galerias, antiquários, butikues e outras atividades relacionadas com o turismo. Essa mudança não ultrapassa, entretanto, o Largo do Pelourinho e a Rua Alfredo Brito, onde ficava a Faculdade de Medicina e o Instituto Médico Legal.

A pesquisa do IPAC, focada no Maciel, constata que cada unidade familiar tinha, em média, seis pessoas. A maioria das prostitutas (56%) foi empregada doméstica antes de se prostituir, como também a maioria, 44,0% era analfabeta, enquanto 41,8% declararam ter o primário incompleto. Das que vieram das zonas rurais ou semi-rurais, 34% vieram em busca de trabalho enquanto 27,5% vieram diretamente para a zona de meretrício. Mas, destas, 24,4% ingressaram em outras ocupações que são consideradas socialmente reconhecidas e valorizadas. Todavia 49% chegaram a Salvador com menos de 18 anos e a quase totalidade, tinha menos de 30 anos. Cerca de 44,8% não têm para onde ir e, portanto, não querem sair do Maciel. Em termos globais, 61,9% das prostitutas entrevistadas jamais trabalharam em outra área.

De qualquer forma, é das histórias de vidas publicadas ao fim do trabalho de Espinheira que selecionamos uma entrevista com o objetivo de mostrar o cotidiano dessas pessoas, pois o que nos interessa é o aspecto humano, qualitativo,

---

<sup>54</sup> Consultando páginas policiais dos jornais da época pode-se constatar que os crimes eram poucos, sobretudo quando se compara aos dias de hoje. Mas não significa dizer que não havia muito álcool e muita droga.

da vida dessas moradoras do Centro Histórico. O objetivo aqui é polemizar com o velho populismo que permeia o pensamento brasileiro e, por conseguinte, também a Academia, que leva muitos colegas a acreditarem que seja possível restaurar casarões do século XVIII – o Maciel é a parte do centro de Salvador, com os maiores, e mais antigos sobrados – mantendo a população original ou, como quer Corrêa, acreditar que essa população é que manteve os casarões de pé. Vejamos se isso seria possível a partir desse depoimento recolhido por Espinheira:

Transcrevendo a entrevista de Raquel:

Eu vivia minha vida assim, tomando tóxico, me cortando, comendo vidro. Quando eu me lembrava de minha mãe, eu me cortava toda. Tomei NZT e, na mesma hora que tomei pelo cano, vomitei e desmaiei. Eu tomei para morrer. Nesse dia eu tomei muito tóxico, muito pico, porque me lembrei da minha mãe.

Nasci em Maragogipe. Minha mãe trabalhava na fábrica de charutos Suerdieck e meu pai trabalhava como barbeiro. Minha mãe tomava conta de tudo em casa, meu pai não dava nada para nós e morava com outras três mulheres, e tinha filhos com todas elas. Meu pai não nos dava nada e para nós era como se ele não existisse. Minha mãe não gostava que nós nos encontrássemos com nosso pai. Eu gostava dele e lhe tinha muita pena porque sofria dos pulmões. Gosto de me lembrar do tempo quando eu era pequena. Nós brincávamos muito: roubar manga, galinha dos vizinhos para vender e com o dinheiro alugar bicicleta; boneca, pescar siri, picula e esconde-esconde debaixo das camas onde a gente fazia sacanagem com os meninos. Lembro que trepei muitas vezes com meu irmão Jorge e rocei com quase todas as meninas da turma. Nós sabíamos fazer tudo. Quando eu fiquei maior, deixei esse tipo de brincadeira porque sentia vergonha dos meninos, eu não queria que falassem de mim. Minha mãe me forçava a ir à escola, mas eu não gostava de estudar, de ficar presa na sala de aulas. Jorge me ensinou onde esconder os livros no mato, no caminho da escola e onde nós devíamos ir para tomar banho no rio e brincar até que fosse hora de terminar as aulas. [...]

Comecei a trabalhar muito cedo. Lá em casa todos trabalhavam. Minha mãe, na fábrica de charutos, meu irmão como barbeiro, minhas irmãs, como empregadas domésticas, e eu tomando conta de crianças, lavando roupa, pescando siri para vender e até mesmo quebrando pedra na pedreira, onde ganhava cinquenta cruzeiros por cada lata de brita que eu fazia. Eu era a única que não tinha emprego porque era muito franzina e adoentada e minha mãe não me deixou trabalhar na casa de ninguém.

Minha mãe me obrigava a fazer muitas coisas que eu não gostava, me forçava a ir à Igreja na época das novenas, às missas aos domingos e me proibia de ir a festas. Um dia a minha vida mudou e tudo começou quando minha mãe teve que sair de Maragogipe para vir ser operada em Salvador. Nesse tempo Enalda e Giovana já trabalhavam aqui na cidade, no Chame-Chame. Fazinha veio com a minha mãe e eu fiquei em Maragogipe com Jorge, esperando ela

voltar. Eu era a mais nova e por isso ficava em casa para tomar conta do meu irmão Jorge. Lavar e cozinhar. Minha mãe e Fazinha tomaram o navio para Salvador, para se internar por conta do INPS. Eu dormia no quarto e Jorge na sala, num sofá. Acordava cedo, fazia café, arrumava a casa; quando ele saía, eu começava a preparar o almoço e enquanto cozinhasse tomava conta de dois meninos, trabalhava de manhã e de tarde como babá. Eu dormia cedo. Ficava um pouco na porta de casa conversando com as meninas e logo Jorge me mandava entrar para jogar com ele. Três dias depois que minha mãe viajou morreu uma vizinha. A morte me impressionou muito e durante todo o dia eu não pude esquecer a mulher que tinha morrido e sido enterrada.

Quando Jorge voltou, eu disse a ele que não ia ficar sozinha em casa e que não dormiria no quarto aquela noite. Nessa noite, quando acabou o jantar, Jorge pegou um baralhozinho que ele tinha e me chamou para jogar. Eu e ele só falamos da morte da vizinha e recordamos muitos casos de assombração. Começamos a perturbar o jogo e entramos numa brincadeira na qual Jorge dizia ser o fantasma da velha que vinha me pegar. Eu fiquei assombrada e encerrei a conversa tirando minha roupa para dormir, porque eu só dormia de calçola. Quando eu estava distraída Jorge me atacou, fazendo de conta que era o fantasma. Nessa brincadeira ele começou a me alisar, pegar em minhas coxas. Eu fiquei assustada e com vergonha. Ele baixou a minha calcinha e começou a me meter. Senti dor e tranquei as pernas. Jorge se levantou trouxe vaselina e me meteu de uma vez. Senti uma dor aguda e o sangue umedecer minhas coxas. Tive medo porque ainda não estava compreendendo o que havia acontecido. Quando Jorge saiu de cima de mim ele disse:

‘– Não diga nada a ninguém. Se minha mãe souber, ela me excomunga porque você é minha irmã. Não deixe ela saber. Porque se ela souber eu lhe mato’.

Isso aconteceu no terceiro dia depois que a minha mãe viajou e no dia seguinte ele levantou cedo e foi trabalhar como das outras vezes. À noite, veio mais cedo, e novamente tivemos relações. Durante seis meses nós dormimos juntos e só paramos quando minha mãe voltou de Salvador. Eu continuei me encontrando com Jorge às escondidas no mato. Jorge estava apaixonado por mim. Desde menino, ele era apaixonado por mim. Certa vez ,Jorge me bateu e eu fiquei com raiva dele. Eu tinha demorado de chegar e por isso ele me bateu dizendo que eu estava andando com outros homens, o que não era verdade. Esperei minha mãe melhorar e resolvi contar que eu não era mais moça. Chamei para ela vir pescar comigo e ela aceitou. Alugamos uma canoa, compramos isca e atravessamos o canal. No momento em que minha mãe jogava as iscas eu disse a ela:

‘– Minha mãe, quero dizer à senhora que eu não sou mais nada, que agora eu sou mulher solteira’. Minha mãe tomou um susto tão grande que caiu da canoa e foi preciso que eu lhe desse água, para reanimar. Quando ela se recuperou perguntou quem tinha me tirado de casa. Eu não respondi e ela insistiu, me obrigando a dizer a verdade. Foi pior para ela. Abatida, minha mãe me pediu para que eu não contasse a ninguém. Quando chegamos em casa, ela chamou Jorge e perguntou se ele tinha me feito mal. Jorge negou, dizendo que deveria ter sido outro homem e que eu o culpava porque estava enraivecida. Minha mãe começou a me bater violentamente, me

espancar na frente do Jorge, dizendo que eu tinha levantado falso contra meu irmão. Apanhei e minha mãe me batia com raiva e ódio, até o momento em que Jorge não aguentou mais e disse que realmente tinha sido ele. Minha mãe parou de me bater e ficou arrasada.

Fazinha, minha irmã, ouviu uma vez a conversa com a minha mãe e ficou sabendo de tudo e, na primeira vez, que nós brigamos ela me chamou de excomungada, de mulher solteira. Disse que eu não valia nada, que tinha sido tirada de casa pelo próprio irmão. Ela espalhou para todo mundo que eu era excomungada e, daquele dia em diante, todas as pessoas ficaram sabendo do que Jorge me tinha feito. Minha mãe chorou muito, ficou desesperada. Eu fugi de casa, tomei o navio e vim para Salvador. Em Maragogipe, todo mundo falava mal de mim.

Antes de Fazinha espalhar para toda a cidade o que tinha acontecido comigo, continuei em Maragogipe. Eu estava com 14 anos e me apeguei muito a Antônia, uma menina de 13 anos que se tornou minha melhor amiga. Andávamos juntas e nossas roupas eram iguais nos modelos e até mesmo nas cores. Foi uma boa época, depois ela se empregou e a amizade foi se acabando.

O trabalho começava a exigir de mim e não podia mais viver do jeito que vivia antes, sem obrigações certas. Eu passei a tomar conta de cinco meninos; dois deles por dinheiro e os outros três, por favor às mães. Aos sábados, eu trabalhava com Vanderlina, fazendo charutos que ela vendia na porta de sua casa, que era na mesma rua em que eu morava. Dinalva, filha de Vanderlina, tinha a mesma idade que eu e também trabalhava; foi ela que me contou que a sua mãe recebia homens de noite e, no dia seguinte, aparecia com dinheiro. Depois dessa conversa com Dinalva, fiquei sabendo o que todo mundo já sabia, que Vanderlina era mulher solteira e fazia vida. Neste tempo, eu vivia muito vigiada por minha mãe e por Jorge que não me deixavam sair de casa à noite e fiscalizavam minhas amizades. Eu não gostava de viver assim, sob desconfiança e, muito vigiada. Aceitei ir para Salvador com Vanderlina. Ela não teve coragem de me levar, sabia que não devia se meter com gente de menor. Eu continuei do mesmo jeito até que um dia briguei com Fazinha. Enraivecida ela me chamou de excomungada, mulher solteira tirada de casa pelo próprio irmão e espalhou para que as outras pessoas soubessem. Se vingou de mim, fazendo com que eu perdesse todo o valor que eu tinha na minha cidade.

Estava com 16 anos quando sai de Maragogipe e vim para Salvador. Não podia continuar morando numa cidade que não me dava valor. Peguei um navio e cheguei a Salvador às 9 horas da manhã, sem conhecer a cidade, sem saber para onde ir. Fiquei de 9 horas até mais de meio-dia em pé, na Praça Cairu, encostada numa pilastra; eu não sabia o que fazer. Um velho engraxate que estava trabalhando ficou com pena de mim e começou a conversar comigo. Ele simpatizou comigo e me levou para comer um sanduíche com guaraná numa padaria perto do Elevador Lacerda e depois me levou na casa de uma família na Barra, onde acertei trabalhar como babá por dez contos por mês. Quase um ano eu passei sem ir a Maragogipe. No mês de agosto, época de festas de minha terra, pedi permissão a minha patroa para visitar minha mãe. Fui com Paulinho, filho dos donos da casa, de 14 anos, que queria ir comigo. A patroa

me arranhou umas roupas velhas que eu levei de presente para a minha mãe. Foi uma grande alegria a minha chegada.

Conheci, logo depois que voltei de Maragogipe, um motorista que fazia linha no transporte de bairro. Um domingo ele me convidou para passear e eu aceitei. Passamos o dia em Itapuã e na Lagoa do Abaeté. Ao voltarmos para a casa ele me convidou para sair com ele à noite e fomos parar num castelo da Misericórdia, onde eu dormi com ele. A dona da casa, dona Dália, começou a conversar comigo, dizendo que eu era bonita, que tinha futuro naquela casa. Eu expliquei a minha situação, falei de meu emprego. Dália se dispôs a ir comigo buscar as minhas roupas fazendo de conta que era minha mãe. Chegamos na Barra de táxi. Dália estava bem vestida, arrumada, cheia de jóias. Conversou com a minha patroa, disse que tinha vindo me buscar porque não queria que eu fosse empregada de ninguém. Minha patroa mandou me entregar as roupas e desse dia em diante eu passei a morar na Misericórdia, onde eu também fazia vida.

Nos meus primeiros dias na Misericórdia eu tomei muito calote. A vida na Misericórdia era pegar homem de noite ou de dia, quando aparecesse, e dormir, quando não tinha o que fazer. Certas épocas eu ganhei algum dinheiro, e outras, mal dava para comprar comida e pagar o quarto. Eu estava nesta vida quando um dia, tomando um menor com pão no bar, meu irmão Jorge entrou e disse: – ‘Minha mãe está na Delegacia, eu vim para lhe levar’. Pegou minhas coisas e me levou até a Delegacia de Jogos e Costumes no alto da ladeira, onde estavam minha mãe, o Juiz, o comissário e polícia feminina. Jorge contou onde eu morava e que a dona da casa quis impedir que ele me levasse. A Polícia desceu e fechou o castelo de dona Dália por trinta dias por hospedar menina de menor. Neste mesmo dia, me levaram para Maragogipe. Alguns dias depois, Jorge me disse que não ia mais me dar nada que eu era a escarradeira de todo mundo.

Fugi de casa novamente e voltei para Salvador, desta vez diretamente para o Maciel. Minha vida no Maciel era parecida com a da Misericórdia só que eu já estava experimentada. Eu tinha 17 anos. Conheci um rapaz chamado Carlinhos, era um tremendo bandido, morreu de tanto tomar tóxico. Eu não era na verdade amigada com ele, porque eu fazia vida, e quando se é amigada, a mulher não faz vida, o homem a sustenta. Ele morreu no dia que tomou uma pílula miudinha, um remédio para loucos que ele comprou na farmácia. Tomou, ele, Josina e um amigo. Este amigo saiu correndo pela cidade feito um louco, gritando por um companheiro que havia morrido, dizendo que ele o chamava para jogar bola. Josina disse que sentiu os braços crescerem, a cabeça inchar, parecendo que todo o corpo havia crescido e que se movimentava sem depender de sua vontade. Carlinhos, mais gaiato dos dois, ao invés de tomar pela boca destilou e tomou pelo cano. Logo que injetou o remédio começou a vomitar sangue e gritar. Desse dia em diante ele ficou numa magreza, quase nos ossos, e triste, até que morreu na casa de um pai de santo que a mulher arranhou para dizer que Carlinhos tinha morrido de feitiço porque tinha sido ela quem comprou os remédios na farmácia e estava com medo da polícia descobrir.

Eu fui ao necrotério e disse para o médico que Carlinhos havia morrido porque tomou tóxico pelo cano. O médico fez a autópsia e viu que era verdade. Eu fiz isso porque espalharam para todo o

mundo que eu tinha feito feitiço para matar o Carlinhos e o pai dele disse que logo que acabasse o funeral do filho ia me prender. Enquanto Carlinhos estava vivo, nós andávamos muito loucos de tanto fumar maconha. Nós comprávamos e vendíamos aos ricos da Barra, aos brancos, aos hippies, aos estrangeiros. Quando Carlinhos morreu, eu deixei de fumar maconha e de tomar pico. Eu vivia adoidada. Tomava Preludim, Estonil, Estilaza, NZT, todos esses remédios pelo cano. Eu sabia destilar. Acendia o fogo, machucava a bola e dissolvia em água destilada; deixava ferver até que a mistura estivesse transformada num óleo. Quando sentia que estava no ponto, deixava esfriar, e amarrava o braço com uma tira de pano e eu mesmo me aplicava. Era raro o dia em que eu não tomava.

Certa vez eu flertei com um rapaz e acabamos no meu quarto. Ele descobriu em cima da penteadeira a seringa e perguntou se eu era enfermeira. Eu respondi que me defendia aplicando qualquer tipo de injeção por 600 a 700 cruzeiros. O rapaz tirou um tubo de Preludim, que custava 1.700 cruzeiros e nem sempre era fácil de conseguir. Eu disse que sabia destilar e comecei a machucar as bolinhas e preparar a água. Deu quatro cc. Ele queria tomar 3cc e deixar um para mim, eu disse que não e começamos a discutir até que ele concordou em tomar dois e eu dois. Eu tomei primeiro e ele depois. Meu quarto passou a ser local de encontro. Esse rapaz gostou de mim e voltou nos outros dias, trazendo os playboys da Barra. Nunca vi tanto Preludim na minha vida. Eu passava cinco a seis dias sem dormir, sem comer, só fumando maconha e tomando pico com essa turma. Eu me acabei de tanto tomar tóxico.

Um dia, um rapaz conhecido me viu e ficou assombrado: 'Raquel, o que aconteceu com você? Está nos ossos, amarela, acabada. Você vai morrer Raquel, não faça isso não'. Eu disse que estava desgostosa da minha vida e com saudade do meu pessoal. Ele conversou e deixou um dinheiro para mim e eu comprei um tubo de Preludim. Era fácil comprar porque nós tínhamos receitas falsas. Neste dia, eu tomei muito pico e quando acabaram as bolas eu fui na farmácia e comprei um frasco de NZT, remédio para o nariz e tomei pelo cano; senti como se minha cabeça estivesse se partindo por dentro, explodindo. Vomitei sangue na mesma hora e sai correndo pedindo ajuda. Uma moça que morava comigo me levou até o quarto da dona da casa dizendo que eu tinha tido um derrame. Eu continuava vomitando sangue e a dona da casa gritou para que me levassem para o Pronto Socorro porque se eu morresse na casa ia dar muita complicação para ela. Passei quatro dias internada. Os médicos pensaram que eu estava com problemas nos pulmões. Tiraram radiografias e viram que eu nada tinha nos pulmões.

Saí do hospital magra, acabada mesmo, com uma vontade louca de ver minha mãe. Eu tinha tomado tanto tóxico porque não estava mais gostando de mim e queria estar com minha mãe. Eu tinha sonhado que ela estava morta. Voltei para o Maciel e neste dia encontrei um cunhado no Terreiro que disse que minha mãe estava indo para o Rio porque Jorge, que estava no Rio como barbeiro, tinha vindo buscar os documentos para conseguir entrar na Força Aérea. Disse também que meu pai havia morrido. Estive com a minha mãe na Vasco da Gama e ela me disse que me levaria para o Rio quando chegasse a hora.

Voltei para minha casa no Maciel enquanto aguardava o dia de viajar para o Rio. Conheci um rapaz chamado Edinho que me chamou para

me amigar com ele. Topei e fomos para o Politeama, na casa dele. Eu fazia a vida na rua e dava dinheiro para ele. Algumas vezes, ele me batia e outras eu batia nele. Um dia Edinho ficou com Ligia, uma mulher que ia lá em casa. Larguei esse rapaz e conheci esse homem que estou até hoje, o nome dele é Luís.

Eu conheci Luís no tempo que ele vendia cigarros na Praça da Sé. Tinha um quarto muito bom, com fogão brasilgás, radiola, rádio, tinha Martini, Dreher, tira-gosto, tudo isso dentro de casa. Depois que eu conheci o Luís, ele largou a mulher e ficou comendo a mulher de um ladrão e ainda batia no homem dela. Certa vez, eu estava sem sapato e pedi a Luís um par de congas emprestado para ir ao cinema. Ele me emprestou e eu fui para Feira de Santana só voltando depois de seis meses. Quando o encontrei no Maciel ele não me disse nada. Fui para o quarto do Luís, ouvir disco.

Eu sempre ia brincar com os meninos, Sergio e Pinote, ia beber e ficar curtindo. Numa certa hora ele deu cem cruzeiros para cada um dos meninos e mandou que fossem para a rua. Pinote, esse de 3 anos, não queria sair, quando ele via o pai com uma mulher, ele ficava no quarto para ver os dois trepando. Luís botou os dois para fora e me agarrou. Desse dia em diante, passei a ficar com ele. Não mais fiz vida porque Luís não queria que eu fizesse vida quando ele está trabalhando. Se estou fazendo vida agora é porque ele perdeu os documentos, ele foi roubado, calças, documentos, tudo enfim, e não tem emprego. Quando ele arranjar emprego eu deixo de fazer vida. Eu não gosto de fazer vida. Aluguei essa casa e alugo os quartos para as mulheres, assim eu não preciso ficar pegando homem. Mas quando ele estava trabalhando, vendendo cigarros no ponto da Sé, alugamos uma casa e fomos morar no Pernambués. Eu tomava conta dos meninos e ele trabalhava.

Não demoramos muito. Luís perdeu a venda dos cigarros e teve que vender tudo que tinha em casa. Voltamos para o Maciel com uma mala. Comecei a fazer vida novamente. Consegui dinheiro e compramos uma guia para vender churrasquinho na rua. Cada churrasquinho custa quinhentos. Dava para fazer trinta contos por noite. Luís pegava até duas da madrugada e eu de duas até amanhecer o dia. Estava tudo indo bem, quando apareceu uma mulher, comprou um churrasco e botou a mão no molho. Luís reclamou e ela começou a xingar, insultar meu homem. Luís não fez nada, mas eu vinha chegando na hora e quando vi aquela negona desmoralizando Luís peguei uma garrafa e arrumei na cabeça dela. A mulher caiu e o sangue desceu pelo rosto. Foi uma confusão danada. Eu corri para casa. Não demorou muito chegou a Polícia. Luís foi preso porque não me pegaram.

Quando eu soube que tinham prendido o Luís eu apareci e disse: ‘– Podem soltar meu homem, pois Raquel sou eu e fui eu quem quebrou aquela negona’. Fui para a Jogos e Costumes e fiquei presa até de manhã. No Maciel mulher tem que ser valente. Todos me respeitam porque sabem que eu sou doída. Estou toda cortada. Briga, ou corte que eu mesma me faço quando estou com raiva. Aqui no rosto foi o Luís, também esse na boca.

Certa feita ele me bateu, meteu a faca no rosto e só não me matou porque quando enfiou a faca nas minhas costas, no pulmão esquerdo, a lâmina quebrou e só fez cortar. Ele foi preso, mas eu o soltei. Fui na delegacia, levei os meninos e mais a filha de Loura para chamar a atenção. A Polícia não queria soltar; eu fiz um escândalo

na Primeira, disse que o homem era meu e quem tinha sido cortada era eu. Acabaram soltando o Luís. Ele é assim, discutiu, mete logo a facada.

Quando eu não brigo, eu me corto toda com vidro. Tenho vontade de morrer. Tenho mais de 60 cortes em todo o corpo. Os maiores são das coxas e do rosto. Presa eu já fui mais de cem vezes, não há quem não me conheça aqui no Maciel. A vida no mangue é dura, difícil. Aqui eu tenho que roubar. Pego os bêbados, dou tapa e tomo o dinheiro. Eu não fui para o Rio porque já estava gostando de Luís e dos meninos. Tenho uma irmã que mora na Liberdade e de vez em quando me lembro de minha mãe. Quando eu estou na pior me corto, rasgo com caco de vidro, gilete, brigo, faço barulho. Não sinto dor nessas horas e me corto toda. Estou com 26 anos e tenho quase nove anos aqui no Maciel. Estou cortada por briga e por mim mesma. Quando Luís conseguir emprego eu não vou mais fazer vida. Estou com ele porque gosto dos meninos, Sergio, de seis anos, e Pinote, de três. Pinote é o mais esperto dos dois, apesar de não saber falar, só fala porcária, fazendo gestos. Se perguntar a ele o que a mãe dele faz, ele responde gesticulando e mostrando que faz por 8 cruzeiros. Esse menino é como gente grande. As mulheres levam ele para o quarto e Pinote tira a roupa e mete nas mulheres como um homem. Sérgio também come as mulheres, mas tem 6 anos e não é esperto como o irmão. Pinote só pensa em porcária, quando crescer vai ficar famoso porque é tarado. [...].

A vida aqui não é fácil, tem dia que eu não como o dia todo; os meninos, às vezes, comem só de noite. Loura vai no Convento de São Francisco e consegue aquela papa fedorenta, Pinote come, Sergio tem nojo. Eu prefiro passar fome a comer aquela papa que parece vômito. Loura, essa que mora aqui, sempre arranja comida com os frades, mas também ela trata a filha daquele jeito. Deixa a menina o dia todo no chão; suja de bosta e mijó. A menina nem chora. Fica gemendo baixinho. Tem onze meses. Outro dia ela se zangou e quis matar a menina com uma tesoura. Bater, ela bate toda vez que está com raiva. Coitada dessa menina. Fica ai o corpinho coberto de feridas. Eu passo fome, mas Pinote e Sergio comem quando eu arranjo dinheiro.

Quando Luís arranjar emprego, que tirar todos os documentos, eu não vou mais fazer vida porque não gosto e porque Luís também não quer que eu durma com outros quando ele pode me sustentar. Ele é muito ciumento. Outro dia ele chegou e eu estava com uma mulher no quarto. Nós ainda estávamos vestidas, nos beijando, quando Luís entrou. Deu uma surra em mim e outra na mulher e depois mandou que nos roçassemos para ele bater mais ainda. Foi uma confusão, me quebrou no pau. Eu já gostei muito de roçar com outras mulheres; é muito comum aqui no Maciel, tem mulher que faz vida para sustentar outra. Tem mulher que dá boa vida a outras mulheres. São muitas. (Salvador, junho a agosto de 1973). (ESPINHEIRA, ano?, p. ?).

Os outros depoimentos ou histórias de vida coletados e publicados no trabalho do professor Gey Espinheira não são muito diferentes, ou, menos dramáticos do que este, que acabamos de transcrever. Fica muito difícil imaginar

Raquel cuidando de algum patrimônio, como querem alguns autores. Não muito tempo depois dessa entrevista, a jovem prostituta foi assassinada por Luís, o pai dos meninos pelos quais ela passava fome.

Mais duas investigações estudam os moradores do Centro Histórico. A do Prof. Milton Santos (1959), que conclui sua pesquisa com um estudo mais detalhado dos sub-distritos da Sé e Passo, na Cidade Alta, e Conceição e Pilar, na Cidade Baixa, e a de Neuza de Oliveira (1994), que teve os dados coletados no meio da década de 80 e que concentra o foco nos travestis do Pelourinho.

O trabalho de campo do Prof. Milton Santos mantém, até hoje, quase meio século depois, a pertinência e o encanto dos clássicos. Ele se detém, sobretudo, no Largo do Pelourinho e começa chamando a atenção de que se trata de uma área resguardada por regulamentos que asseguram proteção aos monumentos históricos da cidade. Assim, ela representa a um só tempo um exemplo de influência dos fatores jurídicos sobre os fatos da estrutura urbana, e também um exemplo de degradação. (SANTOS, 1959, p. 166).

O Largo do Pelourinho é descrito por ele como uma ladeira-praça, de formato irregular, rodeada de edifícios do século XVIII e XIX, grandes casas nobres de dois ou três andares que serviram como residências a famílias ricas, mas que hoje caíram em ruínas. O andar térreo de todos esses edifícios é ocupado por comércio e artesanatos, prossegue ele, e aí se encontram oficinas de vulcanização, bazares, alfaiates, joalheiros, casas que compram e vendem ferro-velho, consertadores de coisas várias, armazéns, armarinhos, restaurantes baratos, sapateiros, padarias, tipografias, barbeiros de terceira classe, uma pequena fábrica de sabão etc. (SANTOS, 1959, p. 166).

Nos andares superiores, mora uma população heterogênea que vive em condições mais do que precárias. O aluguel é baixo e varia em média entre 400 e 800 cruzeiros. As casas de cômodos, onde os locatários são, sobretudo, casais sem filho ou celibatários, são numerosas. É, também, frequente ver vários rapazes ou moças morando num mesmo quarto. Essas casas sofreram um processo de subdivisão, que avança ao longo do tempo, com salas e quartos demasiadamente pequenos, verdadeiras células, separadas por paredes de madeira e nesses cubículos não há luz nem ar e inexiste higiene. A vida nesses cortiços é um verdadeiro inferno. Um único banheiro e uma só latrina para as diversas famílias de

um andar. Escadas estragadas, soalhos furados, paredes sujas, tetos com goteiras, formam um quadro comum a essa degradação. (SANTOS, 1959, p. 166).

Em 1940, ainda de acordo com Santos, havia no Largo do Pelourinho, 32 edifícios contendo 179 dormitórios e 569 pessoas aí residiam, numa média de 3,2 pessoas por dormitório. Uma década depois, em 1950, a população do mesmo Largo era de 708 pessoas o que tornava mais graves as condições de vida. Mas, para as pessoas que não podem pagar aluguéis altos e nem gastar com transporte, as *zonas de transição*, como o Pelourinho, são as mais procuradas, sobretudo por pessoas tangidas do interior pelo êxodo.

Eram numerosos os que não dispunham de trabalho permanente e 60% não eram originários da cidade. Entre os ofícios mais frequentes, estavam os de bicheiro, encanador, lavadeira, cozinheiro, bombeiro, porteiro, engraxate, encerador, viajante comercial, tipógrafo, empregado doméstico, vendedor ambulante, chofer, condutor de ônibus, camelô entre outros. Nas 28 casas pesquisadas, em 26, a maioria, os moradores tinham como local de trabalho o centro da cidade.

Santos conduziu também uma pesquisa com os alunos de uma escola pública primária do local, que foi aplicada pelos professores, e segundo eles, um terço dos seus pais não tinha profissão definida e 20% não tinham trabalho. Cerca de 25% procuravam um emprego ou desejavam mudar de ocupação. Cerca de 28% das mulheres trabalhavam fora do lar e outras 27% executavam trabalho remunerado em casa.

Dos meninos que responderam à enquete, 67% dormiam com três pessoas ou mais no mesmo quarto. Desses, 8% dormiam com mais cinco pessoas, 23% com mais de três, apenas 11% dormiam com uma pessoa e 3% dormiam sozinhos. Em alguns casos, havia crianças que dormiam num quarto com seis, sete e até oito pessoas. Dentre esses 18% não dormiam em camas.

Em 10% dos lares recenseados não havia eletricidade e 30% não tinham rádio. Indagados se desejavam mudar de residência, 75% dos meninos disseram que sim, mas 60% deles dando como bairro de preferência aqueles de classe rica, o que Santos considera “uma espécie de evasão psicológica.” Cerca de 35% eram de origem rural e 45% não tiveram outra residência em Salvador senão o Pelourinho. No texto não fica claro se é Milton Santos ou os entrevistados que se referem ao Pelourinho como bairro leproso e bairro dos cortiços. (SANTOS, 1959, p. 169).

Para Santos, a origem rural dos moradores do Pelourinho pode ser explicada pela atração, pela miragem da grande cidade tentacular e pela presença de outros naturais da mesma região, chamados por uma espécie de simpatia que caracteriza a distribuição espacial dos habitantes dos grandes centros. Enquanto isso os da cidade que moravam no Largo do Pelourinho residiam antes em bairros igualmente pobres. (SANTOS, 1959, p.169).

## 5 QUE FALEM OS QUE MORAM E TRABALHAM NO PELOURINHO

Neste capítulo, fazemos uma tentativa de reconstruir a história do Pelourinho e do IPAC, na segunda metade do século XX, através de depoimentos de moradores, comerciantes e de funcionários da Instituição que aí se instalou em 1967. Por isso mesmo, algumas observações de caráter metodológico, neste momento entendido como técnica de obtenção de dados e não como referencial teórico, são necessárias.<sup>55</sup>

Enquanto, nos capítulos anteriores, trabalhamos, fundamentalmente, com fontes escritas, documentos, livros, dissertações, teses, notícias de jornais etc., um material que provém, sobretudo, do trabalho de outros profissionais, jornalistas, acadêmicos de várias ciências e técnicos de órgãos públicos, neste capítulo, nos propomos a encontrar algo distinto.

Para isso, as informações foram obtidas, diretamente, com as pessoas envolvidas no processo, na condição de morador, comerciante ou de funcionário da instituição cujos caminhos estamos procurando reconstruir. Com o objetivo de focalizar na relação da pessoa com o bairro, as entrevistas foram estruturadas na perspectiva da história oral e, mais particularmente, de um ramo da história oral, que é a história de vida.<sup>56</sup>

Para a seleção dos entrevistados, usei o meu conhecimento do Pelourinho e do Centro Histórico como um todo, que data de 1970. Isso foi providencial para encontrar pessoas que, em 2000, quando as entrevistas começaram a ser feitas<sup>57</sup>, tivessem uma longa convivência com a área. O tempo de convivência da pessoa com o bairro foi o primeiro critério norteador. Nenhum dos entrevistados tem menos de vinte anos de vivência do Pelourinho. Alguns estavam aí, desde a juventude. Todas as pessoas entrevistadas estavam no Pelourinho

---

<sup>55</sup> Acho prática a distinção feita em alguns países entre metodologia e técnicas de pesquisa, onde esta última é entendida como formas de obtenção de dados e, a metodologia, como uma interpretação dos dados à luz de uma “conversa” com seu campo de saber, teorias, disciplina, etc.

<sup>56</sup> Ver entrevistas de nossa autoria publicadas na Revista da Faeeba/Unep com: Thales de Azevedo (1992); Jacob Gorender (1993); José Calasans (1995), Edivaldo Boaventura (1996); Eurico Brandão (1996) e Bárbara Freitag-Rouanet (1997).

<sup>57</sup> Algumas delas feitas pelos meus alunos do curso de Desenvolvimento de Comunidade do Bacharelado em Urbanismo da UNEB/BA, a quem agradeço.

desde a fundação do IPAC, em 1967, com exceção de dois funcionários da Instituição. A maioria dos entrevistados, de certo modo, está lá até hoje<sup>58</sup>.

O segundo critério foi o de entrevistar pessoas que tivessem diferentes inserções no Pelourinho, status, profissões e níveis de educação formal e, portanto, diferentes olhares e percepções. Assim, dentre os cinco funcionários do IPAC, cada um tem um trabalho diferente e uma inserção diferente no órgão. Quatro dos entrevistados são comerciantes e, em alguns casos, são também moradores. Como veremos, às vezes, essas categorias se sobrepõem.

Entrevistar um número significativo de pessoas ligadas ao IPAC – cinco entrevistados – foi um terceiro critério. Afinal, é aí que a bibliografia existente peca, por não dar voz a quem trabalhou muitos anos na instituição. Da mesma forma, peca por não entrevistar moradores, atendo-se a entrevistar as novas “celebridades”.do bairro.

A tentativa, aqui, é de entender o período estudado e o “desfecho” de 1992, com o olhar de quem viveu o processo, mas, ao mesmo tempo, um olhar menos interessado do que aqueles das lideranças ou pseudo-lideranças normalmente entrevistadas pelos meus colegas pesquisadores. Um dos entrevistados mais frequentes é João Jorge, dono do Olodum, que sempre fala em nome dos moradores excluídos embora nunca tenha vivido ali.

Os funcionários do IPAC entrevistados foram:

1 – **Adriana Couto de Castro**: nascida em 1946, formada em Arquitetura, começou a trabalhar no IPAC em 1972. Através desse órgão, fez o primeiro curso de especialização de monumentos que houve no Brasil, na Universidade de São Paulo (USP), em 1974. Em 1976, estudou um ano no México em um curso promovido pelo Centro Interamericano de Bens Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1980, juntamente com mais onze técnicos brasileiros, estudou na Alemanha o processo de planejamento urbano nas cidades históricas e passou uma parte dessa década fora do IPAC trabalhando para a Cúria Metropolitana. Voltou ao IPAC, em 1991, a convite do Prof. Vivaldo Costa Lima. Produziu juntamente com o sociólogo Luciano Diniz, o documento que norteia a Reforma de 1992. Nesse período, se tornou diretora da instituição substituindo o antropólogo Vivaldo da Costa

---

<sup>58</sup> Telmo Gomes de Sá, pintor naïve, morreu no último 2 de julho, aos 46 anos, enquanto este trabalho estava sendo escrito.

Liuma e, presentemente, é diretora do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – para o Brasil.

2 – **Gey Espinheira**: formado em Ciências Sociais pela UFBA, trabalhou como pesquisador avulso no IPAC, de 1969 a 1971, e, em agosto desse mesmo ano, passa a trabalhar com “carteira assinada”<sup>59</sup>. Pede demissão em 1973, mas reconhece: “o Pelourinho para mim foi um grande laboratório. Escrevi dois livros lá. Foi, inclusive, o que me permitiu elaborar a minha dissertação de mestrado”. Tornou-se professor do curso de Ciências Sociais da UFBA e continua escrevendo sobre o Pelourinho.

3 – **Carlos Anastácio**: nascido em 1957, no interior da Bahia, foi morar no Pelourinho ainda garoto. Educado pelos cursos oferecidos aos moradores pelo IPAC tornou-se, desde cedo, funcionário da instituição. É desenhista técnico, responsável pelos mapas que dão suporte ao trabalho dos arquitetos, mas começou como mensageiro. Deixou de morar no bairro em 1978, quando se casou, porque “queria morar num bairro de verdade”, segundo expressão sua. Viveu como morador no bairro por 21 anos. Continua trabalhando no IPAC até hoje.

4 – **Elvira Pereira de Souza**: nascida em 1930, veio para o Pelourinho em 1954, quando saiu do Maranhão. Há anos lidera movimentos populares: das prostitutas do Maciel, dos favelados e, à época da entrevista, era Presidente da Associação de Funcionários do IPAC. Também atua como conselheira do bloco Olodum. Como veremos, na sua entrevista, ela se refere ao passado no Pelourinho como trabalhadora de um dancing. A entrevista revela a delicada trama social de uma ex-prostituta, militante de movimentos populares e, finalmente, funcionária do IPAC e cabo eleitoral do Partido da Frente Liberal (PFL)/Democratas (DEM).

5 – **Carla Issa Freitas**: nascida em 1959, iniciou sua carreira de assistente social, ainda como estagiária, no IPAC, em 1979. Nunca morou no bairro, mas trabalha aí desde então. Foi a principal responsável pela implementação da remoção e mudança dos moradores, como, também, pelo pagamento das indenizações. É, talvez, a pessoa que melhor conhece o aspecto mais criticado da Reforma que foi a remoção dos moradores.

Os entrevistados listados a seguir constituem um misto de comerciantes e moradores.

---

<sup>59</sup> A expressão “carteira assinada” é do próprio entrevistado.

6 – **Deraldo Lima**: nascido em 1930, criou, em 1963, o “Bar e Galeria dos Novos”, abrindo o primeiro espaço para o comércio de artes plásticas no Pelourinho. Começou com uma pensão na Rua Alfredo Brito, a mesma da Faculdade de Medicina, antigo Colégio Jesuíta da Bahia. Mais tarde se tornou proprietário de três ruínas na área mais degradada do bairro, o Maciel. Durante a Reforma de 1992, negociou com o IPAC, cedendo uma das ruínas em troca da restauração das duas outras. Um tipo de permuta muito comum nesse processo e que transformou o IPAC em um “respeitável” proprietário de imóveis na área, quase tão grande quanto as ordens religiosas que se instalaram ali no século XVI.

7 – **Carlos Roberto, Carlete**: nascido em 1960, afirma que está desde os seis anos no Pelourinho. É travesti e, por muitos anos, foi dono do que ele descreve como um “pensionato para travestis” que foi um dos edifícios que arderam em chamas nos anos 80. Desde então, sobrevive vendendo bebidas nas “festas de largo” e, sobretudo, nas “terças-feiras da Benção” e, nessa condição, é o representante dos barraqueiros junto ao IPAC. Continua vivendo no Pelourinho.

8 – **José Cosme dos Santos**: geógrafo, mestre pela UFBA, colega professor do Curso de Urbanismo da UNEB. Migrante de Sergipe, foi criado, nos anos 60, no “castelo”<sup>60</sup> de sua avó, Dona Caçula, na Rua do Bispo, uma rua que corre paralela ao Terreiro de Jesus e perpendicular à Igreja de São Francisco. Foi nesse endereço que Dona Caçula perdeu tudo num incêndio, conseguindo reinstalar seu negócio na parte mais degradada do bairro, o Maciel. Na Reforma de 1992, foi indenizada pelo IPAC o que lhe permitiu comprar uma modesta casa no subúrbio.

9 – **Clarindo Silva**: nascido na década de 1930, é proprietário da “Cantina da Lua”, o maior e mais próspero bar do Terreiro de Jesus, esquina com a Alfredo de Brito. Oriundo do Recôncavo, veio com a mãe e muitos irmãos para Salvador, nos anos 40. Chegou ao bairro menino e, por muitos anos, trabalhou como vendedor de frutas e, posteriormente, como empregado doméstico. Na década de 80, quando o Centro Histórico ia cada vez pior, organizou com os boêmios que frequentavam seu bar um manifesto contra a decadência do Pelourinho. Tornou-se diretor de um Projeto Cultural também chamado “Cantina da Lua”, uma Organização Não-Governamental (ONG) criada por ele. Na administração de Lídice da Mata, então, do

---

<sup>60</sup> Prostíbulo.

Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi administrador do Centro Histórico. É negro e nunca foi visto vestido de nenhuma outra cor que não seja branco.

10 – **Telmo Gomes de Sá**: nasceu no Pelourinho em 1961. Pintor primitivo é discípulo rebelde de seu irmão, Irakitan Gomes de Sá (11), que também nasceu no mesmo largo, nos anos 50, quando o seu pai veio de Recife trabalhar no recém-inaugurado Hotel da Bahia, e que introduziu a pintura primitiva no Centro Histórico. Nos últimos anos, está envolvido com a indústria musical.

11 – **Lázaro Torres**: viveu desde menino no Santo Antônio Além do Carmo, bairro contíguo ao Pelourinho, separado apenas pela Ladeira do Carmo, onde está a escadaria do filme “O Pagador de Promessas”. É repórter fotográfico, boêmio e autor de alguns romances. O pai dele, o Sr. Torres, era astrólogo e meu vizinho na Cruz do Pascoal.

As informações contidas nas entrevistas foram organizadas em uma cronologia que parte das primeiras e mais antigas memórias dos entrevistados, em relação ao bairro. As memórias mais antigas do Pelourinho remetem à boemia e a prostituição.

Em seguida, tratamos da criação do IPAC e de sua instalação no bairro, como, também, do ponto de vista da instituição, da formação dos seus quadros para o trabalho. Mais adiante, tenta-se extrair dos entrevistados o que pensam sobre o trabalho do IPAC. A remoção dos moradores e a avaliação da Reforma de 1992 é o bloco final.

## 5.1 AS MEMÓRIAS MAIS ANTIGAS DO PELOURINHO – A BOEMIA

### **Deraldo Lima:**

*– A Galeria dos Novos abriu em 1963; quando foi em 1964, eu tive uma luz: o diretor da Bahiatursa, na época, Gumercindo Dórea, me disse que aqui ia ser transformado no ‘Quartier Latin’, né?, o parque da França onde se reúnem os artistas e intelectuais. Eu não sabia nem o que era a palavra, o sentido da palavra, eu não sabia; aí, quando ele saiu, eu perguntei a um amigo meu que frequentava a minha casa: ‘– José, o que é ‘Quartier Latin?’. Aí, ele disse: ‘– É um bairro boêmio de intelectuais e de artistas na França’. Isso foi em 1964.*

**Gey Espinheira:**

– Com o Centro Histórico, eu tive contato, quando eu era estudante do Colégio Central. Eu frequentava o Pelourinho como um frequentador comum dos bares do Pelourinho. Isso foi de 1963 em diante, quando eu estava estudando e cheguei do interior pra morar em Salvador; eu frequentava muito, sobretudo um bar chamado Galeria dos Novos, de Deraldo, que ainda existe lá. E esse era um dos pontos principais dos nossos encontros. Eu frequentei o Pelourinho a vida toda, digamos assim, como cliente do Pelourinho.

**José Cosme dos Santos:**

– Era tudo degradado. Maciel de Cima, Maciel de Baixo, era tudo baixaria. Hoje, onde é o Sebrae, era o Bar das Palmeiras. Tomei muita cachaça ali. Vendiam drogas. Maconha. Puta que só a porra! Se você quisesse pegar um cancro, uma crista de galo era no Maciel de Baixo. Se você quisesse uma gonorreia ou uma blenorragia era no Maciel de Cima.

**Gey Espinheira:**

– O Pelourinho era um lugar boêmio de Salvador, um lugar de encontro dos intelectuais, um lugar agradável que a gente costumava realmente virar a noite. Saíamos do Pelourinho de manhã e descíamos para ir pro Mercado Modelo. Continuava... O Pelourinho era um lugar muito, muito rico de encontro de pessoas. A área era, predominantemente, prostitucional. Na época, por exemplo, que escrevi o livro<sup>61</sup>, mais de 700 prostitutas atuavam no Pelourinho. O Pelourinho era uma festa, é algo que você não pode imaginar. Não era nem tão arruinado quanto foi nos anos 80, quando vocês o conheceram arruinado, nem era o que é hoje. Mas era uma grande festa, no sentido bem baiano, bem popular, de um tempo que não existe mais: um tempo da noite, um tempo da prostituição, um tempo dos bares, das boates. Todo o centro de Salvador era uma grande prostituição. Boates, com diversão livre, com pessoas elegantes, as mulheres bem vestidas ou mal vestidas a depender das condições, você não pode imaginar o que é que foi aquilo naquela época.

E, evidentemente, que me chamava atenção o drama humano da prostituição. Não pelo fato de serem prostitutas, porque esse é um mercado de trabalho para um monte de gente que não tinha nenhuma possibilidade de outro tipo

---

<sup>61</sup> *Divergência e Prostituição*, Tempo Brasileiro, 1984. A pesquisa, no entanto, foi feita no final da década de 70.

*de inserção na cidade, mas, sobretudo, pela perseguição policial, pela violência que a polícia impunha. E o meu livro é como um grito de alerta e de denúncia contra a opressão da polícia, contra o preconceito, contra a forma com que alguns jornais se referiam à prostituição e às prostitutas em particular. Então, eu considerei isso o tema central. Não podíamos olhar o Pelourinho e não pensar nas prostitutas.*

**José Cosme dos Santos:**

*– Eu a chamava de minha velha, mas era a minha avó, Dona Caçula. Nós viemos de Aracajú e fomos morar no primeiro piso e ela tinha o ‘castelo’ – hoje se chama brega –, no segundo e terceiro piso. Eu tinha dez anos quando conheci disso tudo aí, e do bairro. Era década de 60 e já estava bem degradado. O Pelourinho já era prostituição. Eu adorava tomar banho no final da tarde e jogar dominó com a velha. Eu fazia a parceria com ela. Vivíamos no número 17 da Rua do Bispo. Era 17b. Naquele tempo tinha essa numeração, a, b, c. Pegou fogo. Morávamos, eu, minha mãe, meu padrasto, minha avó e minhas irmãs. A cada mês, passava um delegado para tomar seu uísque e pegar um trocado. Já existia corrupto naquele tempo.*

*Nessa época, só existiam duas estações de rádio em Salvador: a Excelsior e a PRA4, que ficava na Carlos Gomes e tinha programas de auditório ao vivo, aos domingos de manhã. Na Saldanha da Gama, funcionava o Cine Liceu, o Cine Popular e uma escola para meninos de rua que aprendiam arte, marcenaria, serraria e tal. Os meninos usavam macacão. Depois o Liceu pegou fogo. Tudo ali também era prostituição. É dessa época a semana inglesa. As pessoas tinham a tarde do sábado livre e saíam, no sábado à noite, para a farra. Aonde se ia? Ao ‘Centro Histórico’ meu irmão: ao ‘Braseiro’, ao ‘La Fontana’, que hoje fica na Rua do Cabeça, à Ladeira da Praça. O ‘Centro Histórico’ era cheio de baianas que vendiam comida. Havia uma, na Rua do Tira Chapéu, que vendia feijoada e sarapatel que ela chamava de ‘Big Sarapatel’. As inúmeras baianas, aos sábados, em vez de vender acarajé, vendiam comida: sarapatel, mocotó, feijoada. Então, você ia pro Centro, ia pro brega, né? O menino pegava o seu dinheirinho de fim de semana e ia pro brega. Primeiro, comia, depois, cada um tem seu gosto, né? Nas praias, nessa época, vendiam peixada. Não se chamava moqueca não. Era peixada.*

**Clarindo Silva:**

*– Eu me deslocava exatamente pr’aqui, pra fazer minhas vendagens. Em uma dessas viagens, eu encontrei, aqui, nesse prédio, numa portinha junto do*

*portão, lá no canto, seu Valter da Costa Pinto que me pediu que eu arrumasse um menino pra fazer trabalhos domésticos pra ele. Como meus três irmãos mais velhos eram empregados domésticos e falavam das benesses de lavar carro, de molhar jardim, mas, também, de comer manteiga, que eu nunca havia comido, me ofereci para o trabalho. Se ganhava razoavelmente bem, tanto assim que eu vim comer manteiga com doze anos, quando eu comecei a trabalhar aqui no bazar e aí é que veio meu contato direto com o Pelourinho, com a vinda todo dia. Eu trabalhava aqui no bazar americano; comecei como empregado doméstico, balconista, subgerente, gerente, contador.*

**Elvira Pereira de Souza:**

*– Eu cheguei do Maranhão com um marinho, em 1954. Ele não quis me levar logo para a casa da família dele e me trouxe para o Pelourinho. Depois, fui para o Retiro. Voltei sozinha e morei de 1956 a 1965. Até que eu gostava do Pelourinho [...] como todo mundo sabe, o pessoal dizia: ‘– Ah, porque é brega’. Era sim, era o baixo meretrício, mas, também existiam pessoas direitas, pessoas que trabalhavam... Existiam bares... Aqui onde era o IPAC, onde é o IPAC hoje, o Solar do Ferrão, era o Centro Operário; tinha, também, o Colégio de primeiro grau Domingos Silva; existiam os marceneiros, existiam os carpinteiros, tinha a Associação e tinha Dona Celina, a finada Celina, que era pra ser um nome histórico porque todo mundo até hoje se lembra do mocotó de dona Celina.*

*Tinha ali, na descida do Tabuão, o Oceania Futebol Clube; era o clube de dança, também, dos estivadores. E quando a gente saía de lá, que era aos domingos meia-noite: ‘– Vombora pra dona Celina, vamo comer o mocotó da dona Celina’ (risos). Então, eu acho que ela é um nome folclórico, como dona Iara da esquina da Igreja de São Domingos, também, que vendia feijão.*

*Voltei pra cá, em 56, grávida da minha segunda filha, que o primeiro tinha morrido [...] Tive minha filha [...] e namorava com o pai dela; ele era casado e, com poucos meses, fiquei grávida da outra e a gente separou. Eu tenho um gênio muito terrível e não gosto que ninguém me domine: não gosto de nada [...], eu quero tá sempre por cima e por isso ele não me aguentou (risos). Ele fazia até o que podia, mas eu achava que não tava certo, eu dizia a ele que eu não era cabra pra viver amarrada no pasto, eu gostava de me vestir bem, de me calçar bem, e pêpêpê e fazia aquele auê; ele não aguentou e se separou.*

*Tava grávida da minha terceira filha. Quando ela nasceu, a outra tinha poucos meses e aí eu lavava roupa de ganho. Fui trabalhar no 'castelo'. Sabe o que é 'castelo'?*

*Eu era faxineira lá no castelo; quando as mulheres saíam do quarto, eu ia arrumar, e tudo isso pra dar sustento às minhas duas filhas. Pagava uma pessoa pra ficar com elas e ainda trazia roupa de lá pra ganhar outro dinheiro, lavando os lençóis, essas coisas.*

*Tinha o Dancing. Tinha o Rumba Dancing. Em 58, tinha o Rumba Dancing, que era já antigo, e tinha o Pigalle Dancing, que fazia dois anos que tinha sido inaugurado, que era do mesmo dono, que era ali no Pau da Bandeira, onde é a Philco. Na Misericórdia. Não, não é danceteria, era dan-cin-g. As mulheres eram tidas como taxi-girls. Tinha uma pista de dança, toda arrodada das cadeiras de braço, todas com um número. E fora, tinham as mesas onde ficavam os homens sentados; eles pagavam a entrada. Naquela época, em 58, era vinte mil réis [...] Eles recebiam um cartãozinho com trinta quadrinhos e nós recebíamos o nosso. O deles era cinzento e o nosso era cor-de-abóbora, com noventa quadrinhos.*

*Então, quando dava dez horas (era tudo muito bem coordenado), se nós fôssemos chegando na porta e a orquestra desse o sinal que ia começar, não se entrava mais. Não se podia beber, não se podia fumar; só tomávamos guaraná ou fumava cigarro, quem gostava, dentro do camarim. Nós tínhamos um camarim, cada um com sua gavetinha, com chave, pra guardar o que tivesse, os seus valores. Nós tínhamos o dono, que era Sr Carlos, tínhamos o gerente, que era Edson, tínhamos o picotado, e tínhamos o fiscal de salão. E tinha o relógio grande pra quem não tinha relógio, como eu e outras, pra marcar.*

*Ali, quando a festa começava, os homens iam ficando. O visitante podia, também, levar uma pessoa. Por exemplo, se quisesse levar você, ele pagaria sua entrada; aí era caro. Então, eles simpatizavam comigo, me tirava pra dançar. Quando ele terminava de dançar, tinha que marcar no cartão. Então, quando ele largava, tinha que olhar, e o picotador tava lá, olhando, pra ver ali... vamos dizer que ele largasse dez e quinze, então eram vinte minutos; eu entregava ao picotador o meu e o dele; e dizia: 'vinte'. Ele já sabia e picotava vinte furinhos naqueles quadrinhos que viravam furos. E o outro também.*

*Eu pegava o meu, guardava, e o dele eu ia entregar. Nós não ficávamos mais do que um minuto conversando, porque se a gente demorasse conversando,*

*ele batia na mesa, me chamava atenção. Esse era o Dancing. E a gente ia colecionando aqueles cartões durante uma quinzena. Aqueles furinhos valiam quatro cruzeiros e quarenta centavos, sendo que quarenta centavos eram da Prefeitura, dois cruzeiros eram da casa e dois da bailarina. No fim da quinzena, a gente pegava todos aqueles cartões, somava tudo pra ver quanto tinha dado. Isso aí era nosso pagamento.*

**Deraldo Lima:**

*– A minha mãe entendeu que eu tinha que trabalhar – eu não trabalhava. E tinha que botar uma pensão. E foi no Pelourinho que eu arranjei uma casa grande. Lá na Rua Alfredo de Brito, a rua principal. Botei a pensão, em 62. Quando foi em 63, um ano depois, nós inauguramos uma galeria de arte, com o nome de ‘Galeria dos Novos’.*

*Foi por acaso. Foi sugestão de um amigo nosso que era estudante de medicina. Eu tinha um barzinho na pensão. A Galeria seria sem fins lucrativos, para dar promoção ao bar. A galeria surgiu em função do bar. Nesse início, eu não tinha nenhuma perspectiva do que o Pelourinho ia ser. Foi, realmente, incentivo de minha mãe. Ela achava que eu tinha que trabalhar.*

*A sociedade era realmente hostil com o Pelourinho. Não tinha outro povo a não ser os comerciantes, só era prostíbulo. A rua principal, Alfredo Brito, que é onde nós botamos a pensão, era onde moravam as famílias, como a dona do cartório, que até hoje tem o cartório no Pelourinho: D. Lina. Era ela e a família. A rua Alfredo de Brito era família, família classe média pra pobre. Nesse tempo ainda se tinha a Faculdade de Medicina e o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.*

**Carlos Anastácio funcionário do IPAC:**

*– Eu vim pro Santo Antônio. A minha família é de Ilhéus. Viemos para o Santo Antônio Além do Carmo. Era o único homem que morava num convento cheio de mulheres. Só que minha tia, mãe de criação, faleceu, e eu vim morar com meu pai aqui, nesta localidade, no Pelourinho. Era numa pensão, num quarto. Existia uma separação entre o Pelourinho e o resto da cidade. Ninguém queria passar no Pelourinho. Familiar, ninguém. Quem ia no Pelourinho era homem solteiro para poder procurar... Só se passava no Pelourinho, no Carnaval, porque o percurso era Alfredo Brito, Terreiro etc.*

*O limite era o Carmo, aí não descia mais a ladeira. O limite é onde tem o Luiz Viana, a Igreja do Carmo, ali era o limite. Chegou aí, nessa baixada que divide o*

*Pelourinho, era a fronteira. Então, se você olhar que essa rua daqui, a Gregório de Mattos, como também a João de Deus, não tinha acesso pro pessoal. O pessoal do Maciel não aceitava. Só quem era morador ou vinha procurar alguma coisa aqui.*

*É como eu disse a você. Aqui não era só o baixo meretrício. Funcionavam as escolas. Aqui no IPAC mesmo, funcionava uma escola, a Domingos Silva. E tinha moradores também. Era uma escola pública. Servia ao pessoal de toda a redondeza: tinha gente que morava no Tabuão, entendeu. Gente que morava aqui. A Faculdade de Medicina era na Alfredo Brito. Os alunos vinham, assistiam a aula e iam embora, não frequentavam aqui a área. Entravam e saíam pelo Terreiro e Praça da Sé. O desbravador de frequência desta área, do Maciel, que ainda era Maciel, foi o Olodum.*

## 5.2 O IPAC, O BAIRRO E A FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS

### **Gey Espinheira:**

*– Bom, eu sou de uma instituição que é antes do IPAC, chamada Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Eu comecei a trabalhar antes dela existir, numa pesquisa que foi feita pela Superintendência de Turismo de Salvador, que foi o primeiro levantamento socioeconômico do Pelourinho, coordenado por Vivaldo Costa Lima e Júlio Braga, também hoje professor da Universidade. Eu trabalhei como técnico de pesquisa, nesse projeto, ainda na Secretaria de Turismo da Prefeitura. A partir daí – isso foi em 1967 –, mais ou menos em 1969, eu voltei a trabalhar, já para a Fundação constituída pelo então Governador Luiz Viana Filho, sob a direção de Vivaldo Costa Lima, como secretário-executivo, e Vladimir Alves de Souza, como presidente. Nós começamos no endereço na Rua da Ajuda, e só por volta de 1970, nós nos mudamos para o Pelourinho nº 12, Largo do Pelourinho, e, no final de 70, eu fui contratado como coordenador do Setor de Pesquisa.*

### **Adriana Couto de Castro:**

*– Ao vir para a Fundação do Patrimônio, dois anos depois, eu fui fazer um curso em São Paulo (1974), que foi o primeiro curso de especialização de preservação de monumentos no Brasil. Foi feito pela Universidade de São Paulo. Uma iniciativa da Universidade com o IPHAN (Patrimônio Nacional), na figura do*

saudoso Luís Raia, que foi o Superintendente do IPHAN, em São Paulo, até maio de 1974. Em 1975, ele faleceu, se não me engano no mês de maio. Iniciei minha vida com este preparo através deste curso. Criei uma bagagem de conhecimento e de reflexão muito profunda.

Naquela época, em paralelo, se iniciavam os primeiros projetos para o programa que se chamou o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Foi um programa capitaneado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e que promoveu as significativas intervenções do Patrimônio nesta área do Nordeste, depois se estendeu para Minas Gerais, também. Esta foi a nossa escola, né? Do teórico, mas, sobretudo do prático. Eu aprendi muito com os mestres do Patrimônio, Luís Raia, Dr. Pedro Filho, Jorge Rebouças, enfim, tantos outros, como o próprio Arthur Reis, o Raul Vieira, que foi meu professor, meu chefe e meu professor na iniciativa privada, na construção da Sapotegin. Em 1976, fui fazer um curso de especialização em Surubusco, um curso promovido pelo Centro Interamericano de Bens Culturais, da Organização dos Estados Americanos. Recebi uma bolsa pela OEA e fiquei praticamente um ano estudando no México, o que me deu, realmente, uma base e abriu, vamos dizer assim, a minha visão para preservação do patrimônio, de uma forma mais definitiva, até porque, eu estava vendo o Brasil de fora, né? Não tava vendo daqui, eu tava vendo de outro país, numa outra perspectiva.

Posteriormente, nos anos 80, eu fiz outra viagem de estudos, com outros onze técnicos, mais dez técnicos, na realidade, do Brasil inteiro, para a Alemanha, para as cidades do sul da Alemanha, com vistas a entender, analisar e refletir sobre o processo de planejamento urbano nas cidades históricas do sul da Alemanha que, naquela época, estavam sofrendo surtos de recuperação urbana muito interessantes. Esta última viagem me trouxe uma visão de planejamento mais forte do que eu já tinha tido, até então.

Como você sabe, o sistema de proteção de bens culturais do Brasil primava pela intervenção isolada no monumento histórico, dentro de um determinado contexto. O planejamento urbano, embora a partir do final dos anos 70 para o início dos anos 80, tenha sido falado, em vários encontros de técnicos do Patrimônio do Brasil inteiro, até num encontro que houve em Ouro Preto sobre o barroco brasileiro, onde o professor Silva Teles falou da 'questão do planejamento das cidades históricas'... ou seja, a visão do urbanista, do arquiteto planejador nas

*idades históricas, mas, na prática não ocorria de imediato, isso porque a tradição foi sempre outra. Quando tivemos a oportunidade de colaborar com o Governo, quando eu retornei ao IPAC, em 91 – eu saí no início dos anos 80 do IPAC, fui trabalhar com a Cúria e, em 91, eu voltei, para atender um pedido do professor Vivaldo da Costa Lima – foi aí que me vi envolvida **neste projeto**.*<sup>62</sup>

**Carlos Anastácio:**

*– O projeto primordial que eu te falei do início, durante a direção do Vivaldo Costa Lima, era, justamente, fazer reabilitar a comunidade. Não era só um trabalho na base do imóvel, mas das pessoas que ocupavam esses imóveis. Então, quer dizer, o fator que eu e que muitos outros que são ex-moradores da área daquele período... foi um fator desse projeto, quer dizer... tivemos a aula. Ele preparou a gente. Eu morei aqui, mas nasci em outro bairro. Mas tinham muitos que eram nascidos aqui. Então, na verdade, eles abriram, aqui, escolas de artesanato; desde a década de 70, tinha isso, escola de serigrafia, escola de madeira, artesanato em madeira, couro, música, né? Tinha tudo. A todos foram dadas oportunidades. E foi absorvendo, na forma de... digamos... eu não comecei como técnico de arquitetura como eu sou. Eu comecei como mensageiro contínuo. Quer dizer, eu entrei como aluno. De aluno, eu estudava já o segundo grau, que era o científico na época, mas a primeira oportunidade que eu tive foi de mensageiro contínuo e fui crescendo, a escola gradativa, e cheguei, hoje, como técnico de arquitetura. Quer dizer, tem outros que ainda continuam como mensageiros, tem outros que já são mais do que eu, são universitários, professores. Aqui no IPAC tem vários que moraram aqui no Pelourinho.*

*Quem vê, hoje, o Centro Histórico atual, aí, faz uma crítica. Eu estou falando isso como ex-morador, como técnico de um órgão público. Na verdade, eu não tenho intuito de defender o governo, eu tenho intuito de defender o que é lógico para mim. Mas é bonito, não sei o que lá mais, mas, tem todo um estudo de base e até enaltecendo, porque a diretora geral, hoje, Adriana Couto de Castro, era técnica de confiança de um diretor, do Vivaldo. Ela vem fazendo esse trabalho de base desde aquela época. Ela tem um grande know-how. Vem fazendo este estudo desde a época. Foi cargo de confiança, chefe. Tanto que é, eu fui desenhista e ela foi*

---

<sup>62</sup> Ela se refere à Reforma de 1992 que é um projeto dela e do sociólogo Luciano Diniz.

*minha chefe. Hoje ela é diretora geral. Quer dizer, é um trabalho que já vem de muito tempo.*

**Carla Issa Freitas:**

*– Quando comecei a trabalhar aqui não existia serviço social e fui recrutada para trabalhar sob a chefia de um sociólogo. Aí, me deram para fazer um serviço que ninguém gostava de fazer, que era cobrar aluguel das casas do IPAC, alugueis atrasados, dos moradores. O IPAC tinha imóveis de aluguel, como até hoje tem. Eu controlava, também, se o morador estava pagando conta de luz, de água, essas coisas. Mas eu aproveitei este trabalho para conhecer a realidade da comunidade que morava aqui e isso para mim foi muito bom porque comecei a manter contacto e ficar conhecida na área. Então as pessoas começaram a me procurar aqui dentro, ver uma coisa, informar outra, ajudar. Mas aí, a presença dos moradores começou a incomodar a quem trabalhava no mesmo setor: subia a família toda, às vezes, tinha discussão de marido e mulher, até que, finalmente, atenderam a minha solicitação e me colocaram num lugar onde eu pude implantar o serviço social. Inicialmente, eu trabalhei com duas estagiárias até que, finalmente, vieram duas assistentes sociais e continuamos então a trabalhar com o pessoal da área.*

**Gey Espinheira: [O IPAC em relação às prostitutas]**

*– Não era um discurso muito claro, mas a forma como nós atuávamos na época... nós criamos lá uma escola de artesanato para aqueles meninos e meninas, nós criamos grupos de música com Zizi Possi, inclusive, ela era profissional empenhada. Sante Scaldaferrri, outro grande pintor famoso, trabalhava conosco. Arquibaldo, um artesão altamente especializado, também.*

*Formamos uma equipe de elite para educar e trabalhar com aqueles meninos e meninas, dentro das melhores condições possíveis de recursos humanos, dando o que havia de melhor. Nós levamos para lá Luiz Watson, outro artesão também famoso, que veio morar na Bahia. Conseguimos montar uma loja de artesanato, conseguimos fazer com que aquela gente toda se envolvesse com o processo de discussão. Criamos uma certa solidariedade entre os elementos da comunidade. O discurso mais objetivo do IPAC era o discurso, digamos, de investir naquela população para elevar a condição social daquela população.*

*Mas, ao mesmo tempo, uma mão fazia isso, com a outra mão botava para fora, humilhava, chamava a polícia. Tinha esse tipo de coisa, essas contradições*

*institucionais, porque o IPAC era do Governo e o Governo era também polícia, era também Antônio Carlos Magalhães que, um dia chegou, botou a mão assim em meu peito e disse: 'Meu filho, eu não quero ver aqui filho da puta não, eu quero ver aqui estrangeiro visitando o Pelourinho'. Ele me disse isso na primeira exposição que nós abrimos, no Pelourinho 12, em que eu tive a incumbência de mostrar, ao então prefeito, a exposição.*

**Carlos Anastácio:**

*– Não, o Olodum teve um papel pequeno, é o seguinte: o papel da revolução disso aqui não foi o Olodum, foi um projeto de governo. Incrivelmente, as pessoas não acreditam no governo. Porque existia o 'Ilê Ayê' na Liberdade, e tinha o 'Muzenza', não sei aonde... Os 'Apaches do Tororó'... E, então, alguém daqui lançou o Olodum. Eu até conhecia o rapaz. É Nego, que trabalha aqui. Ele que criou o Olodum. Não foi João Jorge. João Jorge que já chegou depois disso aí. Ah, o nome de quem criou o Olodum é Carlos Alberto, apelidado de Nego.*

**Clarindo Silva:**

*– Em 70, sai a Faculdade de Medicina, depois o Instituto Médico Legal, sai a sede do Incra, saiu a Academia de Letras da Bahia, fecharam o Cine Santo Antônio, o Cine Popular, houve o incêndio do Liceu de Artes e Ofícios, fecharam o Cine Popular, fecharam o Plano Inclinado do Pilar e o do Tabuão, tiraram a administração do Estado, tiraram a administração do Município, tiraram o terminal de ônibus da Praça da Sé e... isso aqui virou um gueto. A cidade virou as costas pro Pelourinho.*

*Em 1983, uma das fases mais difíceis do Pelourinho, nós reunimos aqui, na 'Cantina da Lua': boêmios, intelectuais e briteiros anônimos e criamos o 'Projeto Cultural Cantina da Lua'. A proposta era não só de lutar pela revitalização, mas, também, pela preservação de nossa identidade cultural. Isso foi uma coisa positiva mas que gerou especulação imobiliária. Os donos que haviam abandonado seus imóveis quiseram de volta. Tinha deles que tinha dez, quinze, vinte anos que não apareciam aqui. Passaram a ter olhos grossos e começaram a querer a retomada do poder a qualquer custo.*

*Nos anos 80, eu pensei que estava vivendo na Roma de Nero, aconteciam muitos incêndios que diziam que eram criminosos; muitas vezes, eu ouvi dizer aqui, na Cantina, que se a gente não saísse por bem, sairia por mal. Eu não tenho provas documentais, mas eu ouvia dizer que eram intencionais. Tomamos*

*uma medida, tentamos criar uma brigada contra incêndio e não fomos atendidos pelas autoridades, mas conseguimos ensinar pra todos os comerciantes da área: todo mundo sabia manusear um hidrante.*

**Gey Espinheira:**

*– Olha, eu posso lhe dizer o seguinte: esses tempos que eu passei no Pelourinho como funcionário, como profissional avulso, de 1969 a 1971, acho que, em agosto de 1970, com a carteira assinada, até, salvo engano, 1973, quando eu pedi demissão, o Pelourinho para mim foi um grande laboratório, escrevi dois livros lá. Foi inclusive o que me permitiu elaborar a minha dissertação de mestrado. Foi muito importante na minha formação profissional essa experiência, foi muito rica. E a instituição, na época, era uma instituição muito confusa, do ponto de vista organizacional. Mas, do ponto de vista da produtividade, do que nós fazíamos, era muito interessante. E uma experiência que poucas vezes se repetiria, como não se repetiu mais. O IPAC de hoje não tem a mesma vitalidade criativa que teve naquela época.*

### 5.3 AS REAÇÕES À REFORMA

**Carlos Roberto, Carlete:**

*– Eu sou presidente da Associação dos Barraqueiros do Terreiro de Jesus. Represento os proprietários das barracas de cerveja. Vendemos dia de terça-feira, na ‘Benção’. Nós lutamos muito para estar aí, porque o projeto deles era acabar com a ‘Benção’. Com a festa, porque a benção, na realidade, é na igreja. É, a parte da gente é a maldição, que é a bebida, né? Então, o projeto deles era acabar. Brigamos, lutamos, eu em cima, ali, foi uma briga terrível. Então, eles chegaram ao ponto de ver que a gente tem direito: fizeram uma barraca, nos ofereceu e nós estamos aí esperando a expectativa deles pra saber se a gente continua ou não.*

*[...] Dizem que eles querem acabar com as barracas. Então, fico neutro. A mim, eles não me dizem nada, e o maior contacto com eles lá dentro sou eu. Eles não dizem nada, que vai acabar ou que vai ficar, mas o pessoal é que fala demais. ‘– Ah! porque fulano disse que vai acabar’; aí, fica naquela coisa. Eu não me envolvo porque eu gosto de fazer tudo, sempre... no dia em que acabar, eles tem que dizer a mim, que sou o presidente. Eles nunca me disseram nada disso. E nós temos, aqui*

no IPAC, uma pessoa que ajuda muita agente. Luta junto com a gente: Leal<sup>63</sup>. E ele sempre tá ali, em cima, procurando fazer as coisas pra ajudar; então, ele dá uma força danada pra gente. Aliás, quando eles [o IPAC] querem, eles mandam chamar a gente. Eles não gostam de aglomeração lá dentro. Ele manda chamar a mim. Eu sou uma liderança.

**Elvira Pereira de Souza:**

– *Ínfimas, as indenizações... Agora mesmo, tem gente que é indenizado com mil reais, mil e oitocentos reais, três mil... Dá pra alguma coisa? Não dá, minha filha. Eu fui indenizada, ontem fez seis anos... que eu digo que ele é meu padrinho (risos), Waldeck Ornelas. Eu chamo ele de meu anjo de guarda. Eu recebi duzentos mil cruzeiros de indenização. A casa que eu morava, só pela frente você vai vendo, tinha dois quartos enormes, duas salas pequenas, tudo taqueado... uma copa e cozinha maior do que isto aqui [faz um gesto para mostrar a sala]; tinha pia, fogão, tinha tudo folgado, um banheiro muito bonito, grande, com banheira, um quarto pequeno, uma área, a escada, uma escada boa, de granito.*

*Me deram duzentos mil cruzeiros de indenização. Indenizaram meus filhos e a sobrinha que morava comigo. Moravam meus filhos e as filhas. E eu saí pra procurar uma casa. E eu achei uma casa lá na Vila Antônio Balbino, no IAPI, numa ladeira. Eu fui com a minha filha, eram quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros, em fase de término. Eu disse: ‘– Eu não quero isso’. Minha irmã, que escadaria pra subir! Se, naquela época, já era difícil pra mim, imagine agora que eu tô com um problema seríssimo nas rótulas. Tô vendo de uma hora pra outra parar de andar.*

*Aí eu briguei, eu briguei! E eu dizia pras minhas amigas daqui: ‘– Vamos nos unir, vamos nos organizar’, porque, como eu disse a você, era uma questão política: no dia que um político quisesse nos tiraria em 24 horas. Eu ainda dizia a eles: ‘– Eu estou falando isso por causa de vocês, eu sei me defender!’. Eu acho que elas não acreditaram.*

*Eu tinha essa amiga, tinha não, tenho, Sônia Fontes, deputada. Ela trabalhava aqui, no IPAC, foi em 92, ela era administradora daqui. Ela só era arquiteta. Aí eu fui a ela. Ela já tinha me apresentado ao doutor Waldeck Ornelas. Aí,*

---

<sup>63</sup> Leal foi um dos que ocuparam a gerência/diretoria de alocação do IPAC. O fato de o IPAC ter sido desmembrado em duas diretorias, feito bicéfalo, ensejou muita especulação. Uma delas a de que foi uma gerência exigida por Paulo Gaudenzi. Outra, que tal gerência demonstrava a morte do IPAC tal qual se conhecia.

*eu falei com ele. Eu moro aqui, depois de Deus, agradeço a Sônia Fontes e a Doutor Waldeck Ornelas. Ninguém mais não. Outro dia estavam dizendo: ‘– Ih, sua casa é diferente’. Eu disse: ‘– Não foi o IPAC que me deu casa não, foi doutor Waldeck que me deu’. Fiquei num kitnet, o tempo todo, até quando arranjei a casa, sabe? Ele foi meu anjo de guarda, mais Sônia.*

*E muita gente não teve mais condições de comprar casa, só se fosse nas favelas. Quem bem conhece favela sou eu, que já trabalhei muito com favela. Os novos Alagados, hoje, tá mais humanizado, mas era outra merda. Terra para Todos, Bate Coração, Paraguari, Periperi, Canabrava, tudo isso eu conheço, e eu não iria pra lá.*

**Gey Espinheira:**

*– Bom, nessa primeira fase do Pelourinho, a ideia central – que havia uma ideia, que não deu certo – é que, se houvesse a recuperação do Largo do Pelourinho, os empresários iam tomar gosto e iam recuperar seus próprios prédios. Isso não aconteceu porque o Pelourinho é uma massa desvalorizada muito grande, uma massa urbana, e uma recuperação colocando ali o SENAC, aquele Hotel Pelourinho, colocando, na época, o BANEBA, onde hoje é a Casa de Jorge Amado e o Museu da Cidade, onde ele continua sendo hoje, aquilo não foi suficiente para atrair nenhum investimento.*

*E, naquele tempo de inflação, o Pelourinho não tinha rentabilidade nenhuma, só a luta judicial para botar moradores para fora era um custo tão alto que aplicar dinheiro era muito melhor aplicar na Pituba, em outro canto qualquer. Então, nenhum empresário acompanhou o processo. E também, durante aquele período, os arquitetos do Pelourinho, nós tínhamos, não só os arquitetos, nós também tínhamos essa perspectiva mais rigorosa que tudo deveria ser como antes. Então, recuperar uma madeira tinha que ser uma própria madeira, essa coisa toda, porque aquilo tinha que ser... Um processo muito penoso, muito arrastado.*

*Vinte anos se passaram com muito pouca coisa feita em relação à quantidade do que se tinha de fazer. Então, o IPAC foi se tornando um órgão ultraburocrático, entupido de funcionários, cabide de empregos, com um grau de incompetência nos cargos administrativos, tão grande, que aquilo ali era uma tortura trabalhar ali dentro, virou um mangue. Era muito complicado, muito complicado.*

**José Cosme dos Santos:**

*– Eu acho que, na época, antes de tirar os moradores, eles poderiam ter feito uma triagem. Minha avó poderia ter ficado. Ela, praticamente, nasceu ali. Outras pessoas poderiam ter ficado e outras, ainda, atraídas para ali. Mas não havia tempo. Não pode ser só comércio. Tem que ter vida. Tem que ter criança. E o Estado tem que deixar a manutenção dessas casas reformadas para os moradores e comerciantes. O Estado tem que cobrar uma taxa de condomínio. As pessoas receberam as casas reformadas, não fazem a manutenção e ainda criticam? O problema é que muitas casas são da Igreja e algumas, ninguém sabe quem é o proprietário.*

**Carla Issa Freitas:**

*– Eu sempre tentei ajudar o morador, ainda que, às vezes me prejudicando na Instituição. A Instituição mudou os objetivos do trabalho social. Inicialmente, a gente fazia o trabalho que outros órgãos do estado não faziam e o IPAC, na época, Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, tomou para si o ônus desse trabalho, que eram trabalhos ditos assistencialistas, mas, que, na verdade, ajudavam muito a comunidade.*

*Então, mais tarde, o Órgão passou por uma reforma estrutural e regimental, aí por 1984, no Governo de Waldir Pires, um regime novo foi implantado e repassamos todos os trabalhos às suas respectivas secretarias. Creche, posto médico, programa de alimentos, Teatro Miguel Santana com atividades para as crianças, a escola Vivaldo Costa Lima com cursos para cabeleireiro, manicure, mensageiro, datilógrafo. Tudo isso foi substituído por educação patrimonial. É, afinal, a postura correta para um órgão de restauração.*

*A única coisa que me chateia, até hoje, assim, é que meu trabalho é muito árduo; durante as etapas, é muito trabalho, é muito duro e foi muito pouco reconhecido. Eu sempre falo para os colegas que, em qualquer parte do mundo que se realizasse um projeto como este, os técnicos envolvidos hoje estariam numa situação financeira boa, com certeza, seriam bem remunerados para fazer o trabalho que fizemos aqui. Foi trabalho de louco. Poucos profissionais teriam pique para enfrentar. E não falo só de assistente social, que teve que lidar com indenização, remoção, mudança etc., mas falo de engenheiro, arquiteto, de todo mundo envolto neste projeto enorme.*

**Adriana Couto de Castro:**

*– Porque tudo isso exige um amadurecimento técnico das equipes e exercício da cidadania. O que é o exercício da cidadania? Ah! tem de se ter cidadania, e a cidadania é o quê? Nada mais nada menos que o cara exigir os seus direitos, mas cumprir os seus deveres. No Centro Histórico não havia isto. No Centro Histórico, o indivíduo não pagava IPTU, não pagava aluguel, entendeu? Não havia a relação de troca, não havia mercado no Centro Histórico, e quando se diz que ‘– Oh! tirou a população do centro histórico’, ninguém tirou a população, a população quis sair quando viu uma indenização mais atraente do que uma casa para morar. Além disso, teria que e pagar aluguel, coisa que ele não pagava antes.*

*Essas coisas todas, que é o mundo da área, é a rotina do IPAC, que são coisas muito pouco faladas, por exemplo, nós tivemos uma série de dificuldades no início deste trabalho. O professor Vivaldo, que era o diretor na época, publicou o Edital de Convocação convidando os proprietários dessa área que ia sofrer intervenção para um entendimento preliminar.*

*Olha, de início, não veio ninguém, depois, com exigência do Estado, com insistência da convocação, alguns apareceram, mas, no início deste projeto ninguém dizia que os seus antepassados moravam aqui; hoje, qualquer pessoa desta sociedade tem honra de dizer que aqui morou sua avó, seu bisavó, aqui viveu um primo, isso ou aquilo.*

*Mas, na época, ninguém dizia, porque ainda havia aquele estigma da área, né? Da marginalidade, daquela coisa, então, todo mundo tinha vergonha de falar. Uma mulher, uma pessoa de, vamos dizer assim, boa família, não passava por aqui, todo mundo tinha medo de passar por aqui, quer dizer, o Centro Histórico era mal visitado, mal visto.*

*O Pelourinho não tinha associação de bairro, não tinha associação de moradores. Eles não souberam se articular para conduzir isso de uma maneira melhor, então, tiveram o IPAC. O IPAC fez, na medida que pôde, tanto que, uns dos pontos positivos, de desdobramento deste projeto, foi a criação dessas associações. Quer dizer, hoje você tem o grupo Quarteirão Cultural, você tem a Associação dos Comerciantes do Pelourinho (ACOPELO), você tem a AMABASA, que são grupos e que são parceiros do Estado na gerência do Centro Histórico.*

**Deraldo Lima:**

– *Aqui por dentro, era unicamente prostíbulo mesmo, bares e prostíbulos. Agora, a rua principal, a Rua Alfredo de Brito, tinha muito bazar de móveis velhos, muito bazar que comprava sucatas, loja de móveis e uma sapataria e uma padaria. [...] Não. Movimentos de negros só apareceram depois desse movimento da Reforma do Pelourinho. Antes da Reforma, não tinha. Olodum surgiu muitos anos depois; Muzenza veio pra aqui agora. Depois da Reforma, então; os movimento[s] surgiram depois.*

*O Pelourinho, para o resto da cidade, era, unicamente, uma via de acesso, só. O pessoal que morava no Santo Antônio, que morava no Barbalho, que morava na Saúde, na Poeira, transitava unicamente como acesso. As autoridades viviam prendendo as pessoas, batendo nas pessoas. Inclusive, eu fui preso na década de 80. Eles queriam tirar o povo daqui. Como não tínhamos organização, eles faziam isso.*

*Não havia organização, não havia grupos organizados aqui; até a associação de moradores que surgiu depois era muito fraca. É aquela coisa, o interesse de cada um e pronto, somente. Meu bar, felizmente, não tinha nada a ver com o Pelourinho, quando vinham aqui, vinham morrendo de medo, porque era uma área realmente marginalizada, então, as pessoas vinham morrendo de medo. Agora, eu dei muita sorte que a minha frequência do meu bar não tinha nada, nada a ver. Eram os artistas, os jornalistas e os estudantes.*

*Fomos a primeira coisa cultural, tirando a capoeira. Pra não dizer que não existia nada de cultura, havia a capoeira de Mestre Bimba e de Mestre Pastinha. [...] Olha que, mesmo miserável, era um povo bom. Eu não tenho o que dizer dos antigos moradores. Nada, nada, nada pra falar mal dos antigos moradores, eu tenho. Primeiro, a culpa não era deles, a culpa foi de minha família e das outras que continuaram mandando. Os responsáveis não são eles.*

**Carlos Roberto, Carlete:**

– *Eu tinha um pensionato, ali na Alfredo de Brito, que pegou fogo. Era onde hoje é a Pizzaria Michelucci. Foi ali o meu maior prejuízo. Foi ali o meu maior prejuízo do mundo. Dali, eu fiquei sem nada, mas comecei a lutar, lutar, lutar e hoje eu tô com tudo meu no lugar. Mas sempre foi trabalhando. Hoje eu não tenho condições de botar comida para vender, porque eu trabalho com comida; hoje não pode mais. Da Praça da Sé pra cá nada pode ser colocado. Não permitem.*

*Ah! O Pelourinho pra mim já foi bom! Hoje em dia não é mais essas coisas, mas o meu amor pelo Pelourinho é tão grande que eu não saio daqui. Antes, a gente andava e encontrava pessoas que a gente conhecia já há anos. Aí parava, conversava, brincava. Hoje em dia, você não acha as pessoas. Então, hoje em dia, o Pelourinho, na parte de relação pessoal, não existe mais.*

#### 5.4 A GRANDE POLÊMICA: A REMOÇÃO DOS MORADORES

##### **José Cosme dos Santos:**

*– Veja o caso da minha avó. Uma das maiores donas de castelo daqui. Teve o castelo da Rua do Bispo e duas casas aí no Maciel. Aí, você vai ficar com pena de tirar a minha avó... Minha avó era a maior bregueira. Então, vai continuar o brega e o baixo astral? Aí fica uma turminha que nunca viveu ali dizendo que tiraram as famílias. Mas que famílias? Só tinha puta, traficante.*

##### **Carlos Anastácio:**

*– As pessoas receberam a grana, o dinheiro e, por sua vez, foram procurar seus imóveis. E aí, e foram recebidos dentro de uma comunidade familiar, que muitos não tinham. Familiar que eu falo, é dentro da sociedade, entendeu? Transformaram suas vidas, deixaram de se prostituir e hoje são donas de casa. Houve uma mudança positiva para muitas pessoas, na minha concepção. Em relação àqueles que não quiseram comprar imóveis, foram realocados. E existem imóveis ainda em reforma ou reformados nas redondezas, no Centro Histórico, que muitos ainda estão morando aqui e... pagando um valor irrisório em relação ao mercado fora daqui.*

*Existia também um jogo, né? A cobiça. É o fator de o governo tá indenizando uma pessoa que não é proprietário, mas, nos conceitos de valores humanos, de tudo que abrange, atualmente, direitos humanos, acontece. Aconteceu que muitos recebiam sua indenização, detonava ela e voltava de outra forma, invadindo outro local, porque queria ter uma outra indenização. Tava acontecendo este tipo de coisa. Quer dizer, ex-morador. Mas, os que realmente não conseguiram o seu imóvel não foram porque o valor não foi real não. A maior parte comprou o seu imóvel, residência. Quem não conseguiu é porque já tinha aquela característica da droga, de comerciar a droga. E aí foi perdendo a sua grana, e aí depois ficou, né?*

**Adriana Couto de Castro:**

– *Esta longa ligação do IPAC com a comunidade permitiu que toda a necessária remoção de moradores de casas ameaçadas de ruir, ou seja, ameaçando a vida de cada uma dessas pessoas e dos próprios transeuntes, fosse feita sem maiores distúrbios, não é? Por isso foi lenta. Nós tínhamos conhecimento de cada uma destas famílias, de cada uma de suas necessidades, de seus problemas.*

*Por outro lado, essas famílias também confiavam no IPAC e esta remoção foi feita, sobretudo, porque essas pessoas não moravam em prédios de sua propriedade. Na maior parte das vezes, não havia contratos, forma de aluguel, o que não permitia, sob o ponto de vista jurídico, nenhuma relação formal. Então, o que o Estado fez? À parte da recuperação dessas quatro quadras, o IPAC reconstruiu ruínas dentro do Centro Histórico e, mais recentemente, em bairro afastado da cidade, como o Cabula, que é um bairro de clima excelente, para receber essas pessoas.*

*Reconstruiu-se, inicialmente, ruínas, para adaptação de pequenos apartamentos de quarto e sala até dois quartos, para receber esse contingente de moradores que eram antigos mas continuaram, não é? E que vivem aí, e muitos você pode até entrevistar, eles estão aí. E, também alguns comerciantes que foram mantidos na área, como dona Nilzete, Fua, outros comerciantes mais pro Largo do Pelourinho, assim como entidades que continuaram, como Olodum, Filhos de Ghandi e outros, como o Afoxé Coriofã, e outros mais.*

*Bom! Isso daí, essa remoção foi necessária, porque, por um lado, havia a questão da segurança das pessoas, que é o objetivo precípua do Estado, não é? Está dentro do estatuto do governo: ele não pode deixar a pessoa morrer sem tomar uma providência sabendo que a casa vai ruir e que ia haver um desmoronamento transgressivo no Centro Histórico, a ponto de chegar a ter quatro ou cinco desmoronamentos de uma só vez, porque as paredes, a técnica construtiva do Centro Histórico é toda de parede e meia: as casas tem uma única parede que divide um imóvel do outro, que são paredes comuns; isso faz com que, ao desmoronar um imóvel, os imóveis vizinhos são afetados e, às vezes, desmorona*

dois, três, de vez, como aconteceu na rua do Passo, onde desabaram três imóveis de uma só vez. E teve uma vítima, no ano de 93, dezembro de 93.<sup>64</sup>

*Então, em primeiro lugar, está a segurança dos moradores, em segundo, a necessidade da habitação; todas essas necessidades foram providas pelo Estado. Ofereceu o quê? Uma habitação pra quem quisesse ficar ou uma indenização que possibilitasse essa pessoa não ficar desassistida, momentaneamente, por uma remoção; então, esse reassentamento foi feito e muitas famílias adquiriram imóveis em outros locais da cidade, alguns próximos ao Centro Histórico, como a Lapinha, Saúde etc. Isso pode ser comprovado e identificado pelo serviço social.*

*Mas também houve casos em que, por um despreparo qualquer, essas pessoas perderam seu dinheiro de uma forma indevida, tá? Por gastar o dinheiro indevidamente. Muitas delas deram festas, beberam ai até cair morto, outras perderam, ficaram sem nada, isso acontece até com quem ganha na loteria, que dirá com indenização do Estado, né? Você sabe que tem pessoas que ganharam na loteria e hoje estão pobres. Ganharam U\$\$ 15 milhões de dólares, U\$\$ 15 milhões de dólares nos anos 70 e hoje estão pobres.*

**José Cosme dos Santos:**

*– As intervenções foram bruscas mesmo, estilo ACM. Eu digo isso porque, em 1965, minha avó perdeu tudo lá da casa da Rua Monte Alverne, Rua do Bispo. Queimou tudo e, para completar, meu tio não tinha renovado o seguro. Ficou pobre, pobre, pobre. Aí, a velha arranjou uma casa no Maciel de Cima, bem em frente aonde, hoje em dia, é o Alambique. Ali tudo era brega, prostituição. Misturava tudo, puta, filho de puta, tudo. Total decadência. Droga. Muita droga. Muita maconha. Mas muito pouco ladrão. Não se roubava ali, nem aos turistas. Fora dali, todo mundo assaltava, mas ali não. Já devia ter um controle da máfia para não mexerem com as pessoas que iam comprar drogas.*

*Minha velha foi indenizada, saiu dali. O dinheiro só deu pra comprar uma casinha em Santo Inácio, no subúrbio, depois da Estação Pirajá. Um lugar que ninguém quer nem de graça.*

**Carlos Roberto, Carlete:**

*– Eles indenizavam, uma indenização mínima, uma besteira. Então, o povo daqui era muito carente por dinheiro; quando viram a mincharia pegaram. Hoje*

<sup>64</sup> A entrevista dada pelo Prof. Vivaldo Costa Lima à imprensa, em decorrência desse desabamento, é que parece ter levado à sua demissão do IPAC, como veremos mais adiante.

*em dia, muitos moram debaixo das marquises, outros já morreram, certo? Então, aqueles que tiveram o sangue frio de lutar e ficar, estão aqui! Estamos aqui. E aqueles que não puderam ver o dinheiro que eles davam, hoje, estão tudo coitado, tudo lenhado. Ninguém se beneficiou disso.*

**Deraldo Lima:**

*– Olha, nunca houve reação dos moradores, nunca houve reação dos moradores. Primeiro, quando houve a primeira reforma, não tiraram ninguém, que foi na Rua Alfredo de Brito; é, a primeira rua a sofrer reforma, foi lá, na Alfredo Brito. Então, na primeira reforma, que foi na década de 70, não houve nenhum movimento. Nem associação de moradores, nem associação de mães, nem nada. Todas as organizações que surgiram depois do movimento de reforma do Pelourinho (1991/2) não fizeram nenhum movimento, tanto que, se houvesse um movimento como o Olodum, que já existia, em 1992, se essas entidades se organizassem pra fazer um movimento, o tratamento ao povo seria outro, né?*

*Nessa última reforma, de 1992, o que interessava aos moradores era receber a indenização. E a indenização dependia do número de pessoas que habitavam o local. Então, quem morava aqui nessa casa, se morasse sozinho, aí eu pegava vocês duas, pegava mais outras e aí eu dizia ao IPAC que vocês moravam aqui e a gente dividia o dinheiro da indenização. Somente, o interesse era receber a indenização. Claro! Eu sempre fui de acordo com a Reforma. Sabia que 50% de pessoas não poderiam mais morar aqui, de jeito nenhum. Então, não adiantava reformar, se continuasse todo mundo como era. Mas 50%, vamos dizer, 40%, poderiam continuar. Como? Não tem essas casas comerciais em baixo? Em cima, fazer os apartamentinhos e alugar a pessoas que tivessem emprego, tivessem ótimos QI, dentro de seu nível sabe? Alguns dos funcionários do IPAC, por exemplo.*

**Elvira Pereira de Souza:**

*– Aqui, nessa rua, ultimamente, não tem mais ninguém. Só tem ali (e aponta numa direção), que mora Neguinho do Samba, meu ex-genro, porque o prédio é dele e ele tem a escola Didá; no dezessete, também, um prédio do IPAC, tem gente que mora, mas poucas pessoas. Mas tudo é comércio, é escritório da Associação dos Funcionários do IPAC, da qual eu sou presidente, sabe?*

*Tinha Fua, mas Fua tá largando; lá só tem o comércio dele. Na esquina, tem Nicinha, naquela casa de esquina com o bar de Fua, é porque é casa própria. E de junto, tem Regi, porque também é própria. É dele. Nas Laranjeiras, só tem a casa*

*de Vitória, Vitória Régia. Nem ela tá morando aí; vive fechada, porque ela tá lá em Lauro de Freitas. Aí tem o trinta e um, que era do IPAC; tiraram todo mundo, indenizaram e mandaram todo mundo embora, não tem mais gente.*

## 5.5 COMO AVALIAM A REFORMA DE 1992

### **Gey Espinheira:**

*– Olha, é o que eu coloco nesse artigo de jornal. Eu digo o seguinte: que o Pelourinho foi feito quando não se podia, e eu já defendia a tese de que não era mais possível fazer restauração com materiais antigos etc... Eu já advogava que essa tese de manter-se as fachadas e de se reformar e modernizar os prédios por dentro... eu mesmo defendi isso com muita ênfase e, com exceção de casarões que seriam escolhidos ou tipificados como exemplos de arquitetura ou exemplos de interiores, que eles deveriam ter o cuidado de uma preservação rigorosa. Mas, os que não estivessem enquadrados na preservação rigorosa, poderiam se manter a fachada e reconstruir do jeito que foi feito por aí.*

*Então, eu acho que nós estamos no terreno da inevitabilidade, não estou querendo pensar do ponto de vista do que seria ideal, o outro Pelourinho está feito, não tem que se chorar pelo leite derramado. Tá feito, agora, é com esse Pelourinho, trabalhar com ele para que ele tenha qualidade e não ficar fazendo uma grande lamentação.*

*Também, eu acho que o Pelourinho devia voltar a ser um polo habitacional, ter habitações nos casarões, nos pavimentos superiores, comércio e restaurantes, do jeito que tem, nos pavimentos inferiores ou daqueles mais localizados, mais estrategicamente localizados para os turistas. E que o Pelourinho tenha um gerenciamento como uma espécie de Conselho Social de Gerenciamento, e não burocratas da Prefeitura.*

*Esses burocratas da prefeitura são horríveis, seja da Prefeitura, seja do Governo do Estado, são uma praga. Eles estão destruindo Salvador, estão destruindo as festas de largo, estão destruindo todas as coisas que são baianas e estão fazendo essas coisas assépticas, parecendo que estão fazendo feiras no Centro de Convenções. Então, essa normatização, essa padronização, coisa que eu tenho lutado muito contra isso.*

No dia que entregarem o Pelourinho a um Conselho Cultural para gerenciar o Pelourinho na sua política cultural, o Pelourinho volta a incorporar os valores da cultura baiana, e eu acho que é isso que está precisando ser. Ou seja, não se pode ser igual em lugares diferentes do mundo. Se você está no Pelourinho, é a mesma coisa de você estar no Recife Velho, é a mesma coisa de você estar na Cidade Velha de Curitiba, pra que diabo você vai viajar prum canto e pro outro? Onde é que tá a baianidade?.

A **baianidade** está só no Olodum? A **baianidade** está só na música? É preciso retomar certos traços, certos elementos, até formas culturais baianas para que a gente possa manter o Pelourinho como sendo Salvador. Em um trabalho recente que eu apresentei no Rio Grande do Norte, eu cito inclusive Jorge Amado. Jorge Amado é um bom filho-da-puta. Jorge Amado, não tem mais um personagem de Jorge Amado andando no Pelourinho. Ele apoiou a expulsão de todos os personagens populares dele. Ele e Zélia Gattai. Ele, Jorge Amado, que escrevia dizendo que o Pelourinho era o centro de efervescência da cultura baiana, ali estavam as costureiras, os funcionários públicos, as prostitutas, os cafetões, aquela coisa toda... os artistas, os 'fincadores de pilares'... Ele escreveu alguns livros muito bons. São exatamente essa gente do Pelourinho, foi a gente que a polícia foi e botou pra fora. Era exatamente esse povo, esse povo que fazia cultura, fazia cultura baiana e que dá a característica de Bahia. Esse povo foi posto pra fora.

**Carlos Roberto, Carlete:**

– Não. Sobre a reforma não. Foi uma coisa muito boa, que as casas realmente, várias tavam caindo, não tinha condições de ficar em pé. Sim, a intervenção foi ótima, só que não fizeram a coisa certa, o certo de uma reforma de um centro histórico; o centro histórico tem que ter morador e eles abandonaram os moradores que já viviam pra colocar a sociedade e hoje a sociedade faz questão de dizer: ‘– Eu vivo no Pelourinho’ e antes eles tinham medo do Pelourinho, certo?

Então, o que eles tinham que fazer era tomar assim, uma ficha daquele povo, aqueles que fossem certo continuariam, certo?, que eu não vou dizer que eles deixassem os errados, porque se a gente for olhar onde tem errado, eu acho que lugar nenhum tem certo, então eles tinham que procurar as delegacias, quem tem entrada, quem não tem; quem é errado, quem não é. Então, os que não são errado, eles tinham que dar o privilégio e os que moraram aqui não tem privilégio nenhum aqui. [...]

*A mudança foi a beleza só, que embelezou, porque no fundo, no fundo, talvez, hoje em dia, o Pelourinho é pior do que antes, porque antes eles diziam que era brega, era zona de meretrício, que era isso, que era aquilo; e hoje em dia é pior, porque hoje em dia vem a sociedade em si que faz o brega na rua; porque antes você não via jamais um homem ficar em pé no paredão fazendo xixi na frente de qualquer pessoa.*

*Hoje em dia, eles fazem porque eles acham que têm direito de entrar e fazer isso aqui, porque eu mesmo brigo pencas aqui, em frente à minha porta; por causa disso que as meninas não podem estar na janela: ali eles vão e tiram, assim, e mijam ali mesmo.*

**Deraldo Lima:**

*– Melhorou, melhorou. Eu digo que houve duas misérias no Pelourinho: uma foi na década de 30, que eu não morava aqui, o governo transferiu os prostíbulos para esta área porque se não transferisse os prostíbulos praqui, nós não tínhamos este patrimônio, mesmo degradado como tá o resto, ainda, nós não tínhamos ele. Ele teria desaparecido. Tinham feito viadutos, tinham desmanchado ruas pra fazer avenidas largas, ligando lá com Santo Antônio com Joana Angélica, então foi um mal que trouxe benefícios.*

*E outro foi essa reforma d'agora, que não foi uma restauração e sim uma reforma. O governo fez uma reforma, buliu muito na estrutura, na arquitetura antiga, muito mesmo. Só [deixaram] as fachadas. Essa casa vizinha era nossa, tinha um sótão; não tem mais. Primeiro, em 1936, Juracy Magalhães junto com o Cardeal D. Augusto destruíram a Sé, pra o bonde fazer a volta. Agora, imagine, derrubar uma igreja histórica pra um bonde fazer a volta... só era aquele pedacinho ali onde tinha o antigo bispo, que agora mudaram pra cá, no lugar da igreja. [...].*

*O Pelourinho hoje, pra mim que tenho 37 anos aqui, está bem melhor! Melhor mesmo. Até a valorização, porque essa casa eu comprei em 74 por vinte e cinco mil cruzeiros. Essa era uma das casas abandonadas, não tinha nem mais nada, nem telhado. Praticamente, comprei só o terreno e as paredes. Tinha outros imóveis aqui, mas eles fizeram acordo, ou comodato, ou quem quisesse dava um imóvel e recebia outro; eu então não quis, foi burrice minha. No comodato, vamos dizer, o terreno, por cinco anos, seria do Estado, depois dos cinco anos seria tudo meu.*

**Carlos Anastácio, funcionário do IPAC:**

*–Eu acredito que. Isso é filosofia... A vida se revela um carma. E tudo se muda. Então, eu vejo hoje assim, o Pelourinho, que eu conheci na época que eu era cristão. Rezava, pedia a Deus para eu sair daqui. Depois que eu fui pra um bairro normal, decente, igual ao que nós moramos, é que eu vi que o Pelourinho era o melhor. Porque mudou, quer dizer, tudo muda, tudo é mutável nesta vida. Antigamente, você via sangue demais, facada. Aqui. Acontecia. Era um baixo meretrício. Não era a polícia fazendo; era eles fazendo com eles mesmos. Então, hoje, você tem o que? Turista se beijando, gente se abraçando. O pessoal, tudo misturado, igual. Quando a gente ia pensar que vocês iam querer estar aqui no Centro Histórico?*

**Gey Espinheira:**

*– Sobre a última reforma, eu, inclusive, escrevi uma matéria de três páginas no Jornal A Tarde, em 1993. Estava morando em São Paulo. Quando eu vim em Salvador, vim dar uma olhada no Pelourinho, as obras já estavam em andamento, e eu escrevi uma matéria chamada ‘As Janelas cegas, a alma separou-se do olho e da mão’, querendo mostrar exatamente isso, que eles tinham esvaziado o Pelourinho, no seu sentido humano, tinham expulsado a população e tinham doado o Pelourinho por subvenções, inclusive pro Desenbanco, para os amigos, literalmente para os amigos.*

*Até um tio meu, que é amigo, ganhou um espaço. Uma prima minha ganhou um espaço, que são amigos de Vivaldo, na época. E a escolha era essa, quem é que é amigo de quem pra poder ter acesso aqui. E foi assim que fizeram, quer dizer, sem nenhum critério, sem nenhum significado, cegando as janelas, quer dizer, o Pelourinho; até hoje é um grande deserto, nos pavimentos superiores não tem nada e nos pavimentos inferiores, aqueles conjuntos de bares, tinham butiques, aquelas coisas todas, depois, foi mudando um pouco para ter uma nova cara... Algumas coisas faliram, reabriram, outras foram bem sucedidas, outras não tão bem sucedidas, e o Pelourinho ficou essa coisa esvaziada de significado. Então, não existe um projeto de cultivar o Pelourinho de tradição baiana, não existe lá.*

*E se colocou lá tambores, tambores, tambores e bandas e bandas e festas e agitos, que é um negócio que não tem nada a ver com a nossa cultura, mas, com o passar do tempo, outras coisas começaram a acontecer recuperando certas*

*coisas da Bahia. Eu gosto do atual Pelourinho, apesar de tudo, eu frequento, continuo frequentando com as modificações.*

*Eu acho que o Pelourinho não podia continuar como estava, esta não foi a melhor maneira de fazer o novo, mas foi a maneira possível, já que pela maneira outra, também, o IPAC se tornou conservador, foi preciso romper com o IPAC, transformar o IPAC meramente num órgão fiscalizador. Não é o IPAC que constrói o Pelourinho. O Pelourinho foi feito por empresas outras, foi feito pela Conder e não pelo IPAC.*

*O IPAC ficou apenas como órgão de fachada; foi totalmente desmoralizado enquanto instituição, e ficou nominal, apenas nominal. E tudo isso é muito complicado, na Bahia, porque quando você não consegue fazer as coisas com o bom pessoal que estava lá, se fez com gente de fora, botando o pessoal para ser fiscal de obra. Arquitetos da maior qualidade, como Viderval, como Edgilton, como Lauro, como João Humberto..., são pessoas maravilhosas, extremamente competentes que viraram fiscais de obras, de uma obra, de um projeto que não foi nem deles, de um projeto que foi feito pelos outros. Tudo isso foi uma agressão muito grande.*

*Tudo isso, na medida em que, se não tiver investimentos governamentais para manter a animação, ele vai à falência. Ele não conseguiu um desenvolvimento auto-sustentado. Ele precisa de recursos externos, ele é uma despesa pro Estado, ele não é um lucro direto para o Estado, enquanto espaço. Ele pode ser um lucro na conta geral do turismo, enquanto é mais um elemento de turismo, mas ele poderia ser um lucro em si mesmo, mas ele é despesa.*

**José Cosme dos Santos, professor:**

*– A reforma de 92? Eu acho que fez um bem. As pessoas criticam muito, mas eu só elogio. Veja, eu tive um bar no Pelourinho. Minha avó tinha um castelo aqui no Maciel. As pessoas dizem que a reforma foi só por fora. Não foi. Foi uma reforma por dentro, por fora, pelo lado, tudo. Indenizou pessoas que não tinham propriedade. Ninguém tinha propriedade nenhuma. Acho que tem que continuar a reforma e as indenizações. Veja a 28 de setembro. É puro tráfico. A Polícia Militar não entra ali; por que? porque o tráfico é da Polícia Civil. Todos os traficantes ali são*

da Polícia Civil. Todo mundo tem uma boca de fumo ali.<sup>65</sup> Só quem entra ali é a Polícia Federal, que pega, no máximo, a mulher que repassa a droga para a Polícia Civil. Isso tem que acabar. Tem que varrer.

Antigamente era assim também no Pelourinho. Nota dez para ACM. Ele fez um grande bem. Eu teria feito o que ele fez. Nota dez pela grande vitória de ACM em recuperar o Pelourinho. Pra mim, que conheci o Pelourinho desde a década de 50, nota dez para ACM, ainda que eu não goste dele. Acho que ele deveria cobrar mais da iniciativa privada e gastar menos dinheiro público na manutenção das casas restauradas. Eu não faria nada de diferente dele exceto criar condomínios por quadras ou por prédios para manter as casas em bom estado.

**Carla Issa Freitas:**

– [...] Esse período [da educação patrimonial] acabou com a entrada de Antonio Carlos Magalhães. Ele sempre teve em mente a restauração do Centro Histórico e o IPAC, então, assumiu isso. A proposta foi apresentada para ele e ele aceitou. Conseguiu recursos. Uma coisa que a gente achava que nunca ia acontecer, aconteceu. E foi pedido muito dinheiro. Continua. Há ainda uma grande etapa para ser reformada. Enorme. Talvez a maior etapa. Talvez ainda não tenha sido feita porque não está no circuito turístico e a área circunvizinha também precisa ser recuperada.

Então, nós passamos a trabalhar com as desocupações, com as indenizações dos moradores e estamos fazendo isso desde 1992. Nós já fizemos até a metade da sexta etapa. Desocupamos 230 imóveis. Foi um trabalho enorme. Cada morador é acompanhado, do começo até o fim, e cada família é um caso. Às vezes, se indeniza um casal e tem briga. Ou a indenização não sai a tempo deles comprarem o imóvel que escolheram. Acontece todo tipo de coisa que se possa imaginar.

As obras estão paradas e a Conder, agora, assume a parte de obra e o IPAC fica só com restauro, dando respaldo para a parte mais delicada das obras. Quanto às indenizações não sabemos ainda se vai para a Conder ou se fica com o IPAC.

---

<sup>65</sup> A 28 de setembro é uma rua que começa na Baixa dos Sapateiros e termina do lado da Igreja de São Francisco. É uma ladeira que sobe para a cumeada do Terreiro/Pelourinho. É um hipermercado de drogas. Lá tem de tudo.

*Agora, eu acho que a obra tem que ser concluída. Ainda existem muitos imóveis com risco de desabar que estão ocupados. As pessoas não saem dos imóveis aguardando as indenizações. Elas nem se preocupam muito com o valor. Elas querem receber um dinheiro para sair. Elas estão cadastradas aqui, por isso que eu acho justo que, uma vez cadastradas, elas sejam indenizadas e que esses imóveis sejam restaurados e o trabalho concluído, entendeu?*

**Clarindo Silva:**

*– Inclusive nós congregamos com a diretoria do Olodum para o ensaio de terça-feira que é um dia que traz muitas mil pessoas. O projeto do governo está previsto para dez etapas, estamos na sétima etapa e... foi um grande avanço, embora, bato sempre na tecla que ainda não é a revitalização dos meus sonhos, porque, entendo que também deveriam ser restaurados os caminhos que dão no Pelourinho. Deveriam ser restauradas a Ladeira do Pilar, a Ladeira do Tabuão, o Caminho Novo, a Ladeira da Montanha, a Ladeira da Misericórdia, a Ladeira da Conceição, a do Pau da Bandeira, a Ladeira da Preguiça. Esses caminhos deveriam ser restaurados porque as pessoas não vão chegar aqui de helicóptero; eu tenho batido na tecla para as autoridades restaurarem esses caminhos.*

## 6 A DÉCADA PERDIDA OU SEM ALTERNATIVAS

O trabalho de Neuza Oliveira, a exemplo do de Gey Espinheira, também lhe conferiu o Mestrado pela UFBA onde se tornou docente. Feito nos anos oitenta, depois de mais de uma década de atuação do IPAC na área, ela começa constatando que a intervenção do Estado se deu a partir do Largo do Pelourinho e, à medida que os casarões iam sendo reformados e ocupados por instituições, museus, fundações, bancos e sedes de blocos e afoxés, como também por comerciantes de artesanato e serviços extensivos da rede turística, a zona prostitucional foi sendo deslocada das cercanias do Largo do Pelourinho para outras partes da cidade ou para zonas próximas ainda não restauradas, afastando assim a prostituição da área central. Mas, para essa autora tal afastamento só teve algum êxito junto à prostituição feminina.

Na Rua Alfredo Brito, porta de entrada do Pelourinho e onde várias casas já haviam sido restauradas – ou maquiadas, segundo alguns críticos –, nos casarões que ainda não o haviam sido, morava, então, o contingente mais expressivo de travestis da cidade cujo tipo de prostituição é tido, no local e por esse estudo de Oliveira como o que resulta em maiores rendimentos porque sua clientela tem maior poder aquisitivo que os clientes das prostitutas. (OLIVEIRA, 1994, p. 105).

Em 1984, Luiz Mott localizou entre 40 e 60 travestis, na faixa etária de 18 a 28 anos e, em sua maioria, alfabetizados, vivendo na área e constituindo um grupo homogêneo que se dedicava à prostituição. A maior parte dos entrevistados de Oliveira, dentre eles Carlete, um dos nossos entrevistados, declara estar aí porque, no Pelourinho, encontrara tolerância por parte da comunidade local. Mas a autora sugere, também, que eles aí estão porque pagam os aluguéis mais caros da região. Além disso, como os serviços sexuais que oferecem são efetuados fora da moradia, a estratégia de não combinar trabalho com moradia tem assegurado aos travestis a permanência na área.

A situação dos travestis no Pelourinho pode ser percebida através dos depoimentos dados a Oliveira, como o de Wamburga que, falando de porque, ao contrário das mulheres, os travestis não trabalham onde residem, afirma: “aqui não dá para ser no quarto porque muito poucos clientes que pagam melhorzinho vêm aqui, além de que cliente no pedaço sempre dá problemas e não posso sujar o lugar

em que durmo. Fora daqui é raro ter lugar que queira travesti” – ou seja, neste tipo de prostituição os clientes não vão ao Pelourinho –; e de Wanderléia que diz: “Não acho que o Pelourinho só tenha “o podre”. É um lugar pobre como outro qualquer. Neste prédio aqui mora família, mora bicha, mora tudo” (OLIVEIRA, 1994, p. 107).

Década perdida para a economia brasileira, de acordo com várias interpretações, a década de 80, do ponto de vista do trabalho do IPAC, foi cruel. Esperava-se que, com as obras de restauração no Largo do Pelourinho, os comerciantes, herdeiros e investidores passassem a se interessar e embarcassem, juntamente com o estado, no trabalho de revitalização do Centro Histórico. O **efeito demonstração não funcionou** ou, pelo menos, não da forma esperada.<sup>66</sup> Mas, afinal, o mesmo se pode dizer das teorias de modernização e da teoria do foco guerrilheiro. Elas também não deram o resultado esperado, mas, de certa maneira deram: o Pólo Petroquímico está aí, só que não gerou os efeitos esperados.

Também não se esperava que a restauração do Largo do Pelourinho, implementada ao longo da década de 70, fosse afetar o preço dos aluguéis, tampouco que a Rua Alfredo Brito, a grande entrada para o Pelourinho, a Rua do Nina Rodrigues e da Faculdade de Medicina, até então comercial nos andares térreos e familiar, nos mais altos, daria espaço para a prostituição masculina.

Tal valorização especulativa se deve, sobretudo, aos 12 milhões de cruzeiros que a Federação do Comércio do Estado da Bahia, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), investiu a partir de 1971, recuperando três prédios do Largo do Pelourinho, ao lado da Igreja do Rosário dos Pretos<sup>67</sup>. Aí foi instalado um restaurante-escola, um museu, um teatro, uma arena para espetáculos folclóricos, lojas e uma galeria de arte que continuam funcionando até a presente data. Neste mesmo quarteirão o IPAC também se instalou: no casarão de número 12.

Durante os anos 70, se falava em restauração material e social. Na primeira parte dos anos oitenta, também. Assim, além de treinar jovens do bairro e de absorvê-los como mão-de-obra, o SENAC distribuía, a cada fim de noite, a

---

<sup>66</sup> A minha experiência pessoal de comprar uma casa e restaurar, achando que outros fariam o mesmo ao ver a casa restaurada, esbarrou na inexistência de garagens nas casas e na falta de status da área. Com quem meus filhos vão brincar e aonde vou colocar o carro foram os obstáculos maiores.

<sup>67</sup> De um desses casarões saiu Mestre Pastinha, já cego de tão velho, com a promessa que seria realojado juntamente com sua Academia de Capoeira. Isso nunca aconteceu. Pastinha morreu velho, cego e pobre sob os cuidados de alguns amigos.

comida que sobrava do restaurante, o que hoje não mais ocorre: a comida que sobra, é jogada fora.

Dessa forma, a revitalização começou pelo Largo do Pelourinho e foi subindo em direção ao Terreiro de Jesus, mas de forma pontual: casa por casa, não necessariamente, contíguas, como no caso do Largo, mas através de escolhas pontuais.

Ex-funcionário do IPAC, Espinheira faz um bom resumo da atuação do órgão durante a década de 70:

A Fundação recuperou, inicialmente, o prédio nº 12 do Largo do Pelourinho e lá se instalou. Seu momento maior deu-se no início dos anos [1970], quando o Governo convocou o empresariado e a Prefeitura Municipal de Salvador, para uma ação conjunta, através de doações ou de investimentos diretos na área. Datam deste tempo o complexo de serviços do Senac, o Hotel Pelourinho, na Alfredo Brito, a Pousada do Carmo, no Largo do Carmo, e outras iniciativas de menor porte, mas significativas para a dinamização da área, inclusive 'obras de fachada' na Rua Alfredo Brito que sofreu uma maquiagem, mas logo mostrou as rugas da deterioração [...]. (1989, p. 36).

A inatividade e irrelevância do trabalho do IPAC, na década de 80, foi também noticiada pela imprensa, como veremos a seguir. Não se pode esquecer que Waldir Pires foi eleito governador quebrando um domínio continuado do Carlismo e do PFL/DEM na segunda metade da década. Como consequência, e como já vimos nas entrevistas do capítulo anterior, sobretudo na de Carla Issa, todas as atividades consideradas assistencialistas, foram suspensas.<sup>68</sup> Então o trabalho de educação, saúde, treinamento profissional e arte, que antes era conduzido pelo IPAC, “retornou” às secretarias de origem.

Por isso, a Prefeitura decidiu entrar em cena. Gilberto Gil e sua equipe viajaram muito. Em um front, tentou vender os quarteirões do Centro Histórico no exterior, colocando-os para adoção, mas, de concreto, além do escoramento das inúmeras ruínas e a reforma do casarão que veio a ser a Casa do Benin<sup>69</sup>, na parte

---

<sup>68</sup> A chamada esquerda baiana tomou de empréstimo um conceito de Paulo Freire da década de 60 com o qual ele criticava a atuação da Igreja Católica frente à pobreza do Nordeste (assistencialismo) e transferiu o conceito para todos os outros campos da vida social. Por isso, todo o trabalho do IPAC junto à população do Maciel foi desarticulado. Veja entrevista de Carla Issa.

<sup>69</sup> Conhecido pelos do bairro como a casa de “Seu Beninho”.

baixa do bairro, esquina com a Baixa dos Sapateiros só a reconstrução de outro casarão para o Olodum, na Gregório de Matos.

Num artigo escrito, em 1988, a propósito da campanha da Prefeitura Municipal para salvar o Pelourinho através de *doações* de quarteirões a países desenvolvidos para que esses os restaurassem para fins habitacionais, Gey Espinheira chama a atenção para os apelos promocionais que transformavam a reforma de *uma casa* por uma associação alemã em um “quarteirão alemão”.

Isso pode ser explicado a partir do tipo de equipe que o prefeito eleito criou na Secretaria de Comunicações da Prefeitura. Tinha-se à frente desta Secretaria e da então recém criada Fundação Gregório de Matos, João Santana e Gilberto Gil, respectivamente. Wally Salomão e Roberto Pinho também estavam nessa equipe.<sup>70</sup>

Das ações realizadas pela Prefeitura, as madeiras do escoramento das ruínas ficaram pouco tempo nesta função; retiradas pelos vendedores de amendoim cozido<sup>71</sup> viraram combustível para as enormes latas de amendoim que até hoje se cozinha no bairro; a Casa do Benin, um conjunto formado pelo Museu do Benin, restaurante, escritórios no primeiro andar e uma pracinha que está no lado do prédio com saída para a Rua das Flores, continua funcionando, mas só em parte: apenas o Museu apesar de desbastado, em suas obras, por mãos conhecidas; o restaurante, a parte mais peculiar do projeto de Lina Bo Bardi, está, há muito, fechado; a pracinha lateral virou ponto de encontro de craqueiros, um negócio milionário em franca expansão em Salvador. De qualquer forma, é bom lembrar, que Lina Bo Bardi e João Filgueiras, o conhecido Leleu, estão para Salvador como Oscar Niemayer está para Belo Horizonte. Em outras palavras, estão presentes, através de suas obras, na cidade, há muito tempo.

No início da década de 80, o IPAC ainda continuava tentando manter seu trabalho junto à população mais pobre do Pelourinho, a do Maciel. O ano de 1980 começa com a imprensa noticiando a exibição de um documentário feito pela TVE sobre a comunidade do Maciel, em 24 de abril de 1980; em 23 de junho, a notícia é um acordo estabelecido entre a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da

---

<sup>70</sup> Esse era um time muito ligado à promoção. Pinho era o coordenador geral da administração de Mário Kertész. João Santana iniciou, dessa maneira, sua carreira de marqueteiro político de sucesso. Eventual sócio de Duda Mendonça, ele é hoje o idealizador da candidatura de Dilma Roussef à Presidência da República.

<sup>71</sup> Uma iguaria exclusivamente baiana, já que o amendoim é sempre torrado no resto do planeta.

Bahia (FPACBa), eventualmente IPAC, e a Secretaria do Trabalho, para a criação, no Maciel, de uma associação de lavadeiras e costureiras em que a Secretaria entrava com as máquinas de lavar e costurar e a Fundação com as instalações para as lavadeiras e costureiras. Em 10 de julho, a imprensa noticiava a renovação de um convênio entre a Fundação do Patrimônio e a Liga Brasileira de Assistência (LBA), que repassava 126 mil cruzeiros referentes à primeira parcela destinada a assistência médico-odontológica e complementação alimentar de 60 crianças de 3 a 6 anos. Em 18 de agosto, o “Grupo de Teatro Meninos do Maciel”, formado por garotos entre 10 e 16 anos, apresenta, no Teatro Gregório de Matos, a peça “Julinho contra o Bruxo da Floresta”. Três dias depois, o “Coral do Maciel”, formado por rapazes entre 15 e 20 anos, se apresentava no Teatro Miguel Santana, no Pelourinho, sob a regência do maestro Keiler Rego. Segundo a notícia do jornal *A Tarde* de 21 de agosto, o coral era parte do Programa de Arte Integrada da Fundação e era uma das atividades voltada para a restauração social da comunidade do Pelourinho.

Enquanto o IPAC tentava cuidar da população, sobretudo das mulheres e dos jovens e crianças, como atesta o noticiário, em 21 de março de 1981, o jornal *A Tarde* publicava a notícia de que o Conselho Comunitário do Maciel encaminhara ao Governador pedido de fim do “estado de sítio” decretado pela polícia que obrigava o fechamento de casas comerciais e residências do Maciel às 22 horas.

Durante todo o resto do ano de 1981 não há mais nenhuma notícia nos jornais locais sobre a área, exceto em outubro, dia 9, no *Correio da Bahia*, que traz o encerramento de um curso de manicure e cabeleireiro iniciado em setembro e realizado em parceria com o Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria de Educação do Estado. Nessa notícia aparece, pela primeira vez, a referência ao IPAC, ou seja, já como Instituto e não mais como Fundação; e, no dia 21 desse mesmo mês, uma curta nota no *Jornal da Bahia* sobre uma reunião do “Comitê de Representação de Moradores” para discutir o “processo utilizado pelo IPAC para proceder à restauração dos prédios”. Ainda no ano de 1981, o bairro aparece, mais uma vez, na imprensa, em *A Tarde*, de 5 de dezembro, devido à abertura de exposição de pinturas de meninos do Maciel no foyer do Solar do Ferrão.

Mas, em 9 de maio de 1982, há, em *A Tarde*, uma notícia assaz interessante:

Cerca de 3 anos depois de terem sido restaurados pelo IPAC os casarões<sup>72</sup> do Maciel apresentam hoje os aspectos tradicionais dos cortiços do Pelourinho. Os prédios 15 e 19 da Rua Gregório de Matos são os que se encontram em pior estado. [...] Desde que passado os primeiros meses em que vigorou a escala de faxina estabelecida pelo IPAC para cada morador, 'o prédio vive numa verdadeira imundície e não existem responsáveis', disse alguns moradores.

Em 3 de agosto de 1982, o *Jornal da Bahia* noticiava a assinatura de um convênio entre o IPAC e o BNH através do Financiamento de Construção, Aquisição e Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM), para a construção de 50 apartamentos que abrigariam 200 pessoas. Essa seria a primeira etapa do “Projeto Habitacional do Pelourinho” cujos financiamentos seriam obtidos pelos mutuários junto à Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS)<sup>73</sup>, que executaria a obra e repassaria o custo ao IPAC considerado agente promotor. Nenhum dos nossos entrevistados tem lembrança desse acordo ou de seus possíveis desdobramentos.

Em setembro de 1982, no dia 2, o IPAC, através de convênio com o SENAC entregou, no Teatro Miguel Santana, certificados de conclusão do curso de mensageiro a 22 alunos de 14 a 18 ano, que integravam a segunda turma formada pelo órgão.

O ano de 1982 termina com Vivaldo Costa Lima denunciando, para o *Jornal da Bahia*, de 19 de dezembro, os interesses escusos das agências de turismo que amedrontavam os turistas com recomendações de excessivos cuidados quanto à existência de focos de marginalidade no Pelourinho. Para Costa Lima, essas empresas seriam as maiores responsáveis pela *estigmatização* do Pelourinho.

Ao final do ano acontece uma exposição de arte de crianças e jovens de 7 a 17 anos na Galeria de Arte do Solar do Ferrão, chamada “Natal no Maciel”. Mas, a entrega, aos “Filhos de Ghandi”, de um sobrado centenário de quatro pavimentos, na Rua Gregório de Matos, 53, restaurado e adaptado para ser sede do afoxé, talvez tenha sido, do ponto de vista da preservação do bairro, o trabalho mais significativo do ano feito pelo IPAC.

---

<sup>72</sup> Estive em um desses apartamentos restaurados pelo IPAC para moradores neste período. Em 1980. Fui visitar o filho de um lapidador, e também lapidador ele mesmo, conhecido por Jorge Ilusão. Ele tinha vendido torneiras e pia do banheiro dentre outras “amenidades” do apartamento.

<sup>73</sup> Órgão da Prefeitura Municipal, sociedade de economia mista, voltado para atender à população de renda mais baixa.

Em 1983, no dia 5 de fevereiro, o *Jornal da Bahia* noticia a abertura de matrícula para a creche do Maciel e explica que a única condição para a obtenção de uma vaga é residir no Maciel. Em 24 de maio, a *Tribuna da Bahia* reporta um seminário interno do IPAC em que se discutiu, durante uma semana, a atuação do órgão na área. Nessa oportunidade também se reclama que os esgotos ainda são lançados nas ruas e que, em um mesmo prédio, convivem famílias e traficantes de drogas.

Em 26 de julho, o *Jornal da Bahia* reporta um curso de estamparia em tecidos ministrado a dezoito alunas e que se encerra com um desfile de moda no Teatro Miguel Santana. Também se noticiava que os Gregório de Matos, no Pelourinho. Em agosto, o *Correio da Bahia* do dia 25 noticia um pedido dos técnicos do IPAC para que os moradores cooperem fornecendo informações corretas para o censo que realizava para verificar a situação socioeconômica dos moradores.

Em setembro, um editorial do *Correio da Bahia* do dia 26 comenta a possibilidade de o Centro Histórico ser considerado “patrimônio mundial” e discute os princípios da “Carta de Veneza” que considera o monumento tombado e seu entorno. O texto sugere que os moradores do Maciel poderiam ser qualificados como mão-de-obra para o turismo, já que essa atividade, de acordo com o texto, não requer grande qualificação profissional e o IPAC já estava qualificando muitos desses moradores nos cursos que promovia no local.

No ano de 1984, as atividades do IPAC são tão diminutas que só merecem duas notas na imprensa. Uma, claramente “fria”, sobre o trabalho da creche, em *A Tarde*, de 26 de maio, e outra sobre uma missa em homenagem às mães das crianças da creche, no *Jornal da Bahia* de 31 de maio, na qual aparece, pela primeira vez, referência a uma Comissão de Revitalização do Centro Histórico de Salvador (Revicentro) que teria sido responsável pela ida do Cardeal Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, para uma celebração, cujo objetivo era “incentivar a integração dos moradores do Centro Histórico de Salvador, principalmente os do Maciel”. Mas apesar da santa presença do Cardeal, a situação continuava desesperadora. O desmoronamento físico do bairro se acelerava.

Em 1985, continua a crise do IPAC e do Centro Histórico. A descida é ladeira abaixo. Três notícias durante todo o ano: a primeira, no *Correio da Bahia* de 4 de abril de 1985 é sobre a atriz Haydil Linhares que, com o patrocínio do IPAC, desenvolvia um trabalho de interpretação teatral com as moças e os rapazes do

Maciel pelo qual recebeu o prêmio especial Martim Gonçalves. Assim ela se refere a esse trabalho:

O Maciel, é uma comunidade que só é lembrada em coluna policial. E o Maciel não é uma maloca de marginais. Lá tem muita gente batalhando pela vida. E os meninos se ressentem muito dessa imagem negativa. Muitos deles tinham vergonha de dizer que moravam no Maciel, mas a partir da criação do grupo de teatro **Meninos do Maciel**, eles foram se acostumando à idéia de serem de lá. [...]. Eles começam a vida muito cedo. Temos crianças de sete anos em diante. À noite trabalhamos com adultos. Eles fazem improvisações, partem para a história, o teatro. Autoria, direção, cenário, tudo deles. O objetivo é educar através da arte. [...].

No dia 10 de maio de 1985, na *Tribuna da Bahia*, a segunda notícia do ano – “Centro Histórico terá plano para conter desabamentos” – onde se lê que o Centro Histórico de Salvador contaria, a partir da semana seguinte, com um plano de emergência para evitar o desabamento de casarões em decorrência das chuvas e, ainda, que, nos últimos dias, seis imóveis haviam tombado: três no Santo Antônio, um na Rua da Oração, outro na Muniz Barreto e o último na Rua dos Perdões. O diretor do IPAC, Benito Sarno, garantia, então, que, se algumas providências não fossem tomadas de imediato, até a rua João de Deus, que liga todo o Centro Histórico, teria que ser interditada, como, também, as suas transversais, a Muniz Barreto e o Beco do Mota.

O Plano de Emergência foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico e de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado. De acordo com esse plano cerca de 100 casarões teriam que ser restaurados imediatamente, com recursos do BNH e de outras fontes federais, além de recursos do próprio Governo do Estado.

Em um ano pré-eleitoral, a terceira notícia sobre a área foi publicada em *A Tarde*, de 29 de outubro: sob o título “Moradores denunciam trama no Pelourinho”, o jornal reproduzia documento enviado pela “Associação de Moradores do Maciel” aos Ministros da Cultura e do Desenvolvimento Urbano relatando o estado de abandono e de degradação física e social do conjunto, e insinuando que havia setores interessados em transformar aquele conjunto arquitetônico em uma área exclusivamente turística que estariam tramando o seu esvaziamento social, com a

transferência dos moradores para outros locais. Reclamava também das frequentes perseguições policiais.

Nas eleições, a oposição, representada por Waldir Pires, vence o PFL. Sai o governo de João Durval Carneiro, um político de Feira de Santana presentemente senador, com o apoio do PT, mas que, então, era um representante de Antônio Carlos Magalhães. Foram eleições emocionantes, onde, pela primeira vez, desde 1964, o PMDB, ainda com alguns “autênticos”, vence. Inesquecível a cena dos professores da rede pública cantando “Já comi e já bebi, e agora vou votar no Waldir” ao saírem de um churrasco oferecido pelo PFL.

Mas o IPAC só tinha a oferecer cursos: “salgados caseiros” e “salão de beleza com especialização em escova afro” foram noticiados, no *Correio da Bahia*, em 2 de fevereiro de 1987. Em junho, nas comemorações dos 50 anos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a representante da “Associação de Mães e Amigos do Maciel e Pelourinho”, Elvira Pereira Souza<sup>74</sup>, pede ao novo diretor, Ordep Serra, um antropólogo, que procurasse se inteirar da real situação da comunidade.

Neste mesmo ano, ocorre a visita do Ministro da Cultura, Celso Furtado, ao Pelourinho que com sua declaração de que “a recuperação do conjunto histórico do Pelourinho é um trabalho de gerações” deixou as autoridades estaduais e municipais isentas de qualquer culpa frente à magnitude da obra e à fragilidade financeira de suas esferas de governo. Diante da inércia das autoridades estaduais, posteriormente constatada como uma peculiaridade administrativa de Waldir Pires, o governo municipal partiu, com seus marqueteiros, para uma ampla campanha publicitária. Munidos de fotos, mapas e propostas, Gilberto Gil e assessores saíram mundo afora convocando a França, a Alemanha, Portugal e os Estados Unidos a adotarem o Centro Histórico e restaurá-lo<sup>75</sup>.

De qualquer modo, os apelos promocionais das autoridades municipais serviram para chamar a atenção da sociedade brasileira para o estado de ruína em que se encontrava o bairro mais antigo do Brasil. Essa foi vista como uma campanha

---

<sup>74</sup> A Dona Elvira é uma de nossas entrevistadas

<sup>75</sup> Como já vimos, a inspiração para o périplo internacional do diretor da Fundação Gregório de Matos, Gilberto Gil, veio do fato de uma associação alemã ter erguido, de uma ruína, uma casa para moradores da área previamente cadastrados. É bem verdade que, poucas semanas depois de entregue à família contemplada, fui visitar a casa. Esperei das 8 às 13 horas quando, então, seus moradores despertaram. Depois de algum tempo, pudemos constatar, eu e o câmaraman, Bel Loureiro, que os esgotos já se encontravam obstruídos assim como o sistema sanitário e a cozinha.

bem estruturada, envolvendo personalidades do mundo artístico e intelectual, de forma que é bem possível que a campanha tenha ajudado na conscientização da necessidade de recuperação e preservação do monumental conjunto da velha cidade. Mas nem a Prefeitura nem o Governo do Estado<sup>76</sup> puderam ou fizeram qualquer coisa.

A questão é que, ao longo desse tempo, como se pode observar, também, ao longo deste trabalho, muitas casas que haviam sido restauradas voltaram a ser ruínas, ou quase isso. A preservação e, portanto, a continuidade do que fora feito não estava sendo mantida pelos moradores, pela população local que recebera imóveis restaurados e parece não ter tido condições culturais e/ou econômicas para fazer a manutenção dos mesmos. Sem grandes recursos e politicamente desamparado, o órgão criado para cuidar do conjunto histórico chega ao final dos anos oitenta, tendo salvo, fundamentalmente, o Largo do Pelourinho e alguns imóveis mais raros como o Solar do Ferrão. (ESPINHEIRA, 1988, p. 36).

Do ponto de vista da população que ali vivia e, em muitos casos, ainda vive, e que é um dos ângulos do nosso trabalho, o que se evidencia, nos dados do IBGE e no censo do IPAC, de 1983, é a drástica redução no contingente prostitucional. Enquanto em 1970, proporção de prostitutas em relação à população total da área era de cerca de 40%, em 1980, caiu para 13% e, em 1983, há dados que indicam 3%, o que, de acordo com Espinheira, em números absolutos, significava 41 prostitutas. Mas a população total também caiu e isso se dava à medida que os imóveis iam se transformando em ruínas.

Assim, dos 223 imóveis que formam as oito ruas que constituem o Maciel, na segunda metade dos anos oitenta, 62 prédios estavam completamente fora de uso, 51 arruinados e 11 eram terrenos baldios. A degradação física dos imóveis expulsara a população, o que mais uma vez, por um lado, traz à baila a ideia de que era essa população que preservava os imóveis e, por outro, a extensão da expulsão dos moradores que foi monumental. O bairro tinha se transformado em uma grande ruína, como demonstram sobejamente, as fotos de Agliberto Lima aqui reproduzidas.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Com a saída de Waldir Pires para juntar-se a Ulisses Guimarães numa campanha pelas eleições presidenciais.

<sup>77</sup> Essas fotos me foram generosamente cedidas por Agliberto Lima de *O Estado de S. Paulo*.

Espinheira (1988) sugere que os planos de recuperação da área acabam por inibir certas atividades que outrora vicejavam, pois, na medida em que diminui a circulação de gente que demanda os serviços de prostituição e outros serviços a esse conectados, diminui também os prestadores de serviços. Assim, o Maciel deixou de ser um espaço estratégico para a localização prostitucional, entre outras coisas, porque, nesse período estudado, houve uma mudança nos padrões de comportamento sexual como comprova a decadência generalizada de todos os prostíbulos de Salvador. O exercício da prostituição no final dos anos oitenta, no Pelourinho, vai ser manifesta e predominantemente de travestis. Mas eles não desenvolvem aí suas atividades, mas nos bairros de classe média como Barra, Ondina e Pituba, nas vizinhanças de hotéis e de equipamentos de vida noturna. (ESPINHEIRA, 1988, p. 39).

O desaparecimento da prostituição, porém, não significou o desaparecimento da pobreza. Há uma tendência do senso comum de relacionar pobreza com marginalidade, mas, se isso fosse verdade, a Bahia, ou seja, Salvador, seria um lugar impossível de se viver. Por outro lado, há uma relação entre certas condições de vida e a marginalidade, aqui entendida como um conjunto de comportamentos que afrontam as normas e as leis. Mas as condições de vida que produzem a criminalidade são frutos da fragilização das relações sociais ou o que Durkheim conceituou como anomia. Por outro lado, também é preciso entender que certas atividades criminosas usam ambientes pobres e fragilizados como base para o seu desenvolvimento. De qualquer modo, o conceito de marginalidade já foi tratado pela sociologia brasileira durante muito tempo.

Os dados de renda para o Maciel, em 1983, fornecidos pela CPE, com base em dados do IPAC, indicam que 55,3% da população não tinha rendimentos, 21% ganhava até um salário mínimo, 17,7% ganhava de 1 a 3 salários mínimos e 0,8% ganhava de 3 a 6 salários mínimos.

Assim, não é difícil imaginar que essa população não tenha podido recusar as indenizações que foram oferecidas pelo Governo do Estado, com a volta de Antonio Carlos Magalhães, nas eleições de 1990. Eles já eram poucos e a maioria, muito pobres. Além disso, como mostrado anteriormente neste trabalho, as casas não lhes pertenciam e, por outro lado, muitos queriam “morar num bairro de verdade” como diz um dos nossos entrevistados.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Henrique. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, I. M. de; PEREIRA, G. Corso (Orgs.). Como anda Salvador e sua região metropolitana. Salvador: Edufba, 2008.
- AZEVEDO, Aroldo de. Fisionomia da Cidade do Salvador. In: CIDADE DO SALVADOR; aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 49-75. Col. Estudos Baianos, 1.
- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. As transformações físico-ambientais do Centro Histórico de Salvador. In: BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural; SALVADOR. Prefeitura Municipal. OCEPLAN. Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador, 10. Salvador, 1977. p. 191-198.
- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Contribuição à criação de uma legislação específica para setores monumentais ou paisagístico. Salvador: s.d. 16p. Xerocop.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Núcleo Histórico de Salvador; estudo de restauração e reintegração funcional. Salvador: s.d., 1968. 43p.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. O patrimônio: usar para preservar. Planejamento na Bahia, Salvador, SEPLANTEC, v. 2, n. 4, p. 389-395, jul./ago.1974.
- AZEVEDO, Thales de. Cidade e cultura; o caso Salvador. In: BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural; Salvador. Prefeitura Municipal. OCEPLAN. 10º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador. Salvador, 1977. p. 41-57.
- AZEVEDO, Thales de. A cidade do Salvador no começo do século XIX. In: CIDADE DO SALVADOR; aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 69-75. Col. Estudos Baianos, I.
- AZEVEDO, Thales de. Povoamento da cidade do Salvador. 3. ed. Salvador: Itapuã, 1969. 428p.
- AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Recôncavo da Bahia, sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.
- BACELLAR, Jeferson Afonso. Família, mulher e prostituição. Salvador, 1977. 12p.
- BACELLAR, Jeferson Afonso. A renovação do Pelourinho. Salvador, 1978. 18fls.
- BAHIA. Casa Civil; SALVADOR. Casa Civil. Salvador: Plano de Valorização do Centro Histórico – ante projeto. Salvador, 1977. 62p. il.
- BAHIA. Cidade Museu; Roteiro Artístico e Histórico da Cidade do Salvador. São Paulo: Ed. do Brasil, 1949. 109p. il.

BAHIA. Lei no 376, de 1o de fevereiro de 1951. Estabelece a Lei Orgânica do Município de Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal, s.d. 34p.

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Almanach para a cidade da Bahia em ano no 1812. Salvador, 1973. 264p.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. Coordenação de Fomento ao Turismo. IPAC-Ba: Inventário de proteção ao acervo cultural; monumentos do município de Salvador. Coordenação de Paulo Ormino D. de Azevedo e Vivian Leme R. C. Lima: Salvador, 1975. v. 1. mapas.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. Coordenação de Fomento ao turismo. Revitalização do conjunto Passos – Carmo – Santo Antônio. Salvador, 1977. 80p, il. plantas.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Orgs). Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relação dos conjuntos tombados na cidade de Salvador; relação dos bens tombados..., s.n.t. 3fls.

BOTELHO, Isaura. Romance de formação; FUNARTE e política cultural, 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

BRANDÃO, M. de Azevedo. Origem da expansão periférica de Salvador. Planejamento, v. 6, n. 2, 1978.

CANO, Wilson. Pensamiento iberoamericano, Madri, 1986.

CARDOSO, Fernando H. Autoritarismo e democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). Como anda Salvador e sua região metropolitana. Salvador: Edefba, 2004a.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SOUZA, Ângela Gordilho; PEREIRA, Gilberto Corso. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 41, p. 281-297, maio/ago. 2004b.

CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA. Evolução física de Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia/UFBA, 1980. v. 1, Estudos Baianos n. 12.

CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA; BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. Coordenação de Fomento ao Turismo. O hóspede e os hotéis de Salvador; sondagem de opinião e apuração com o cruzamento de itens. Salvador, 1972.

CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA; BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. Coordenação de Fomento ao Turismo. O turista e a cidade de Salvador; sondagem de opinião e apuração com o cruzamento de itens. Salvador, 1974.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR; BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. Turismo; Baía de Todos os Santos. Salvador, 1974, 4t.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR; Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Projeto Plano Diretor do Pelourinho – PLANDIP. Salvador, 1977. n. p.

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (Bahia). A grande Salvador – posse e uso da terra – projetos de desenvolvimento urbano. Salvador, 1978. 19f.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Panoramas coletivos, memórias sociais e diversidade biocultural. Recife, 2004.

COSTA, Luiz Menezes Monteiro da. Restauração da Cidade do Salvador – relação de anônimo para sua majestade. Anais do Arquivo do Estado da Bahia, Salvador, 34, p. 39-127, 1957.

COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo*. Salvador: CPE/CONDER, s. d. t. l.

COSTA, Wilson Américo da. *A cidade do Salvador*; terra do meu coração. 2. ed. Salvador: Prefeitura Municipal, 1956. 299p. il.

COUTINHO, Domingos Macedo. *Prevalência de doenças mentais em uma comunidade marginal*; um estudo do Maciel. Salvador, 1976. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil, Salvador, 1976. 66p. tab. graf.

DIRETORIA DO TURISMO DO MUNICIPIO DE SALVADOR. *Plano Diretor do Turismo* de 1955. Salvador, 1956.

DOMINGUES, José M. A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In: SOUZA, Jessé. *A atualidade de Max Weber*. Brasília: UNB, 2000.

ELIAS, Norbert. *Os alemães; a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA – BAHIAATURSA. *PROPEPAC: Programa de Estudos das Potencialidades do Patrimônio Artístico e Cultural Baiano*. Salvador, 1974. 2v. il.

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA – BAHIAATURSA. *Arte Sacra Negra*. Salvador, s. n. t.

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA – BAHIAATURSA. *Relação de Logradouros públicos/pontos turísticos*. Salvador, 1975. 4fls. Xerocop.

ESPINHEIRA, Carlos G. D' Andrea. *Comunidade do Maciel*. Salvador: IPAC-Ba. SEC, 1971. 50p. il. mapas, tab., graf. Apresentação Vivaldo da Costa Lima. Fotografia/Capa de C. Costa. Gráfico Jaime Silva. Mapas Viderval de Oliveira Dias.

- ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea. *Divergência e prostituição; uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel*. Salvador, 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975. 228f. mimeo.
- FIGUEIREDO, Vilma. A atualidade de Max Weber. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: UNB, 2000.
- FREITAG-ROUANET, Barbara. Global cities in informational societies. *Diogenes*, v. 50, n. 1, p. 71-82, 2003.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS - CPE (Bahia). *Habitação e urbanístico em Salvador*. Salvador, 1979. 364p. Convênio SEPLANTEC/ OCEPLAN.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. *Aspectos conceituais da política cultural do Governo do Estado*. Salvador, 1982.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. *Aspectos organizacionais da área de cultura a nível de Estado*. Salvador, 1982.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1989.
- GALLO, Nelson. *Bahia de todas as doçuras (...e das amarguras também)*. Salvador: Progresso, 1959. 256p.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- GAUDENZI, Paulo Renato Dantas. O turismo em Salvador. *Planejamento*, Salvador, Fundação de Pesquisas – CPE, v. 5, n. 2, p. 69-97, abr./jun. 1977. tab.
- GAUDENZI, Paulo Renato Dantas. *O turismo em Salvador: para o Plano Metropolitano de Desenvolvimento em elaboração pela CONDER*. Salvador, 1976. p. irreg. il.
- HANNER, June E. *Pobreza e política; os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: UnB, 1993.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Anteprojeto para ocupação dos imóveis n<sup>os</sup> 47, 39 e 51 da Rua Gregório de Matos – Centro Cultural e Recreativo do Maciel*; por João Jorge Amado. Salvador, 1976. 17p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Anteprojeto para a ocupação social do Forte de Santo Antônio Além do Carmo*; por Vicente Deocleciano e Jeferson Afonso Bacellar. Salvador, 1975. n. p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Anteprojeto do plano diretor do Pelourinho – PLANDIP*. Salvador, 1977. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Cadeia sucessória do imóvel n. 19 à Rua Alfredo Brito*; por Maria da Barbosa de Souza. Salvador, 1976. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Catedral Basílica do Salvador*. Salvador, 1977. 135p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Centro Artesanal do Maciel*; uma experiência em desenvolvimento, Salvador. 1975. 19fls. mimeo.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Diagnóstico de saúde de uma comunidade marginal*: nota prévia. Salvador, 1974. 13p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Documento e Quarteirão 02 Maciel*. Salvador, s. d. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Estudo de morbidade do Maciel*; por Jeferson Afonso Bacellar. Salvador, 1976. 41fls. mimeo.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *A execução do plano de desenvolvimento do Maciel; relatório informativo*. Salvador, 1979. In: I SEMINÁRIO INTERNO DE AVALIAÇÃO da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 17-28 dez. 1979.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *A execução do plano de desenvolvimento da comunidade do Maciel*; por Jeferson Afonso Bacellar. Salvador, 1975. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *A função do espaço vazio no Pelourinho*; por Vicente Deocleciano Moreira. Salvador, 1977. n. p. Zoneamento do Pelourinho, Documento Preliminar, n. 2.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Histórico do imóvel Rua Inácio Acioly n. 6, Distrito da Sé*; por Maria da Conceição Barbosa da Costa e Silva. Salvador, 1977. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Levantamento econômico da área norte do Pelourinho; estudo preliminar*. Salvador, 1975. 95f.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Levantamento sócio-econômico do Pelourinho*; pesquisa patrocinada pela SUTURSA em 1967, sob a direção de Vivaldo da Costa Lima e coordenação de Júlio B. Santana. Salvador, 1969. 82p. il. mapas.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Motivos mais frequentes de prisões no Pelourinho, entre 1853 e 1891, o envolvimento de crioulos*; por Vicente Deocleciano Moreira. Salvador, 1979. 21 fls. mimeo. Trabalho apresentado ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA em dezembro de 1978.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Notas históricas sobre Santo Antônio Além do Carmo*; por Vicente Deocleciano Moreira e Maria da Conceição Barbosa de Souza. Salvador, 1975. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Pelourinho: um projeto de vida*. Salvador, 1975. 8fls. mimeo.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Pesquisa sobre a avaliação do tráfego no Pelourinho*; Jeferson Afonso Bacellar. Salvador, 1976. n.p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Plano de ação imediata para o Maciel*. Salvador, s.d., n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Plano de assistência psiquiátrica para comunidade do Maciel*; Anete Reis Pereira. Salvador, 1975. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Plano geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador Estado da Bahia; Brasil*. Salvador, 1968. 55p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Plano integrado de renovação e desenvolvimento do Maciel*. Salvador, 1979. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Preservação da ambiência sócio-cultural do Terreiro de Jesus*; por Jeferson Afonso Bacellar e Vicente Deocleciano Moreira. Salvador, 1975. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Programa de artesanato do Maciel*. Salvador, 1979. 26p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Projeto de assistência aos moradores do Maciel*. Salvador, s.d., n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Projeto para evacuação e indenização dos moradores do Pelourinho–Maciel*. Salvador, s.d., n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Projeto para instalação do centro de atenção à criança do Maciel*. Salvador, 1977. n. p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Projeto de pesquisa sobre evolução histórico-urbano do Pelourinho*. Salvador, 1977. 49p. il.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Proposta para estabilização e consolidação de monumentos*. Salvador, 1978. n. p. il.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Quadro de serviços do Pelourinho*. Salvador, 1976. n. p.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *A realidade e o futuro do Pelourinho: relatório final*; por Vicente Deocleciano Moreira. Salvador, 1979. 2v.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *A restauração do Pelourinho como projeto social*. Vicente Deocleciano Moreira. Salvador, 1978. n. p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Restauração e reintegração sócio-econômica e cultural dos sítios históricos da Bahia*; uma experiência em desenvolvimento. Salvador, 1974. 23p. Curso Intensivo sobre Planejamento Urbano e Local, 5, Fortaleza.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *A retirada do tráfego no Pelourinho*; por Carlos G. D'Andrea Espinheira. Salvador, s.d., n. p. tab.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Tráfego Turismo no Pelourinho – Salvador*. Salvador, s.d. 16p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Teatro Maciel apresenta: A História de Rafael*. Salvador, 1978. n. p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). Por um posicionamento face ao Maciel: noções preliminares. Salvador, 1979. 11p. Trabalho apresentado no I Seminário Interno de Avaliação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, de 17-28 dez. 1979.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *As "criadeiras" no Maciel*; por João Jorge Amado. Salvador, 1977. 21p. tab.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Legislação de proteção de bens culturais da Bahia*. Salvador, 1984.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Plano de ação integrada do Centro Histórico de Salvador*. Salvador, 1991.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). *Política e Programa de Preservação do Patrimônio, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Estado da Bahia*. Salvador, 1986.
- JAMESON, Fredric. *A singular modernity: essay on the ontology of the present*, London; Verso, 2002.
- KOZIC, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002
- MACRAE, Donald Gunn. *As idéias de Weber*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975
- MACRAE, Donald G. *As idéias de Weber*. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

MARIANI, Clemente. *Análise do problema econômico baiano*. Salvador: Progresso, 1958. 192p.

MARSAL, Juan F. *Conhecer Max Weber e sua obra*. Lisboa: Ulisseia, s/d.

MARTINDALE, Don. Prefatory remarks: the theory of the city. In: WEBER, Max. *The city*. Tradução e ditado Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.

MATTOS, Waldemar. *Panorama econômico da Bahia 1808-1960*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1961.

MATTOS, Waldemar. *Evolução histórica e cultural do Pelourinho*. Salvador. SENAC/Ba, 1978. 163p.

MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MONT-MÓR, Roberto L.; COSTA, Heloisa, S. M. A cidade e a reestruturação mundial contemporânea, um roteiro de leitura. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, ano 8, n. 8, p. 10-20, fev. 2001.

MOREIRA, Rafael. O Arquiteto Miguel de Arruda e o primeiro projeto para Salvador. In: IV CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA. *Anais...* Salvador: IGHBa/FGM, 2001. p. 122-145.

NISBET, R. *The sociological tradition*. London, 1976

NISBET, R. A., The unit-ideas of Sociology. In: \_\_\_\_\_. *The sociological tradition*. London, 1976

O PELOURINHO. Salvador: Progresso, 1955. il. (Coleção Recôncavo, 2). Trabalho constituído de pequena explanação de Odorico Tavares e 24 desenhos de Carybé.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido; classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Neuza M. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PALÁCIOS, Maria. Entrevista: Prof. Thales de Azevedo. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, n. 1, jan./dez. 1992. Educação e Universidade.

PALÁCIOS, Maria. Entrevista: Jacob Gorender. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, n. 2, jan./dez. 1993. Educação e Cidadania.

PALÁCIOS, Maria. Entrevista: Professor José Calasans. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, 2. ed., n. esp., jan./jun. 1995. Centenário de Bello Monte - Canudos 1893-1897.

PALÁCIOS, Maria. Entrevista: Professor Edivaldo Boaventura. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, n. 5, jan./jun. 1996. Educação e Educadores.

PALÁCIOS, Maria. Entrevista: Eurico Brandão – o homem de um milhão de livros. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, n. 6, jul./dez. 1996. Educação, Ciência e Tecnologia.

PALÁCIOS, Maria. Entrevista: Bárbara Freitag. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, n. 7, jan./jun. 1997. Educação e Ética Social (com homenagem especial a Paulo Freire).

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias em seu entorno. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 98, p. 129-158, 2003.

PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, 1999.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: Edufba, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: \_\_\_\_\_. *Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

RISÉRIO, Antônio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1995.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. São Paulo: Versal, 2004.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Fragmentos da cultura na Bahia dos anos 50-60. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: Edições Feito à Facom, 1999. v. 1, p. 65-72.

REBOUÇAS, Diógenes; GODOFREDO FILHO; ARAÚJO, Emanuel. *Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX*. Salvador: Odebrecht, 1979. 125p. il.

SALVADOR. Orgão Central de Planejamento. Plano de Desenvolvimento Urbano. *EPUCS-uma experiência de planejamento urbano*. Salvador, 1976. 181p.

- SALVADOR. Orgão Central de Planejamento. *Exposição de motivos à Empresa Brasileira de Turismo, sobre problemas básicos do setor e possibilidades de apoio a projetos imediatos, em Salvador*. Salvador, 1976. n. p. xerocop.
- SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. *Santo Antônio/Barbalho; projeto áreas verdes, atividades de lazer*. Salvador, 1976. n. p. il. mapas.
- SANT'ANNA, Márcia. A recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. *Revista de Urbanismo e Arquitetura, Rua*, Salvador, v.1, n. 8, p. 44-59, 2003.
- SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade de Salvador*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959a.
- SANTOS, Milton. *A cidade como Centro da região*. Salvador: UFBA/Progresso 1959b. 28p.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In: \_\_\_\_\_. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SOUZA, Luiz Antonio de Souza. *Configuração Espacial de Salvador*. Porto Alegre, 1984. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.
- Oswald Spengler, *A Decadência do Ocidente*, Ed. New Face, Lisboa, 2000
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Edufba; São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida *Salvador; transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus, Ba: Editus, 2002.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. 1999. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=85&page=visualizar>>. Acesso em:
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB, 1999. v. 2.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. 2. ed. Tradução José Medina Echavarría et al. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- WEBER, Max. *The city*. Tradução e ditado para o inglês Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.
- WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, v. XLIV, n. 1, p. 8. July 1938.

# **ANEXOS**

---

## ANEXO A

### DEMOLIÇÕES E REFORMAS NO SÉCULO XX

Figura 28	Praça da Sé: demolição – 1934	141
Figura 29	Belvedere da Sé – 1986	141
Figura 30	Praça da Sé: chafariz demolido – 1934	142
Figura 31	Detalhe da Catedral da Sé demolida em 1934: Pórtico	142
Figura 32	Detalhe da Catedral da Sé demolida em 1934: Porta	143
Figura 33	Detalhe da Catedral da Sé demolida em 1934: Altar-mór	143
Figura 34	Teatro São João: demolido em 1922	144
Figura 35	Palácio dos Esportes – Praça Castro Alves	144
Figura 36	Praça Castro Alves	145
Figura 37	Rua Carlos Gomes. Esquina da Ladeira de São Bento	145
Figura 38	Manifestação a JJ Seabra na Praça Municipal – 1912	146
Figura 39	Praça Municipal	146
Figura 40	Praça Municipal – Câmara Municipal da Bahia – Fachada antes da reforma de 1882	147
Figura 41	Praça Municipal – Câmara Municipal da Bahia	147

**ANEXO A**  
**DEMOLIÇÕES E REFORMAS NO SÉCULO XX (continua)**

**PRAÇA DA SÉ**



Figura 28 – Praça da Sé: demolição – 1934



Foto 29 – Belvedere da Sé – 1986  
Fonte: Artur Duarte

**Anexo A – Demolições e Reformas no Século XX (continuação)****PRAÇA DA SÉ**

Figura 30 – Praça da Sé: chafariz demolido – 1934  
Fonte: Anônimo



Figura 31 – Detalhe da Catedral da Sé demolida em 1934: Pórtico  
Fonte: Anônimo

**Anexo A – Demolições e Reformas no Século XX (continuação)****PRAÇA DA SÉ**

Figura 32 – Detalhe da Catedral da Sé demolida em 1934: Porta  
Fonte: Anônimo



Figura 33 – Detalhe da Catedral da Sé demolida em 1934: Altar-mór  
Fonte: Anônimo

## Anexo A – Demolições e Reformas no Século XX (continuação)

### PRAÇA CASTRO ALVES



Figura 34 – Teatro São João: demolido em 1922  
Fonte:



Figura 35 – Palácio dos Esportes – Praça Castro Alves  
Fonte:

## Anexo A – Demolições e Reformas no Século XX (continuação)

### PRAÇA CASTRO ALVES



Figura 36 – Praça Castro Alves  
Fonte:



Figura 37 – Rua Carlos Gomes. Esquina da Ladeira de São Bento  
Fonte:

**Anexo A – Demolições e Reformas no Século XX (continuação)****PRAÇA MUNICIPAL**

Figura 38 – Manifestação a JJ Seabra na Praça Municipal – 1912  
Fonte CDROM – Terra da Felicidade – Salvador, 2000



Figura 39 – Praça Municipal

## Anexo A – Demolições e Reformas no Século XX (conclusão)

### PRAÇA MUNICIPAL



Figura 40 – Praça Municipal – Câmara Municipal da Bahia – Fachada antes da reforma de 1882

Fonte: Voltaire Fraga



Figura 41 – Praça Municipal – Câmara Municipal

## ANEXO B

### RUAS E CASARÕES

Figura 42	Praça Municipal: entrada da Rua Chile	149
Figura 43	Rua Chile	149
Figura 44	Rua Chile – Inauguração – 1902	150
Figura 45	Rua Chile	150
Figura 46	Rua Chile	150
Figura 47	Rua da Oração - Prédio onde funcionou o antigo Senado	151
Figura 48	Ladeira do Caminho Novo	152
Figura 49	Rua Manoel Vittorino – 1944	153
Figura 50	Ladeira da Praça	154
Figura 51	Rua Alfredo Brito	155
Figura 52	Casa dos Sete Candeeiros	155
Figura 53	Casa de Rui Barbosa	155
Figura 54	Transporte de tração animal no Pelourinho	156
Figura 55	Travessa do Mucambinho	157
Figura 56	Rua de São Francisco	157
Figura 57	Rua Ramos de Queiroz	157
Figura 58	Rua Direita do Colégio	158
Figura 59	Ladeira da Praça	158
Figura 60	Rua do Plano Inclinado Gonçalves	159
Figura 61	Trecho entre a Praça Castro Alves e a Ladeira de São Bento	159
Figura 62	Ladeira da Montanha	160
Figura 63	Ladeira da Montanha	160
Figura 64	Festa da Conceição	161

**ANEXO B****RUAS E CASARÕES** (continua)**RUA CHILE**

Figura 42 – Praça Municipal: acesso à Rua Chile  
Fonte: Anônimo



Figura 43 – Rua Chile

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)****RUA CHILE**

Figura 44 – Rua Chile – Inauguração – 1902  
Fonte:



Figuras 45 e 46 – Rua Chile

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figura 47 – Rua da Oração - Prédio onde funcionou o antigo Senado  
Fonte:

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figura 48 – Ladeira do Caminho Novo  
Fonte: Anônimo

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figura 49 – Rua Manoel Vittorino – 1944

## Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)



Figura 50 – Ladeira da Praça  
Fonte: Anônimo

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figura 51 – Rua Alfredo Brito  
Fonte:



Figura 52 – Casa dos Sete Candeeiros  
Fonte:

Figura 53 – Casa de Rui Barbosa  
Fonte

## Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)



Figura 54 – Transporte de tração animal no Pelourinho  
Fonte:

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figura 55 – Travessa do Mucambinho  
Fonte:



Figura 56 – Rua de São Francisco  
Fonte:



Foto 57 – Rua Ramos de Queiroz  
Fonte:

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figura 58 – Rua Direita do Colégio  
Fonte:



Figura 59 – Ladeira da Praça

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figura 60 – Rua do Plano Inclinado Gonçalves



Figura 61 – Trecho entre a Praça Castro Alves e a Ladeira de São Bento  
Fonte:

**Anexo B – Ruas e Casarões (continuação)**

Figuras 62 e 63 – Ladeira da Montanha  
Fonte:

**Anexo B – Ruas e Casarões (conclusão)**

Figura 64 – Festa da Conceição  
Fonte: Voltaire Fraga

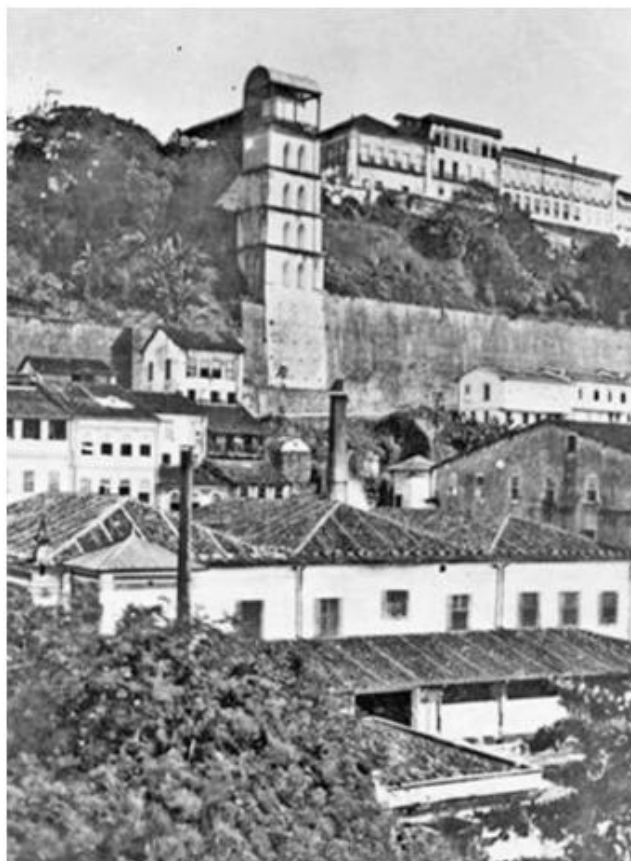
## ANEXO C

### IGREJAS E MONUMENTOS

Figura 65	Elevador Lacerda em 1873 (antigo elevador da Conceição)	163
Figura 66	Elevador Lacerda em 1873 (antigo elevador da Conceição)	163
Figura 67	Igreja da Barroquinha – 1988	164
Figura 68	Cruz do Pascoal – Santo Antonio Além do Carmo	164
Figura 69	Igreja de Santa Tereza das Carmelitas Descalças – atual Museu de Arte Sacra	165
Figura 70	Ladeira de São Bento	166
Figura 71	Largo da Piedade	166
Figura 72	Igreja do Passo – 1940	167
Figura 73	Igreja do Rosário dos Pretos - Largo do Pelourinho	167

## ANEXO C

## IGREJAS E MONUMENTOS (continua)



Figuras 65 e 66 – Elevador Lacerda em 1873 (antigo elevador da Conceição)

**Anexo C – Igrejas e Monumentos (continuação)**

Figura 67 – Igreja da Barroquinha – 1988  
Fonte: Alonso Rodrigues



Figura 68 – Cruz do Pascoal – Santo Antonio Além do Carmo

**Anexo C – Igrejas e Monumentos (continuação)**

Figura 69 – Igreja de Santa Tereza das Carmelitas Descalças – Atual Museu de Arte Sacra  
Fonte:

**Anexo C – Igrejas e Monumentos (continuação)**

Figura 70 – Ladeira de São Bento  
Fonte:



Figura 71 – Largo da Piedade  
Fonte: Voltaire Fraga

### Anexo C – Igrejas e Monumentos (conclusão)



Figura 72 – Igreja do Passo – 1940



Figura 73 – Igreja do Rosário dos Pretos – Largo do Pelourinho